

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO**

**Repositórios Institucionais de Dados de Pesquisa como Estratégia do
Movimento de Acesso Aberto a Informação Científica**

Porto Alegre,

2022

BRUNA MARQUES VIEIRA

**Repositórios Institucionais de Dados de Pesquisa como Estratégia do
Movimento de Acesso Aberto a Informação Científica**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Caterina Groposo Pavão
Coorientadora: Prof^ª. Dra. Sônia Elisa Caregnato

Porto Alegre,

2022

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Reitor: Prof. Dr. Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Prof^a. Dr^a. Patrícia Helena Lucas Pranke

FACULDADE DE BIBLIOTECONOMIA E COMUNICAÇÃO

Diretora: Prof^a. Dr^a. Ana Maria de Moura

Vice-diretora: Vera Regina Schmitz

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

Coordenador: Prof. Dr. Thiago Henrique Bragato Barros

Coordenador substituto: Prof. Dr. Moisés Rochemback

FICHA CATALOGRÁFICA

CIP - Catalogação na Publicação

Marques Vieira, Bruna
Repositórios Institucionais de Dados de Pesquisa
como Estratégia do Movimento de Acesso Aberto à
Informação Científica / Bruna Marques Vieira. -- 2022.
107 f.
Orientadora: Caterina Groposo Pavão.

Coorientadora: Sônia Elisa Caregnato.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Biblioteconomia e
Comunicação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da
Informação, Porto Alegre, BR-RS, 2022.

1. Repositórios de Publicações Científicas. 2.
Repositórios Institucionais. 3. Repositórios de Dados
de Pesquisa. 4. Acesso Aberto. I. Groposo Pavão,
Caterina, orient. II. Caregnato, Sônia Elisa,
coorient. III. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

PPGCIN – UFRGS

Rua Ramiro Barcelos, 2705, Prédio 22201

CEP: 90035-007 Porto Alegre – RS

Telefone: (51) 3308-5067

E-mail: ppgcin@ufrgs.br

BRUNA MARQUES VIEIRA

Repositórios Institucionais de Dados de Pesquisa como Estratégia do Movimento de Acesso Aberto a Informação Científica

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ciência da Informação.

Orientadora: Prof^a. Dra. Caterina Groposo Pavão
Coorientadora: Prof^a. Dra. Sônia Elisa Caregnato

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão (Orientadora)
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Coorientadora)

Dra. Cleusa Pavan
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS (Membro Interno)

Fabiano Couto Corrêa da Silva
Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Membro Interno)

Profa. Dra. Paula Carina de Araújo
Universidade Federal do Paraná – UFPR (Membro Externo)

AGRADECIMENTOS

Já ao final deste ciclo, ouvi de alguém que a pós-graduação “é um caminho solitário”. Refleti muito sobre esta frase, em parte, ela é muito verdadeira, mas, algumas pessoas auxiliaram para que ela não fosse uma verdade absoluta em meu caminho.

Agradeço a Deus e aos meus guias, por ter me permitido não desanimar frente às adversidades, que não foram poucas, com saúde e ânimo para chegar até o final.

Agradeço aqui algumas pessoas, entre elas, minha mãe Cláudia e minha irmã Júlia. Pois mesmo longe geograficamente, sei que sempre vão estar a postos para me ajudar. Minha mãe em especial, sonhou o sonho de ser bibliotecária junto comigo, desde o início acreditou que eu seria feliz, pressentimento de mãe nunca falha! Amo vocês!

Minha vó Tereza, sinônimo de amor, cuidado e afeto. Sempre compreendeu as vezes que não pude estar presente, pois, precisava de descanso e foco. Teu amor me guia!

Ao meu pai Jorge Luis, meus avôs Jorge e Edegar e meu padrinho, Claudio. Vocês fazem falta, mas sei que sempre guiaram meus passos do plano espiritual.

Minha madrinha Lair, pois, foi à primeira bibliotecária que conheci, e por admirá-la profundamente, considereei pela primeira vez seguir este caminho.

Aos amigos, de perto e de longe, sempre me enviando boas energias, palavras de incentivo e vibrando em cada etapa! Amo vocês!

À FURG, pois me formou bibliotecária, abriu portas e inspirou meus primeiros passos profissionais e acadêmicos. Em especial a duas pessoas que admiro, amo e quero sempre em minha vida, Angélica Miranda, minha primeira orientadora, a qual devo muito sobre o mundo dos repositórios e de pensar fora da caixa, sempre gentil e amorosa, me fazendo acreditar que era possível. E a

Sabrina Martins, uma amiga de outras vidas, por me dar o privilégio de reencontra-la neste plano. Amiga, tornas minha vida mais feliz, completa e segura. Obrigada pelo apoio incondicional.

À UFRGS, por possibilitar um programa que se consolida ano após ano, permitindo que dezenas de pessoas continuem se aperfeiçoando através de um ensino de qualidade, é um orgulho poder vivenciar esta instituição! Um sonho que vivi intensamente, mesmo que a distância.

A Caterina e a Sônia, pela caminhada e pelos ensinamentos que dividiram comigo, desde o aceite no programa. Em especial, a Caterina, pela paciência em revisar e contribuir diversas vezes para as melhorias necessárias, até a chegada deste momento.

À banca, em especial na etapa de qualificação, nas figuras dos Professores Fabiano, meu professor na época da Furg e hoje no PPGCIN, a Paula Carina, que aceitou a este convite. Sempre tão gentis em suas colocações. Vocês contribuíram muito com suas vivências. Obrigada!

Aos professores que conheci, mesmo que virtualmente. Assim como a experiência de ser tutora no Ead da UFRGS, foi grandioso. Vivenciei um grupo de alunos, extremamente afetuosos. Gratidão!

À rede Marista, principalmente, ao meu colégio de atuação, Marista Pio XII. Com muito afeto a Kátia, minha gestora que tornou possível meu tempo conciliar com o mestrado, meus colegas que sempre me direcionaram pensamentos positivos e palavras amorosas, e também as figuras do Pedro e Gilberto, meus atuais gestores, que permitiram dias preciosos para me dedicar a etapa final de escrita. Em especial, a Raquel e a Aline, que seguraram as pontas quando precisei me ausentar, meninas vocês são show, as melhores assistentes que eu poderia imaginar.

Por fim, mas a pessoa fundamental, me acompanhando desde a especialização, sonhou comigo o processo seletivo do PPGCIN, me acolhendo em todos os momentos que achei que não venceria, meu amor, meu amigo, meu marido, Andryus! Obrigada por tudo, te amo!

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”
(Theodore Roosevelt).

RESUMO

Com a possibilidade de ampliar não só o acesso, mas a disseminação das pesquisas científicas, os Repositórios de Publicações Científicas – até hoje denominados de Repositórios Institucionais - promoveram uma grande revolução no modo de consumirmos a Ciência. Esta por sua vez, em grande parte oriunda das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) do país, encontrou nos Repositórios uma maneira de fazer a gestão da informação de maneira assertiva. Com o reuso dos dados, provenientes das pesquisas que por hora, eram armazenadas integralmente, entende-se a necessidade de um Repositório que armazene os dados gerados neste processo. Este trabalho buscou mapear como está o processo de criação de Repositórios de Dados de Pesquisa (RDP), nas IFES que já possuem um Repositório de Publicações Científicas. A pesquisa de finalidade básica utilizou-se de um questionário para os gestores dos Repositórios de Publicações Científicas das IFES do país. Participaram da pesquisa 25 gestores de diversas regiões do país, que já possuem Repositórios de Publicações Científicas. A pesquisa buscou identificar as áreas de formação e os perfis dos profissionais que atuam nos projetos, suas áreas de atuação dentro das IFES, os *softwares* utilizados nos repositórios e a existência de um RDP ou projeto para sua implementação. Os resultados permitiram mapear o progresso da temática nestas Instituições e revelaram que muitos dos profissionais que trabalham no RDPs são bibliotecários, que duas das IFES investigadas possuem seu RDP, que duas estão em fase de testes para sua implementação e que cinco não possuem RDPs, mas contam com projeto para isso. Conclui-se que o debate em torno dos RDPs começa a despontar nas IFES do país, mas, ainda necessita de estudos e envolvimento dentro das Instituições. Sendo assim, é fundamental que as instituições forneçam o suporte necessário aos seus profissionais, através de políticas que reforcem e incentivem o compartilhamento de dados para sua comunidade científica e acadêmica.

Palavras-chave: Repositórios de Publicações Científicas. Repositórios Institucionais. Repositórios de Dados de Pesquisa. Acesso Aberto

ABSTRACT

With the possibility of expanding not only the access, but the dissemination of scientific research, the Repositories of Scientific Publications - until today called Institutional Repositories - promoted a great revolution in the way we consume Science. This in turn, largely coming from the Federal Institutions of Higher Education (IFES) in the country, found in the Repositories a way to manage information in an assertive way. With the reuse of data from surveys that were fully stored at the time, it is understood the need for a Repository that stores the data generated in this process. This work sought to map the process of creating Research Data Repositories (RDP) in IFES that already have a Repository of Scientific Publications. The basic purpose research used a questionnaire for the managers of the Repositories of Scientific Publications of the IFES in the country. Twenty-five managers from different regions of the country participated in the research, who already have Repositories of Scientific Publications. The research sought to identify the areas of training and the profiles of professionals who work in the projects, their areas of activity within the IFES, the software used in the repositories and the existence of an RDP or project for its implementation. The results made it possible to map the progress of the theme in these Institutions and revealed that many of the professionals who work in the RDPs are librarians, that two of the investigated IFES have their RDP, that two are in the testing phase for their implementation and that five do not have RDPs, but have a project for that. It is concluded that the debate around the RDPs begins to emerge in the country's IFES, but it still needs studies and involvement within the Institutions. Therefore, it is essential that institutions provide the necessary support to their professionals, through policies that reinforce and encourage the sharing of data for their scientific and academic community.

Keywords: Repositories of Scientific Publications. Institutional Repositories. Research Data Repositories. Open Access

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Diferenças das funções entre gestor e equipe de execução do RDI	34
Quadro 2 – Nível de especialização dos gestores, área e quantidade de respondentes	54
Quadro 3 – Composição das equipes indicados pelos gestores	60
Quadro 4 – Percepção dos gestores em relação a visão da comunidade acadêmica sobre o RDI	62
Quadro 5 – Observações dos respondentes quanto a sua experiência como gestor do RDI ...	63
Quadro 6 – Principais diferenças apontadas pelos gestores quanto às diferenças entre os repositórios	68
Quadro 7 – Motivações para a escolha do <i>software</i> do RDP	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Formação dos gestores	53
Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos gestores	53
Gráfico 3 – Tempo de gestão do RDI	55
Gráfico 4 – Números de gestores do RDI	56
Gráfico 5 – Ano de elaboração das políticas do RDI	56
Gráfico 6 – Frequência da atualização das políticas do RDI	57
Gráfico 7 – Número de profissionais atuantes no RDI	58
Gráfico 8 – Perfis profissionais correspondentes às equipes do RDI	59
Gráfico 9 – Setor(es) responsável(eis) pelo RDI	61
Gráfico 10 – Existência de um RDP na instituição	67
Gráfico 11 - Reconhecimento das principais diferenças entre o RDI e o RDP	68
Gráfico 12 – Composição da equipe do RDP comparando com a equipe do RDI	71
Gráfico 13 - Qual setor é apontado como o responsável pelo RPD	72
Gráfico 14 – Qual <i>software</i> será ou é utilizado no RDP	72

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AA	Acesso Aberto
BOAI	<i>Budapest Open Access Initiative</i>
DCC	<i>Digital Curation Centre</i>
DOAJ	<i>Directory of Open Access Journals</i>
ELPUB	<i>International Conference on Electronic Publishing</i>
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
<i>Gold Road</i>	Via Dourada
<i>Green Road</i>	Via Verde
IBICT	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia
IES	Instituição de Ensino Superior
IFES	Instituições Federais de Ensino Superior
OA	<i>Open Access</i>
OAI	<i>Open Archive Initiative</i>
OJS	<i>Open Journal System</i>
PGD	Plano de Gestão de Dados
RDI	Repositório Digital Institucional
RDP	Repositório de Dados de Pesquisa
RI	Repositório Institucional
ROAR	<i>Registry of Open Access Repositories</i>
RPC	Repositório de Publicações Científicas
UFGD	Universidade da Grande Dourados

UNILAB	Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
UFFS	Universidade Federal da Fronteira Sul
UFPA	Universidade Federal de Lavras
UFMG	Universidade Federal de Minas Gerais
UFPEL	Universidade Federal de Pelotas
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFRR	Universidade Federal de Roraima
UFSM	Universidade Federal de Santa Maria
UFU	Universidade Federal de Uberlândia
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFBA	Universidade Federal do Pará
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFPR	Universidade Federal do Paraná
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
FURG	Universidade Federal do Rio Grande
UFVJM	Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UFRRJ	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Sumário

1 INTRODUÇÃO	15
1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA	18
1.2 OBJETIVOS.....	19
1.3 OBJETIVO GERAL	19
1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.5 JUSTIFICATIVA.....	20
2 REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1 Ciência Aberta	22
2.2 O movimento de Acesso Aberto e os Repositórios Digitais Institucionais	28
2.3 Dados e os Repositórios de Dados de Pesquisa (RDP).....	37
3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA	47
3.1 Classificação da Pesquisa	47
3.2 Universo e Amostra da Pesquisa	48
3.3 Etapas da pesquisa	50
3.4 Coleta de Dados	50
4 RESULTADOS	52
4.1 <i>Perfil profissional</i>	53
4.2 <i>RDI e suas práticas</i>	58
4.3 <i>RDP institucional</i>	67
5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	75
5.1 <i>Perfil profissional dos gestores</i>	75
5.2 <i>Repositório de Publicações Científicas e suas práticas</i>	77
5.3 <i>Repositório de Dados de Pesquisa</i>	80
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	84
REFERÊNCIAS	89
APÊNDICE A – Questionário para os gestores dos RDIs	97
APÊNDICE B – Lista das Instituições de Ensino Superior (IFES) Brasileiras e levantamento sobre o RDI	104
APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido	107

1 INTRODUÇÃO

O modo de comunicarmos a ciência, reinventou-se, ou seja, na medida em que o avanço da internet passou a permear em nossa sociedade, novas ferramentas se faziam necessárias para organizar um fluxo gradativo de informações. Sendo assim, na medida em que a tecnologia avançava, as máquinas evoluíam a partir de tecnologias mais modernas, principalmente, após a grande guerra, que originou uma grande explosão informacional. Surgindo assim, mudanças significativas no modo de fazer e compartilhar a ciência, transmitindo informações de uma maneira ampla e com menos barreiras de acesso. Deste modo, uma Ciência Aberta (CA) manifesta-se, logrando seu espaço, e aos poucos, modificando processos enraizados na comunicação dos resultados de pesquisa. Novos modelos de comunicação, surgem, buscando tornar dinâmico o processo de comunicar algo, seja uma notícia, um resultado de uma pesquisa, incentivando que a Ciência acompanhe esta velocidade de transmissão de dados e insumos para os pesquisadores. Dessa forma, Silveira *et al.* (p. 7, 2021), reforçam que,

Muitas das ferramentas disponíveis são adotadas e usadas por uma ampla variedade de pesquisadores, entretanto, muitas vezes não se encaixam perfeitamente nos fluxos de trabalho existentes. Sejam ferramentas, sites de redes sociais, cadernos de laboratórios eletrônicos, entre outros, eles devem ser construídos para auxiliar os cientistas no que já está em andamento em suas pesquisas.

Pois, se por um lado, obtemos progresso e crescimento na sociedade contemporânea, por meio de pesquisas menos restritivas, salienta-se que é também por meio deste progresso científico – resultado do acesso à informação sem barreiras - que vamos tornando potentes, dinâmicas e menos custosas, as ferramentas capazes de permitir o acesso de qualquer indivíduo.

O movimento do Acesso Aberto¹ (AA) figura como importante marco de referência nos processos de transformação e no modo de comunicar a ciência, sendo um dos primeiros movimentos da Ciência Aberta. Emerge assim, como ponto de convergência dos movimentos que buscam o fortalecimento da CA, aperfeiçoando o modo de comunicar pesquisas, ou seja, uma maneira confiável

¹ Conhecido em inglês como *Open Access*.

de reproduzir novas pesquisas, potencializando o investimento realizado no meio científico. Servindo assim, a um maior número de indivíduos, gratuitamente,

Este retorno é uma reivindicação das agências financiadoras de pesquisa que desejam fomentar a abertura dos métodos e dados das pesquisas para uso de outras investigações, processos e objetos educacionais, inovações tecnológicas, aplicações profissionais, educação continuada e outros usos. Ou seja, o amplo acesso às fontes de conhecimento envolvidas e produzidas pelas pesquisas tem o intuito de maximizar a razão de ser da ciência enquanto empreendimento cooperativo cultural e social. (PACKER; SANTOS, 2019).

Por meio do movimento do AA, potencializando a Ciência Aberta, manifestam-se a criação dos Repositórios Institucionais² (RIs) - para armazenar, disseminar e preservar as pesquisas científicas e a memória institucional. Pois, a informação produzida no meio acadêmico deve ser comunicada para o maior número possível de pessoas. Principalmente, pelo alto valor social que a maior parte dos estudos acadêmicos proporciona e recursos financeiros destinados às pesquisas científicas que advém, em sua maioria, de fomentos públicos. (SOBRAL; SANTOS, 2017).

Os Repositórios Digitais Institucionais (RDIs) surgem como um instrumento que se vale da tecnologia, congregando, em um único local, publicações científicas de diversos tipos, oriundas das práticas institucionais. Seu uso tende a facilitar a organização e representação da informação, possibilitando o acesso aberto à massa informacional, advinda de uma instituição de ensino, organizado em um único sistema/local, por meio de *software* livre. (IBICT, 2018, *online*).

No Brasil, a disseminação e a implantação de repositórios de acesso aberto, nas Instituições de ensino superior, consolidam-se por iniciativa do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), por meio de ações que visavam prover estas instituições com ferramentas tecnológicas e metodológicas para criação de repositórios institucionais.

² Durante a pesquisa adota-se os termos Repositório Digital Institucional e Repositórios de Publicações Científicas para se referir aos Repositórios Institucionais, exceto, em citações de outros autores.

Assim como a Ciência Aberta promove a disseminação de publicações científicas de maneira ampla e gratuita por meio de iniciativas como os repositórios digitais – institucionais, temáticos, entre outros – em um cenário que desponta, há um especial interesse em dar acesso aos dados provenientes de pesquisas e processos científicos.

Por meio do uso de metadados³ e baseado em padrões internacionais⁴, a interoperabilidade⁵ de um Repositório, conecta-se diretamente à ambiência informacional e tecnológica, pois, a adoção de metadados irá permitir a descrição de forma padronizada, mas, também, “imprime significado aos dados. [...] a interoperabilidade compreende a capacidade de comunicação e troca de dados, e informações entre sistemas [...] sem haver, necessariamente, a intervenção humana”. (MARQUES; VECHIATO, 2017, p.3).

Surge assim, um novo desafio para os pesquisadores e profissionais da informação, pois, os dados de uma pesquisa devem estar disponíveis, livre de barreiras financeiras, permitindo que sejam utilizados, reutilizados e, posteriormente, distribuídos.

Incentiva-se o compartilhamento, uso e reuso de dados, onde estes mesmos dados, “[...] se devidamente tratados, preservados e gerenciados, podem constituir uma fonte inestimável de recursos informacionais para a pesquisa científica e para o ensino da ciência”. (SAYÃO; SALES, 2015b, p. 1).

As pesquisas geram dados que precisam atender padrões internacionais, para que, em última análise sejam passíveis de reuso. Para tal, práticas vêm sendo estudadas e aplicadas dentro do movimento da Ciência Aberta, como por exemplo, os princípios FAIR (*Findable, Accessible, Interoperable e Reusable*). (HENNING, RIBEIRO, SANTOS, SANTOS, 2019).

Portanto, cabe um forte trabalho nas instituições de ensino superior - como as maiores produtoras de pesquisas científicas – para que assim, como aderiram ao processo da abertura da produção científica institucional, por meio

³ Metadados são informações estruturadas que descrevem e permitem localizar, gerenciar, controlar e preservar informações ao longo do tempo.

⁴ Os padrões de estrutura de metadados (dados sobre dados) mais gerais são: MARC Bibliográfico, MARCXML, MODS e *Dublin Core*.

⁵ Diz respeito à capacidade de dois ou mais sistemas se comunicarem de forma eficaz, garantindo a integridade dos dados ou resultados almejados. Sendo necessário que os padrões dos sistemas, sejam abertos e flexíveis.

dos RDIs, empenhem-se, também, na abertura e disponibilização dos Dados de Pesquisa.

Pois, segundo o fundador do consórcio *World Wide Web*, Tim Berners-Lee⁶ (2006), “Os dados são preciosos e vão durar mais que os próprios sistemas”, porém, para que isto ocorra, são necessários processos, recursos humanos e tecnológicos adequados.

Isto posto, o presente estudo pretende abordar os processos referentes aos Repositórios de Dados de Pesquisa (RDPs) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras, buscando assim, visualizar o que vem ocorrendo nessas instituições sobre o processo de criação de outro tipo de repositório. Ou seja, um Repositório voltado para os Dados de Pesquisa. Para tal, nos apoiamos na literatura e em um instrumento de coleta de dados que permitiu atingir os objetivos da pesquisa.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO PROBLEMA

O ambiente universitário, produz grande parte da Ciência que circula na sociedade. Sendo as IFES, incentivadas a desenvolver estudos de relevância científica, por meio de verbas que são destinadas para pesquisas, manutenções de laboratórios, bolsas de pesquisa, programas de pós-graduação. Dada à importância crescente de abertura dos dados de pesquisa, acelerando o processo científico de novos estudos, principalmente no ambiente universitário, com os dados que são um insumo das pesquisas científicas, e, correlacionando-os com os Repositórios de Publicações Científicas. Buscou-se assim, identificar os processos que as IFES participantes do estudo, possuem dentro de seus domínios, referentes ao acesso à informação, políticas de acesso aos dados de pesquisa, quem são e onde se encontram os envolvidos no processo de gestão e manutenção dos repositórios. Questionando-se: **Qual é o panorama das Instituições Federais de Ensino Superior brasileiras em relação à implementação de Repositórios de Dados de Pesquisa?**

⁶ Entrevista disponível em: <https://www.bcs.org/articles-opinion-and-research/isnt-it-semantic/>. Acesso em: 20 dez. 2021.

1.2 OBJETIVOS

Esta pesquisa busca atingir os objetivos geral e específicos, elencados a seguir.

1.3 OBJETIVO GERAL

Mapear as Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) brasileiras em relação à implantação de Repositórios de Dados de Pesquisa.

1.4 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- a) Identificar as Instituições Federais de Ensino Superior que possuem projeto para implementar seu Repositório de Dados de Pesquisa ou que já o implementaram;
- b) Apresentar o perfil dos profissionais que atuam nos RDIs e RDPs existentes nas instituições analisadas nesta pesquisa;
- c) Verificar se as IFES pesquisadas dispõem de políticas institucionais, de acesso aberto e ciência aberta, e se essas fazem menção a gestão e/ou compartilhamento de dados de pesquisa;
- d) Identificar os *softwares* selecionado pelas IFES para implementar os repositórios de dados de pesquisa e quais as motivações para sua escolha;
- e) Mapear as diferenças e/ou semelhanças entre o Repositório de documentos e de Dados, percebidas pelos gestores das instituições.

1.5 JUSTIFICATIVA

O movimento pela Ciência Aberta tem por objetivo a transparência da ciência e o acesso livre ao conhecimento gerado pelos pesquisadores. À medida que novas necessidades e tecnologias surgem, novos caminhos despontam como solução para este acesso.

Destarte, a pesquisa científica contemporânea no seu compromisso por esquadrihar novos conhecimentos, produz e utiliza intensivamente dados digitais dos mais variados tipos, tamanho e conteúdo. “Nesse contexto de mudanças, os dados deixam de ser simples subprodutos das atividades de pesquisa e se tornam recursos informacionais de primeira grandeza, caracterizando um novo paradigma”. (SAYÃO; SALES, 2016a, p.90).

Os dados de pesquisa são inerentes ao fazer científico. A necessidade do acesso a estes dados reforça-se, aos poucos, por meio de documentos, projetos internacionais, planejamentos, favorecendo a comunidade científica. (PINFIELD; COX, SMITH, 2014).

Deste modo, instituições acadêmicas, em especial, as de ensino superior, passam a ter a incumbência do gerenciamento destes dados, produzidos em grande volume e variedade, pelos seus pesquisadores. Uma gestão apropriada permite que a comunidade científica se beneficie destes dados. (MONTEIRO; SANT’ANA, 2018).

Enquanto os Repositórios de Publicações Científicas, em sua maioria, armazenam publicações revisadas por pares, os Repositórios de Dados de Pesquisa contêm todo e qualquer tipo de dados gerados e coletados durante a realização de uma pesquisa. Monteiro e Sant’Ana (2018) reforçam que estes repositórios, vinculam-se naturalmente a instituições de ensino, pois estas, buscam na sua essência contribuir, com o desenvolvimento das pesquisas científicas, algo possível, através da disponibilização de dados sem barreiras, em especial, financeiras ou de acesso.

Outrossim, o processo de gestão de dados de pesquisa ganha destaque nos últimos anos, em parte, pela conscientização sobre o valor contido nestes dados e dos riscos de perdê-los no longo prazo. (SESARTIC; TOWE, 2016). Assim, altera-se a configuração contextual dos Repositórios Digitais

Institucionais que, além das publicações, agora passam a disponibilizar, também, dados de pesquisa.

Essa pesquisa justifica-se e espera contribuir, com uma intensificação no debate em torno dos temas Repositórios de Digitais Institucionais, chegando aos Repositórios de Dados de Pesquisa. Salienda-se, que se faz necessário, estudos que explorem a importância de ferramentas que contribuam com a democratização do acesso a informação científica. Com este estudo, espera-se também, que as Instituições que ainda não se envolveram com a preservação dos dados de suas pesquisas e publicações institucionais, possam vir a iniciar estes estudos e debates, dentro do seu âmbito institucional.

Para a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), este trabalho pode ser um direcionamento sobre suas estratégias para a implementação do seu Repositório de Dados. Pois, mesmo com a consolidação dos repositórios institucionais no país e o sucesso do LUME – Repositório Digital da UFRGS -, os RDPs trazem consigo novos desafios. Também, pode reforçar os debates já iniciados pelos docentes da instituição, ligados à área da CI no grupo RDP Brasil (Rede de Dados de Pesquisa Brasileira), uma parceria, que inicialmente contou com a Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), em 2018 e se mantêm até hoje com a RNP e IBICT.

Por fim, ressalta-se a afinidade da pesquisadora com o tema, tendo a temática dos repositórios, acompanhado a sua atuação durante a graduação, o que permitiu a participação na implementação do Repositório Institucional da Universidade Federal do Rio Grande (FURG), além da produção de trabalhos acadêmicos, inclusive de cunho internacional.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Esta sessão destina-se à apresentação dos temas que compõe a parte teórica da dissertação, proporcionando o embasamento sobre: Ciência Aberta, o movimento de Acesso Aberto e os Repositórios Digitais Institucionais e por fim, os Repositórios de Dados de Pesquisa.

2.1 Ciência Aberta

A sociedade da informação, caracterização da época em que vivemos, é marcada pela centralidade de um recurso imaterial e pervasivo. Gleick (2013, p.9) explica, “[...] informação é aquilo que alimenta o funcionamento do nosso mundo: o sangue e o combustível, o princípio vital. Ela permeia a ciência de cima a baixo, transformando todos os ramos do conhecimento”.

Durante a revolução industrial, a ciência desenvolveu-se, moldando um novo vínculo entre ciência, tecnologia e a indústria. Essa relação viabiliza um novo olhar para o papel da ciência, despertando interesses financeiros, conferindo-lhe um viés de mercadoria. (FREITAS, 2017).

Destarte, a ciência passa a fomentar a economia, potencializando países considerados de primeiro mundo, e o conhecimento científico atinge um novo patamar no poder decisório. Desta maneira, cientistas e estudiosos, refletem sobre o verdadeiro papel da ciência e o lugar dos dados adquiridos através de pesquisas, voltando-se contra a premissa da época, em que novos conhecimentos eram restringidos a um círculo privilegiado de pessoas. (GOMES, 2021).

Fato é que a ciência que venha a ser gerada, não desempenha seu papel sendo restritiva, disponível a uma pequena parcela privilegiada da população, sendo assim o autor ainda reforça que,

Em meio a essas mudanças do papel da ciência na sociedade, muitos pesquisadores foram em busca de uma nova prática da ciência, capaz de alcançar a todos e fazer com que o conhecimento adquirido pudesse ser compartilhado por completo, surgindo assim à ideia de Ciência Aberta. (GOMES, 2021, p.9).

Com o surgimento de interesses econômicos, a Ciência, que por vezes era acessível a poucos, torna-se objeto de grande estima. Através de novas

descobertas, surgem diversos produtos e serviços à sociedade, por fim a ciência, “foi se aproximando mais do mercado e das aplicações práticas, se envolvendo em processos competitivos e sendo chamada a responder pelo desenvolvimento e bem-estar das nações”. (GUIMARÃES, 2014, p. 140).

Sendo, a ciência, segundo Morais (2013, p. 26-27),

[...] mais do que uma instituição, é uma atividade. Podemos mesmo dizer que ‘ciência’ é um conceito abstrato. O que conhecemos concretamente são cientistas que trabalham e os resultados do trabalho destes [...] o processo de investigação, em todos os ramos da Ciência, revelou que os princípios tidos como basilares em certa época tiveram de ser modificados ou substituídos para manter adequação a fatos revelados por novas descobertas.

A Ciência Aberta é considerada um termo guarda-chuva, que segundo Albagli (2015, p. 2) “[...] engloba diferentes tipos de práticas e abordagens científicas estabelecidas em rede, transparentes e responsáveis baseadas fortemente na cultura digital e no pressuposto de que o conhecimento científico é um bem público”. A mesma autora ainda reforça que a Ciência Aberta pode englobar diferentes significados, práticas e iniciativas, além de perspectivas distintas, e não apenas a disponibilização por si, suas metas para valorização das produções para cientistas ou leigos vislumbra uma sociedade que possa ter o acesso a informações científicas, se assim o desejar, em qualquer tempo ou espaço.

Neste cenário, novas práticas colaborativas foram sendo desenvolvidas, reforçando que a Ciência Aberta promove a ampliação de estoques do conhecimento público, propiciando não apenas o aumento dos índices gerais de produtividade científica e de inovação, mas também taxas de retornos sociais dos investimentos em ciência e tecnologia.

Vivemos em uma sociedade em rede, ambiente que propicia os movimentos da Ciência Aberta e do Acesso Aberto às pesquisas passadas e novas. Onde o acesso irrestrito pode transformar sociedades e democratizar processos antes engessados e elitizados. O projeto criado pelo grupo Facilitate Open Science Training for European Research (FOSTER) diz que,

A Ciência Aberta é a prática científica que permite que outros possam colaborar e contribuir, onde os dados da investigação, as notas laboratoriais e outros processos investigativos são livremente disponibilizados, sob condições que possibilitem o reuso, a redistribuição e a reprodução da investigação e dos dados e métodos subjacentes. (FOSTER, 2020, *on-line*, tradução nossa).

Ainda o projeto FOSTER, reforça que alguns dos pilares para uma Ciência Aberta, são: ferramentas de ciência aberta e a avaliação da ciência aberta; políticas de ciência aberta; acesso aberto; pesquisa reprodutível aberta; dados abertos, entre outros, que podem ser identificados na Taxonomia criada pelo grupo a fim de descrever fatores que auxiliam na CA. (FOSTER, 2020)⁷.

No Brasil, há um estudo, intitulado “Ciência Aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia⁸”, onde pesquisadores brasileiros da área da CI, fazem um estudo aprofundado sobre a representação do termo Ciência Aberta na literatura científica, utilizando como base a taxonomia de Pontika, analisando as produções de 2015 a 2019 na base *Mendeley*. Este estudo reforça que “[...] a taxonomia da Ciência Aberta remonta à ideia de um ecossistema: é um conjunto de atividades que interagem entre si e impulsionam umas às outras”. (SILVEIRA *et al.*, 2021, p.7). Ainda este recorte sobre o termo ciência aberta, na literatura, traz a definição de que,

Observados os conceitos identificados, entende-se que a Ciência Aberta se assemelha a um ecossistema que envolve diferentes perspectivas inter-relacionadas, cada qual com suas particularidades. São elas: a) filosóficas: ética, integridade, transparência; b) científicas: inovação, uso, reúso, reprodutibilidade, replicabilidade; c) sociais: rede de colaboração, ciência cidadã, compartilhamento e democratização da informação; d) tecnológicas: padronização, rastreabilidade, interoperabilidade; e) políticas: relativas ao desenvolvimento de legislações e políticas públicas para a promoção da Ciência Aberta; f) econômicas: alusivas ao investimento econômico, a infraestruturas de comunicação científica e a negociações de acesso à informação de maneira estratégica entre outros países. (SILVEIRA *et al.*, 2021, p.12).

A Ciência Aberta apregoa que as pesquisas e os trabalhos científicos resultantes dessas pesquisas, sejam disponibilizados sem custos, associando-se à transparência, acima de tudo, nos processos de pesquisa e sua reprodutibilidade, visando à democratização do acesso ao conhecimento científico. Juntamente, visa o desenvolvimento e o avanço dos processos de

⁷ Versão em Português da Taxonomia criada pelo grupo Foster. Desenvolvida por: (PONTIKA; KNOTH, 2015). Acesso em: https://figshare.com/articles/figure/Taxonomia_da_Cincia_Aberta/12124002. Acesso em: 20 jul. 2022.

⁸ SILVEIRA, L. da *et al.* Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. - **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79646>. Acesso em: 19 out. 2022.

descoberta e de inovação, compartilhando de modo aberto as ferramentas utilizadas e os resultados de pesquisa.

Cinco escolas de pensamento traduzem a perspectiva sobre o movimento da Ciência Aberta e complementam-se em diversos pontos. Conforme Fecher e Friesike (2013) são elas:

Public School (escola pública) recomenda irmos além do acesso à pesquisa, almejando a compreensão por parte da sociedade, e não exclusivamente de profissionais com expertise. Cabe uma crítica, à chamada Ciência Cidadã, que acaba por tornar o cidadão leigo em mero participante do processo, sem importa-se com a sua compreensão, que deveria ser o seu objetivo final.

Democratic school (escola democrática), sustenta que principalmente pesquisas que são financiadas com verbas públicas, devem estar disponíveis para qualquer pessoa, utiliza-se de duas vias (*open data* – abertura de dados) e (*open science* – resultados de pesquisas), sem restrições ao usuário.

Pragmatic school (escola prágmatica), tem foco no resultado da abertura de informações, como a inovação para o meio científico, focando em possíveis transformações tecnológicas por meio do avanço da ciência.

Infrastructure school (escola da infraestrutura), interessa-se especialmente pelos meios relacionados à infraestrutura necessária para fazer ser possível, buscando melhorias nos ambientes virtuais, cita-se aqui, a infraestrutura dos repositórios.

Finalizando, temos a **Measurement school** (escola das métricas), que foca em mensurar o avanço científico por meio de ferramentas que utilizam tecnologias quantitativas como, por exemplo, a *altmetria*.

O “ecossistema da Ciência Aberta” não é somente tecnologia da informação. Seu modelo alcança outro patamar além da plataforma por onde é divulgada, ou seja, há uma simbiose entre as pessoas, as tecnologias envolvidas e os processos do ciclo de vida da pesquisa, Silva e Silveira (2019, p.8), ainda ressaltam que a “ciência aberta é entendida como uma das manifestações do movimento de livre acesso à informação, que tem ganhado aceitação na comunidade científica”, tornando-se uma das consequências do desenvolvimento da internet.

À vista disso, a CA é mais do que o acesso aberto às publicações e aos dados da pesquisa. Ela vai além da simples abertura dos resultados ao final do processo, ou seja, a CA acontece durante o processo de pesquisa no todo, com recursos de transparência e usando métodos e ferramentas que vão facilitar esta partilha, reutilização e colaboração. Deste modo, torna-se um conceito abrangente, pois baseia-se, em diversos pilares e inclui múltiplas dimensões. (FIOCRUZ, 2020, *online*).

O Acesso Aberto resulta em uma das diversas ações referentes à Ciência Aberta. É um movimento de alcance mundial, que promove o acesso irrestrito – gratuito – a toda literatura científica, preservando, porém, os direitos do autor sobre a sua produção, garantindo o crédito que lhe é devido, mas com um alcance além das barreiras monetárias, que apenas uma abertura nestes moldes, pode proporcionar, o aposto dos periódicos restritos e com valores de assinatura elevados.

Já em 1990, começam a ocorrer conferências, reunindo especialistas “[...] para apresentar soluções para a temática. Surgem assim, os manifestos e as declarações que são documentos que orientam as instituições e demais interessados a desenvolver projetos de Acesso Aberto”. (RIOS; LUCAS, AMORIM, 2019, p. 151).

Ao término de 1990, mais precisamente 25 de dezembro de 1990, Timothy John Berners-Lee, “[...] com a ajuda de Robert Cailliau e um jovem estudante do CERN, implementou a primeira comunicação bem-sucedida entre um cliente HTTP⁹ e o servidor através da internet” (BLOG, 2010, *online*). Modificando, assim, os processos transmissão de informações com o uso da *internet*, tornando possível, uma troca de conteúdo sem a restrição de um espaço físico e com maior velocidade.

Sendo assim, Bomfá *et al.* (2008, p. 311), reforça a importância destes movimentos em prol da abertura da informação,

Os movimentos em favor do acesso livre à informação científica surgiram a partir de discussões entre pesquisadores, bibliotecários, autores e editores com o intuito de promover a divulgação e acesso, de modo rápido e amplo, às publicações de literatura científica primária. Além disso, tem-se o aumento da visibilidade, tanto nacional quanto internacionalmente, dos resultados das pesquisas científicas.

⁹ O HTTP é o protocolo para a troca ou transferência de hipertexto. Hipertexto é o texto estruturado que utiliza ligações lógicas (hiperlinks) entre nós contendo texto.

Os primeiros movimentos iniciam-se em 1996 de maneira mais efetiva, ganhando notoriedade e levando a comunidade científica a debater os benefícios e a crescente necessidade de empenhar-se em por uma ciência menos restritiva,

1996- American Library Association (ALA) - Declaração dos direitos das bibliotecas - Estabelece a política de acesso a informações eletrônicas, serviços e redes - direitos de acesso à informação ou fontes de informação e à privacidade a todos os usuários, delegando, especialmente aos pais e responsáveis por crianças, a responsabilidade pela orientação quanto ao acesso à informação.

1999 - Convenção de Santa Fé – Novo México. Define os princípios básicos de uma nova filosofia para a publicação científica, que são o auto-arquivamento, a revisão pela comunidade e a interoperabilidade.

1999 - PubMed Central (PMC). Proposta do desenvolvimento de um site de publicação eletrônica, que oferecesse de forma livre o acesso à literatura da área de ciências da vida, tanto às já publicadas como às pré-publicadas, pelo diretor do National Institute of Health (NIH) nos Estados Unidos, Harold Varmus. O movimento lançou o PubMed Central (PMC) em 2000.

2000 - Public Library of Science (PloS). Lançamento de uma carta aberta, por um grupo de cientistas dedicados a tornar a literatura científica e médica do mundo um recurso público. A carta circulou o mundo através de e-mail, conclamando a comunidade científica a apoiar o esforço, para fazer com que a literatura científica estivesse disponível livremente por meio de bibliotecas públicas on-line, como o PubMed. (BOMFÁ *et al.*, 2008, p. 312).

Em 2002 a Budapest Open Access Initiative (BOAI)¹⁰, com o foco na discussão em remover as barreiras, que os pesquisadores vinham historicamente enfrentando, relacionadas à restrição de acesso a pesquisas dos seus pares, propôs algumas estratégias para a implementação do AA, entre elas, cita-se, a via verde (*Green road*) e a via dourada (*Gold road*).

A via verde vai pelo caminho do auto arquivamento de artigos pelos autores nos Repositórios Digitais Institucionais – objeto presente neste estudo - já a via dourada se concretiza, por meio das revistas de Acesso Aberto (revisada por pares). Ressalta-se que os Repositórios de Publicações Científicas são uma realidade mundial, que permitem o acesso às publicações que são realizadas em ambientes acadêmicos e institucionais. Porém, convém ressaltar que a via verde (auto arquivamento de artigos) pelos autores, ainda é

¹⁰ BOAi. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-translation/>. Acesso em: 20 jun. 2022.

uma prática a ser consolidada, assim como o desenvolvimento e a prática de depósito de Dados de Pesquisa, em Repositórios.

Após a iniciativa de Budapest, outros movimentos surgiram, entre eles, a Declaração de Bethesda e a Declaração de Berlim, ambas ocorridas em 2003, todos apoiando o acesso global e irrestrito ao conhecimento científico. Destacam-se, também, reuniões e diversos documentos que objetivam definir e orientar estratégias comuns para fortalecer o Movimento internacionalmente.

Reverberando, os movimentos sobre a importância da CA e suas estratégias de abertura a Ciência, enfatiza-se que é de interesse dos pesquisadores, que pesquisas sejam disponibilizadas, ferramentas aprimoradas e investimentos potentes realizados na área da divulgação de informações e pesquisas, a matéria prima para novos estudos, torne-se facilmente localizável, poupando, assim, tempo e recursos,

Geralmente, o primeiro argumento mobilizado pelos adeptos da Ciência Aberta é o de promover o avanço da ciência e do conhecimento, através do aprimoramento da comunicação científica, ou seja, a maneira como é tornado comum o conhecimento produzido. Essa motivação é especialmente importante para aqueles que trabalham profissionalmente na atividade de pesquisa na medida que informação e dados são a matéria prima para sua atuação. (CLINIO, 2019, p.4).

Primando pelo desenvolvimento e o avanço dos processos de descoberta e de inovação, compartilhando de modo aberto as ferramentas utilizadas e os resultados de pesquisa, aborda-se, a seguir, o tema Repositórios Digitais Institucionais, como ferramentas ligadas às práticas da Ciência Aberta e do Acesso Aberto.

2.2 O movimento de Acesso Aberto e os Repositórios Digitais Institucionais

Desde a idade média, um meio para desenvolvermos nossa memória social e individual quanto sociedade, traduziu-se em modelos arquivísticos e bibliográficos. Partiu-se da oralidade da memória individual de cada ser humano, compondo a história e também os registros da atualidade. Como extensão ao intelecto humano, o homem busca formas de tornar possível, compartilhar o conhecimento humano a um maior número de pessoas, seja para promover suas habilidades científicas ou realimentar o processo para novos conhecimentos. (FARIAS, 2016).

A necessidade de organização, frente a gama de informações geradas todos os dias, mobiliza a comunidade científica, forçando a criação de vários mecanismos de representação e organização destes acervos gerados com o passar do tempo. Dentre alguns, elenca-se: a catalogação, classificação, controle bibliográfico, as ontologias e semânticas para bases e bancos de dados, ordenação de acervos físicos e eletrônicos, através de sistemas estruturados. (ALBAGLI; CLINIO, RAYCHTOCK, 2014).

As iniciativas em prol da abertura da Ciência por meio do Acesso Aberto incorporam um novo desafio para organização dos estoques de conhecimento, uma vez que as informações surgem em alto fluxo, correndo risco de perderem-se quando não há uma organização adequada. Deste modo, as Tecnologias de Informação e da Comunicação¹¹ (TIC's), tornam-se indispensáveis, possibilitando, o suporte necessário para compor os processos de recuperação e posterior, compartilhamento de informações, reunindo, organizando e disseminando estas informações, e principalmente, preservando-as. (MARQUES, 2020).

Em um cenário marcado por constantes mudanças, a maneira de comunicar a ciência se altera, no centro dos estoques de toda memória científica, surgem os Repositórios, permitindo a democratização do acesso à informação, impulsionando o modo de recuperar a informação que opera em outra plataforma, através do meio digital, representando, as premissas do Acesso Aberto à informação.

Os repositórios podem ser do tipo institucional, abarcando a produção científica de uma instituição, principalmente de nível superior; temáticos, englobam determinada área do conhecimento; governamentais, registrando documentos relacionados a projetos governamentais; e o agregador, caracterizando um repositório que reúne registros de outros repositórios (KURAMOTO, 2012). Anos se passam e estas definições evoluem, até o surgimento dos Repositórios de Dados de Pesquisa, sobre o qual falamos mais adiante em sessão referente ao tema, presente neste estudo.

¹¹ São os meios técnicos usados para tratar a informação e auxiliar no processo de comunicação, incluindo o hardware de computadores, rede e telemóveis.

Amplamente beneficiadas pelo uso destes Repositórios, as Instituições de Ensino Superior, como grandes produtoras de pesquisa e ciência de qualquer país, encontram nos Repositórios um meio de gerenciar a grande demanda de produções oriundas de suas práticas. Para além disso, recebem por meio do uso dos Repositórios, a chance de ampliar sua visibilidade, galgando investimentos e permitindo a continuidade de suas pesquisas.

Passados mais de vinte anos do início das discussões em torno do desenvolvimento dos RDIs, pode-se dizer que são notórios e significativos os desenvolvimentos da área, no Brasil há uma quantidade relevante de repositórios digitais institucionais, pois, houve programas e ações de incentivo elaborados e coordenados pelo IBICT,

No Brasil, este crescimento foi acelerado pelo projeto IBICT-FINEP/PCAL/XBDB, que possibilitou a implantação de 40 repositórios institucionais em diversas universidades e instituições de pesquisa. Com a disseminação e conseqüente conscientização do Movimento de Acesso Aberto à informação científica, diversas instituições brasileiras têm se dedicado à criação de repositórios digitais de acesso aberto [...] O projeto teve seu primeiro edital lançado em 2009 e contemplou 27 instituições, além das cinco do projeto piloto. Desde então têm sido lançado outros editais para atenderem às instituições de pesquisa e universidades no sentido de construir seus próprios repositórios institucionais ou temáticos. O projeto consiste na distribuição de kits tecnológicos, no treinamento dos recursos humanos da instituição e no suporte informacional e técnico para o bom desenvolvimento destes sistemas. (IBICT, 2012c, *online*).

Sendo assim, os Repositórios Digitais Institucionais são bases de dados *online* que reúnem de maneira organizada a produção científica de uma instituição ou área temática e armazenam arquivos de diversos formatos. Ainda, resultam em uma série de benefícios tanto para os pesquisadores quanto às instituições ou sociedades científicas, proporcionam maior visibilidade aos resultados de pesquisas e possibilitam a preservação da memória científica de sua instituição. (IBICT, 2016, *online*).

Neste sentido, para chegarmos ao potencial uso destas ferramentas, há necessidade de comprometimento coletivo, dos indivíduos, profissionais, sociedade e das Instituições de ensino, sendo que “Tais discussões e iniciativas se fizeram conhecidas pelos bibliotecários e aos poucos ganharam força junto a editores de periódicos, gestores de agências de fomento e de instituições acadêmicas e de pesquisa”. (TORINO, 2017, p. 93).

Para Crow (2002), os Repositórios Institucionais possuem suas particularidades, diferenciando-os de outros repositórios, por exemplo, são definidos institucionalmente, orientados cientificamente e academicamente, não efêmeros, focam a comunidade, são abertos e interoperáveis.

Costa e Leite, (2009, p. 163), sugerem que o termo RI, é um meio para o novo modelo de atuação dos bibliotecários e para as instituições de ensino, “cuja ênfase é constituir, gerenciar e, sobretudo, disseminar amplamente coleções digitais de informação científica, de modo que a comunicação, acesso e uso de resultados de pesquisa fossem expandidos”.

Pois, as instituições de ensino superior são grandes produtoras de pesquisas científicas, através de seus programas de pós-graduação e centros de pesquisa, porém, como ressalta Sobral e Santos (2017, p.158), encontram dificuldades na hora de mensurar este progresso, buscando nos RDIs um meio de organizar esta demanda,

A maior parte da informação científica produzida no seio dessas instituições encontra-se indexada nas mais distintas bases de dados referenciais, mas quase nunca as próprias entidades produtoras são capazes de dimensionar o quão relevante possa ser tal informação, já que têm dificuldades de controle sobre o fruto dos seus esforços.

Os Repositórios Institucionais começaram a surgir no ano de 2002, como uma estratégia que iria permitir às universidades assumir o papel de editoras, modernizando seus processos de publicação e divulgando a produção acadêmica em conteúdo digital. (LYNCH, 2003). Ainda o mesmo autor aponta que um repositório “É um conjunto de serviços que a universidade oferece para os membros de sua comunidade para o gerenciamento e a disseminação de conteúdos digitais, criados pela instituição e membros da sua comunidade”. (2003, p. 2).

A evolução dos Repositórios Digitais Institucionais, ao longo da sua trajetória, alcança números exponenciais, mas a potencialidade desta ferramenta dependerá da forma como ela é conduzida pela sua instituição, fazendo-se essencial a elaboração de políticas claras e que garantam um bom uso e funcionamento do repositório.

Para Leite *et al.* (2012, p.10), a política desenvolvida pelo RI, “deve refletir as decisões tomadas ao longo do planejamento do Repositório. É

recomendável que esta política esteja em concordância com aquelas já vigentes na biblioteca e na Instituição”.

Uma política deve ser clara e consistente, pois irá nortear o uso do RI, orientando todas as atividades ligadas a este Repositório, desde o seu planejamento, implementação e desenvolvimento, ligado à sua gestão, ressalta-se que , “Na determinação de necessidades, se concentra o processo base do RD como serviço de informação, e nele está contida a definição de diretrizes que nortearão a atividade, que devem estar descritas em uma política”. (TORINO, 2017, p. 96). Segundo mesmo autor, uma política deve estabelecer,

[...] objetivo, equipe, instâncias e atribuições; mandato e mecanismos de acompanhamento; arquitetura da informação; gestão de coleções; metadados; tipologias, formatos e tamanhos de arquivos; direito autoral e embargo (formas de acesso); formas de povoamento; fluxo de trabalho; tratamento da informação; preservação digital e atualização. (TORINO, 2017, p.97).

Sendo assim, a política de um RDI, pode ser destacada como uma das etapas mais relevantes, devendo anteceder sua implementação, dentro da etapa de planejamento. Pois, irá ditar o seu ritmo do crescimento, refletindo os interesses institucionais no que se refere à disponibilidade de suas produções científicas. Irá orientar professores e discentes, para que depositem seus trabalhos ou disponibilizem seu acesso, para a comunidade acadêmica e de pesquisadores. Devendo ser revista periodicamente e alinhar-se, sempre que necessário, com as tendências mundiais e nacionais no que se refere ao modelo do fazer científico, tornando a ciência acessível, acompanhando deste modo, os avanços da área científica e tecnológica.

A figura 1, indica as etapas desde o planejamento, perpassando por sua implementação, e por fim, o *marketing* e efetiva divulgação, tornando-o reconhecido entre a comunidade universitária, assegurando que ela usufrua dos seus benefícios, contribuindo para o Acesso Aberto ao conhecimento.

Figura 1- Etapas de construção de um Repositório de Publicações Científicas



Fonte: (LEITE, 2009)¹²

Implementar um RDI, necessita do interesse e suporte institucional. É imprescindível, o apoio de diversas repartições – pró-reitorias, centros de pesquisas, rede de bibliotecas, setor tecnológico, recursos humanos, alunos e departamentos, professores, entre outros – fortalecendo-o e gerando um propósito para sua existência. Explicitando para a comunidade acadêmica, sua importância e reforçando o papel de gerar a informação científica e memória acadêmica desta instituição.

A equipe que irá gerir o Repositório, precisa ser selecionada e treinada, para atuar no RDI. Pois a ela, compete o desempenho das atividades que vão permitir o funcionamento das diretrizes estabelecidas previamente na política, assim, como executar as parametrizações¹³, domínio do *Software*¹⁴, devendo deste modo, ter sua importância reforçada no ciclo de funcionamento deste Repositório, estabelecendo e transparecendo as atribuições de cada profissional no processo, etapas estas, vinculadas ao planejamento e implementação.

¹² LEITE, F. C. (2009). Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira: repositórios institucionais de acesso aberto.

¹³ Escolhas elaboradas seguindo o perfil acadêmico e institucional, dispostos na política do RI.

¹⁴ É uma escolha que deve levar em conta as características da sua comunidade acadêmica, os investimentos que a Instituição está disposta a fazer, para que o RI cumpra o seu papel de gerir a informação acadêmica, o *software* deve ser compatível com estas ambições institucionais.

Deste modo, o gestor ou ainda o comitê¹⁵ gestor, merece destaque, por sua importância em elaborar, aplicar e delegar, os processos citados anteriormente. Sendo estas pessoas ou pessoa, responsável (eis) pela tomada de decisões, resguardando os interesses institucionais, em ações que envolvam: manter atualizadas as políticas com diretrizes adequadas aos propósitos do RI; propor maneiras de disseminar o serviço do Repositório Digital Institucional para comunidade acadêmica e científica; estabelecer diretrizes gerais de funcionamento; acompanhar o desenvolvimento do Repositório, perante suas propostas e seguindo sua política, e por fim, propor melhorias sempre que necessário. (TORINO, 2017).

Abaixo, no quadro 1, apreciam-se as principais diferenças dispostas entre o gestor do Repositório e sua equipe de execução.

Quadro 1 – Diferenças das funções entre gestor e equipe de execução do RDI

Função do Gestor do RDI	Funções da equipe de execução do RDI
Gerir recursos humanos, financeiros e tecnológicos envolvidos com o RI	Auxiliar no cumprimento da política
Planejar o desenvolvimento do serviço, visando melhorias constantes	Adotar os procedimentos administrativos e operacionais necessários ao funcionamento do RI
Elaborar e monitorar fluxos de informação e do povoamento	Utilizar padrões nacionais e internacionais de metadados
Gerenciar o funcionamento do serviço, bem como as atividades da equipe executiva	Empregar a forma adotada para o preenchimento dos campos, inclusive no que tange à padronização de autoridades
Elaborar relatórios necessários à instituição mantenedora	Descrever os itens, quando estabelecido no fluxo de trabalho
Mediar à relação entre os diferentes atores	Revisar as submissões, quando estabelecido no fluxo de trabalho
Realizar testes necessários às novas implementações	Certificar-se da permissão para disponibilização dos itens (direito autoral e uso de licenças)
Atuar como administrador do <i>Software</i>	Proporcionar capacitação aos usuários
Criar perfis ou grupos de usuários e parametrizar o uso do sistema	Supervisionar as atividades dos auxiliares
Criar a estrutura de organização da informação do Repositório	Demais atividades pertinentes
Estabelecer, em conjunto com a equipe executiva, o perfil de aplicação de metadados	
Definir, em conjunto com a equipe executiva e de informática, ações necessárias a preservação digital	
Proporcionar capacitação à equipe	
Deliberar sobre quaisquer questões a ele encaminhadas, relativamente ao serviço e, quando necessário, recorrer ao comitê gestor	
Demais ações pertinentes	

Fonte: Quadro adaptado pela autora, segundo, (TORINO, 2017, p. 100).

¹⁵ Geralmente, é formado por integrantes de várias linhas de atuação institucionais, tornando o comitê multidisciplinar e apto a tomar decisões de cunho diretivo relacionados ao RI.

As demandas direcionadas **ao gestor** incluem mediar o restante da equipe; instituir atividades; tomar decisões que afetam diretamente as atividades que devem ser desempenhadas; participar de escolhas estruturais e, prestar contas à instituição por meio de relatórios. Referente **à equipe**, ela executa as atividades que foram validadas e estruturadas pelo seu gestor; gerenciam as ações para que o repositório cumpra seu papel funcional; disseminam as informações e alimentam o sistema com novas publicações seguindo a política vigente; treinam os usuários; revisam o fluxo de depósitos, entre outras atividades, pertinentes ao uso do Repositório.

A etapa considerada final ou sucessora à implementação, indica a necessidade de divulgação entre a comunidade acadêmica, reforçando a existência do Repositório e os benefícios oriundos do seu uso. Indica-se que a política ou ações de *marketing*, sugiram o depósito compulsório¹⁶, avaliando sempre que necessário se os indicadores estão em escala crescente de uso e acesso, através de relatórios fornecidos pelos *softwares*. Porém, em relação ao tipo de depósito a ser instituído, ressalta-se que,

[...] a Capes acredita que a decisão de “obrigar” o pesquisador a depositar sua produção em repositórios institucionais deve ser da instituição, pois cada instituição conhece sua realidade. De acordo com a Capes, eles não podem simplesmente criar uma política compulsória para todas as universidades, pois muitas não possuiriam condições de cumprir tal política. (FREITAS; LEITE, 2018, p.101).

Outro ponto a salientar, referente a divulgação para comunidade, refere-se ao plano de *marketing*¹⁷ adotado pelas instituições, que pode ser um fator crucial, incentivando além do depósito compulsório, um maior interesse por parte dos pesquisadores e da comunidade acadêmica em utilizar a ferramenta. Em mesmo estudo¹⁸, Freitas e Leite (2018, p.101), apontam que os gestores entrevistados reforçam e acreditam que “no momento em que os repositórios não são promovidos dentro da instituição, o desconhecimento e a falta de

¹⁶ Ação onde o autor da produção científica, automaticamente, faz o depósito do seu trabalho no Repositório, contribuindo com a celeridade do processo, tornando seu acesso pela comunidade mais ágil e menos burocrática.

¹⁷ “Embora os repositórios não tenham por finalidade o lucro ou não visem atingir competitividades, a elaboração de um plano de marketing é essencial para a estruturação e divulgação do repositório”. (FREITAS, LEITE, 2018, p.104).

¹⁸ Estudo realizado pelos autores, com base na opinião de pesquisadores, bibliotecários, editores científicos, agências de fomento e gestores de Instituições acadêmicas.

incentivo acomodam os pesquisadores, que não despertam interesse em depositar sua produção nos repositórios institucionais”. Incentiva-se assim, ações de promoção dentro da Instituição, elaborando um plano efetivo para divulgar a ferramenta, em prol da mobilização institucional, levando-os a utilizar o Repositório Digital Institucional para depositar e consumir trabalhos científicos.

Percebe-se, os desafios às instituições de ensino, bibliotecas e para os bibliotecários trazem metas audaciosas no que se refere à reformulação de uma antiga forma de divulgação do fazer científico. Permitem através da inovação, alcançar o sucesso no que se refere a uma forma eficaz de produzir e distribuir ciência, como elemento propulsor para o desenvolvimento da sociedade e de suas instituições, como meta particular.

Salienta-se, por fim, o papel do bibliotecário como um agente de valor no processo de formação de equipes através de suas habilidades técnicas¹⁹, de gestão e de contribuir com a visibilidade do RI, pois, em linhas gerais, a estrutura da biblioteca acadêmica, passa por uma “melhoria do seu status no seio da comunidade acadêmica”. (COSTA, LEITE, 2009, p.181). Ainda os autores, reforçam esta ideia quando argumentam que quando há envolvimento com a criação de RIs “[...] novos e relevantes papéis passam a ser desempenhados por seus bibliotecários, além de ser aumentada significativamente a parceria destes com pesquisadores no exercício de suas funções”. (2009, p.181).

Desde 2002, pesquisadores da área da Ciência e Tecnologia da Informação, dedicam-se a estudar a evolução de ferramentas, padrões e normas, propondo melhorias para os Repositórios, assim contribuindo para o redimensionamento do panorama da Ciência Aberta.

Citam-se os conjuntos de dados que, em sua maioria, são descartados após a publicação das pesquisas ou se perdem com o passar do tempo devido à falta de preservação do conteúdo e formatos, e hoje tornam-se um objeto de interesse de estudo, assim como as ferramentas para a gestão destes dados. A partir disso, modificam-se, também, as competências necessárias às equipes

¹⁹ Organização da informação, conhecimentos sobre processos de busca e recuperação da informação, fluxos informacionais, atendimento e entendimento de demandas dos usuários da informação, entre outros.

que precisam atuar nestes espaços, frente aos novos desafios, surgindo termos como bibliotecário de dados e biblioteconomia de dados, assim como a curadoria digital que cresce com a massiva demanda de informações geradas todos os dias.

Neste momento de aptidões remodeladas, novos meios de realizar pesquisas surgem, através dos dados coletados por diversos pesquisadores, deste modo, desponta o interesse em viabilizar um Repositório específico para estes dados ou conjunto de dados, antes subutilizados e desprezados pela comunidade científica. Jorge (2018, p. 34) estabelece este pensamento com a seguinte menção, “Já não se considera o acesso ao artigo suficiente, já se discute o acesso aos dados que fundamentam o artigo. Desta forma, repositórios institucionais ou mesmo os repositórios de dados estão sendo pensados sob uma nova perspectiva”.

Partindo deste ponto, abordaremos no próximo tópico, os dados e os Repositórios de Dados de Pesquisa (RDP).

2.3 Dados e os Repositórios de Dados de Pesquisa (RDP)

A palavra “dado” do *Latim data*, particípio passado de *dare*²⁰, “dar”, que tinha também o significado de “conceder, entregar”. Ou seja, um dado seria aquilo que nos é dado de um determinado fenômeno, podemos dizer que é a informação que nos é repassada/transmitida. (KITCHIN, 2014). Sendo assim, um dado pode ser uma informação sobre algo, alguém, um acontecimento, que foi repassado, e assim, geram-se novos dados.

Jorge (2018, p. 38), indica que há diversos registros sobre o termo na antiguidade, até mesmo anteriores a Cristo - Egito e Mesopotâmia, são alguns dos exemplos - reforçando alguns dos eventos marcantes em nossa história enquanto civilização e, nos influenciando enquanto sociedade, “tendo como marcos a contagem básica e o registro de medidas de comprimento e peso, bem como a escrita como método para precisar o registro da produção de mercadorias e das transações comerciais”. Os dados surgem para organização e “datificação”, conforme o autor, das informações cotidianas da sociedade.

²⁰ Com o significado de “informação de computador armazenável e transmissível”, é de 1946. Disponível em: <https://origemdapalavra.com.br/palavras/dados/>. Acesso em 20 jun. 2022.

Ainda Jorge (2018, p.38), reforça sua teoria refletindo que esta “datificação” é a evolução natural das etapas de planejamento, reprodução e de novas experimentações, permitindo deste modo, novas formas de gerar, registrar e capturar os dados que surgem “[...] a matemática tem um papel fundamental neste contexto, pois possibilita a análise dos dados, que antes eram apenas registrados e armazenados”.

Sayão e Sales ressaltam que a importância dos dados na sociedade, advém desde antes da explosão informacional²¹ que vivemos, pois mesmo em tempos passados, diversos segmentos da sociedade, utilizavam-se de dados – governos, empresas, pesquisadores, entre outros segmentos – para tomada de decisões, por exemplo, redirecionamento de empreendimentos, assegurando assim, legitimidade as suas escolhas, afirmando ainda que,

[...] nas últimas décadas, toda a sociedade experimenta um fenômeno inédito que tem como ponto de inflexão uma mudança na curva de disponibilidade de informação: da escassez à extrema abundância de dados. Isso muda muita coisa no mundo em que vivemos, é uma revolução que está transformando o modo como vivemos, trabalhamos, nos divertimos e como produzimos conhecimento científico. (2020, p.32).

Ressalta-se, porém, que há dados “disponibilizados por organizações para serem usados **em** pesquisas, chamados ‘dados **para** pesquisa’”. E os dados, que são produzidos, coletados e processados **por** uma pesquisa, “sendo chamados assim, de ‘dados **de** pesquisa’”. (ROCHA *et al.*, 2018, p. 8, grifo nosso).

Deste modo o termo “dado” dependerá exclusivamente do ambiente no qual está sendo tratado, podendo significar e possuir expectativas diversas, dependendo do seu público, mesmo no meio científico. (SWANSON; RINEHART, 2016).

É possível encontrar na literatura, definições sobre o que são dados, dados de pesquisa, dados abertos ou para alguns pesquisadores, dados científicos²². Mas, a questão de sua abertura em plataformas – entre elas os Repositórios – ainda não é consensual. Principalmente, levando-se em conta, a

²¹ Característica do *Big data* (dados com maior variedade, em volumes crescentes e com velocidade cada vez maior) e *e-Science* (Método de obtenção de resultados científicos, utilizando-se de computação, e de um imenso volume de dados.)

²² Para esta pesquisa, optou-se por utilizar o termo, “dados de pesquisa”.

diversidade de dados, e a necessidade de agrupá-los, auxiliando e direcionando a comunidade científica, sobre o uso destes dados²³.

Lynch (2011) reforça que os registros científicos (artigos, pesquisas, ensaios, entre outros) poderiam disponibilizar seus dados de pesquisa, permitindo que outros pesquisadores pudessem reaplicá-los. Produzindo assim, resultados inéditos, ampliando o registro produzido a partir daqueles dados.

Monteiro (2017, p.32) estabelece que “a evolução da ciência está altamente relacionada ao aprimoramento do instrumental tecnológico que proporciona a cientistas e pesquisadores coletarem dados nos diversos ramos da ciência”.

Reforça-se que os dados de pesquisa precisam ser identificáveis, citáveis, visíveis, recuperáveis, interpretáveis, contextualizáveis, interoperáveis e reutilizáveis. Dados de pesquisa são objetos digitais ou não digitais, como por exemplo, (questionários, avaliações, protocolos de estudo, algoritmos, metodologias, protocolos, planilhas, notas de laboratório, coordenadas geográficas, notas de campo, diários, filmes, imagens, arquivos digitais de áudio e vídeo, sequências genéticas, banco de dados, entre outros tipos de manifestação de pesquisa). (SAYAO; SALES, 2020).

Porém, Silva (2019), reforça que um dado sozinho não irá nos proporcionar informação de relevância,

Passamos da era da geração dados à era do tratamento de dados; por isso, para criar informação sobre dados, necessitamos interpretá-los. Os dados podem ser o começo (a colaboração) das ideias e, com eles, através de seu uso e reutilização, pode-se seguir a cadeia de produção do conhecimento abaixo:

Dados – Informação – Conhecimento – Informação – Dados. (SILVA, 2019, p.23).

Sayão e Sales (2019, p. 42) propõe uma taxonomia²⁴ para os dados, abordando diversos aspectos, dividindo-os através de oito características, a saber: “quanto à origem, quanto ao grau de processamento, quanto à natureza, quanto à abordagem da pesquisa, quanto ao nível de sensibilidade, quanto à

23 Aqui citam-se as licenças mais comuns a *Creative Commons* (através de suas licenças que permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional todos direitos reservados) e a *Open Data Commons* (indicada para dados abertos).

24 A taxonomia pode ser encontrada na íntegra no Ensaio de pesquisa intitulado: “Uma proposta de taxonomia para dados de pesquisa”. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rca/article/view/26337/14573>. Acesso em: 24 jul. 2022.

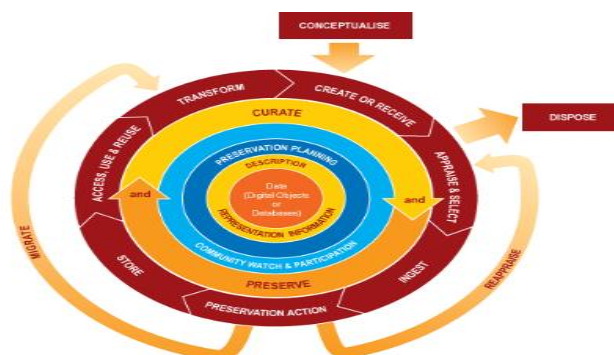
materialidade, quanto à perenidade e quanto à abertura”. Tipificar estes dados permite tornar o processo de curadoria²⁵, mais efetivo, auxiliando a identificação e o propósito de cada um, assim como orientar o seu uso.

Baseando-se nos critérios dispostos pela *National Science Foundation* (*ThSF*, 2007, *online*), Silva (2019, p.27), indica que os dados devem ser classificados, mediante critérios, sendo eles: “procedimento de coleta, por seu caráter (primário ou secundário), pelo grau de estruturação, pelo seu nível de abertura e pelo seu formato”²⁶.

Pennock (2007, p.2, tradução nossa) ressalta que “manter e agregar valor a um corpo confiável de informação digital para uso atual e futuro, em outras palavras, é o gerenciamento ativo e a avaliação das informações digitais durante todo o seu ciclo de vida”.

O ciclo de vida dos dados²⁷ tem sido pauta importante para a pesquisa e para os pesquisadores, surgem assim, modelos mais organizados e assertivos, específicos para este processo em especial. Higgins em 2007 desenvolveu como membro do *Digital Curation Centre (DCC)*, o *Curation Lifecycle Modelo*²⁸, especificando as necessidades de curadoria dos dados (figura 3).

Figura 2 - Modelo do Ciclo de vida dos dados (DCC)



Fonte: *Digital Curation Centre* (2007)²⁹

25 É o processo de gerenciamento de dados de pesquisa durante todo o seu ciclo de vida para torná-lo disponível em longo prazo e reutilizável.

26 O livro “Gestão de dados científicos” aprofunda todos estes aspectos.

27 É um processo que vai descrever o caminho dos dados dentro da sua organização — desde o momento em que o dado é coletado (consentimento ou outra base legal) até o arquivamento ou seu descarte.

28 “Modelo do ciclo de vida dos dados”. (tradução aproximada).

29 Disponível em: <https://www.dcc.ac.uk/guidance/curation-lifecycle-model>.

O modelo citado pelo *DCC* identifica as etapas da curadoria digital e preservação de dados, sendo a curadoria descrita como um processo de evolução da preservação, indicando a preservação digital como o método, processo ou modelo, portanto, processos interligados. Estas ações descritas no modelo apontam, ainda, a importância de desenvolver níveis de preservação em todas as etapas, pois os processos complementam-se, compreendendo o ciclo de vida dos dados, seu uso e reuso, poderá prolongar-se.

No centro deste modelo encontram-se os dados de origem digital, podendo ainda incluir as bases de dados. Silva (2019, p. 51) ainda indica que os modelos de preservação vão apresentar um ciclo em comum, em relação a sua estrutura, recomendando seu agrupamento da seguinte maneira.

Descrição e representação da informação: criação, coleta, preservação e manutenção dos metadados o suficiente para permitir que os dados sejam utilizados e reutilizados durante o tempo necessário. **Planificação da preservação:** estratégias, políticas e procedimentos para todas as ações de curadoria digital. **Participação e planificação do plano de preservação:** a observação o que o modelo pode oferecer para os objetivos de uma comunidade específica, ou seja, um grupo predeterminado dos interessados nos dados, com a finalidade de promover os intercâmbios em seus requisitos para a gestão de dados. Além disso, neste ponto se inclui a participação na elaboração de normas, ferramentas e *softwares* relevantes para a preservação dos dados.

Silva (2019) reforça ainda que os modelos de ciclo de vida dos dados “[...] cobrem sua vida útil após serem criados e analisados, e estarem preparados para serem depositados em um repositório”. Portanto, esta gestão de dados, possibilita que o pesquisador controle este ciclo durante todas as etapas realizadas, assegurando desta maneira, a preservação de dados aos pesquisadores que queiram utilizar estas informações posteriormente.

Sendo assim, diferentemente das publicações acadêmicas que falam por si e refletem de maneira clara os seus conteúdos, os dados de pesquisa e suas coleções, para transmitirem conhecimento no tempo e no espaço, sendo posteriormente interpretados, organizados e reanalisados em contextos diversos – e também diferentes para os quais foram gerados e coletados em sua origem - precisam de ações durante todo seu ciclo de vida.

Um dos objetivos ao se estudar e debater sobre gestão de dados, liga-se ao fato de como podemos preservá-los pelo tempo de interesse dos pesquisadores (acadêmico, administrativo, pessoal, científico, entre outros)

levando-se em conta a importância econômica do processo de preservação, uma vez que se investe muito na análise de coleta destes dados para pesquisas, sendo de interesse poder compartilhá-los sem custos ao invés de desprezá-los.

Desta maneira, por meio de um Plano de Gestão de Dados (PGD), desencadeiam-se diversos benefícios. Podemos destacar alguns, segundo Sales (2014): visibilidade aos dados, compartilhamento, reconhecimento aos autores, ambiente adequado para a preservação destes dados, formação da memória institucional, transparência, segurança para as informações contidas nestes dados, formato *online*, reuso³⁰ de dados, indicador de qualidade e de produtividade.

É por meio da Gestão de Dados de Pesquisa que ficam claros os desafios impostos às universidades e organizações atuantes no setor de Pesquisa e Desenvolvimento. Estas instituições devem estar preparadas para as reformulações que surgem, buscando firmar um modelo para tornar os processos cooperativos e transparentes, onde o compartilhamento de dados da pesquisa seja uma atitude ligada naturalmente, ao processo do fazer científico. (NIELSEN, HJØRLAND, 2014).

Permitir o acesso de documentos, dados, trabalhos científicos, é uma preocupação neste momento que vivenciamos, como consequência do aumento massivo e expressivo de informações sendo geradas diariamente. Reflexo da rotina dos grandes centros de pesquisas, organizações e universidades, que já dispõe de Repositórios Digitais – em especial, os institucionais de publicações científicas – como aporte para gerenciar seu fluxo de informações, através de preservação digital, em consonância com o movimento do Acesso Aberto à pesquisa científica. O acesso de conteúdos gerados, fator competitivo no mundo da ciência e dos financiamentos para novas pesquisas, realimentando todo o processo científico.

A *Royal Society of London* (2012) tem incentivado que as pesquisas sejam conduzidas de maneira aberta, permitindo, assim, a publicação de teorias científicas, disponibilização de dados experimentais e observacionais

³⁰ Utilizar-se de dados coletados por outros pesquisadores.

que permitam aos pares avaliar esses estudos, identificando os erros, rejeitando ou até mesmo, aprimorando essas teorias.

Henning *et al.*, (2019, p. 390), esclarece que “[...] quanto mais abertos estiverem, mais serão usados, reusados e combinados com outros dados, promovendo o crescimento econômico, a inovação e o desenvolvimento”.

Com orientação para abertura dos dados e suas coleções, sugere-se seguir norteadores em sua descrição para que sejam facilmente localizáveis nas bases em que forem indexados e compartilhados, seguindo os chamados princípios FAIR³¹, que indicam que os dados devam ser: Localizáveis, Acessíveis, Interoperáveis e prontos ser Reutilizados.

O valor que os dados de pesquisa possuem, direcionou as ações do IBICT, através do “Manifesto de Acesso Aberto a Dados da Pesquisa Brasileira para Ciência Cidadã”, em setembro de 2016, tornando visível o posicionamento brasileiro, perante o movimento mundial ao acesso aberto à informação científica. Como objetivo principal desta iniciativa, estava o incentivo ao acesso livre, abrangente e ilimitado às fontes primárias³² de dados de pesquisa. O que torna possível o seu uso, reuso, e acima de tudo, reprodutibilidade em novos contextos de investigação científica através destes dados. (IBICT, 2016, *online*). Ainda neste manifesto, o IBICT (2016, *online*) reforça a importância deste processo e da transparência refletida nas pesquisas,

As fontes de dados de pesquisa incluem um amplo, diversificado e heterogêneo espectro de documentos, na maioria dos casos em formatos digitais. Esses materiais de pesquisa, únicos, não são disseminados juntamente com artigos de periódicos, comunicações de congresso e publicações em geral, e ficam inacessíveis aos demais pesquisadores e sociedade. Assim, a implantação de infraestruturas que permitam a seleção, o arquivamento e o acesso a dados de pesquisa possibilitará, além de sua reutilização e geração de novos conhecimentos, a transparência das pesquisas, sua maior efetividade, credibilidade dos resultados, visibilidade e impacto.

O que norteia um caminho para um futuro, entre eles, os Repositórios de Dados de Pesquisa. Uma vez que, “Compartilhar eletronicamente dados de

³¹ **F:** (meta)dados são atribuídos a um identificador global (único e persistente); **A:** (A1. (meta) dados são recuperáveis por seu identificador usando um protocolo de comunicação padronizado; **I:** (meta)dados incluem referências qualificadas a outros (meta)dados; Para ser reutilizável. **R:** (meta)dados atendem aos padrões da comunidade relevantes para o domínio. São alguns dos exemplos com base em (WILKINSON *et al.*, 2016, p. 8, tradução nossa)

³² Dados recolhidos por um pesquisador, geralmente, através de experimentos ou pesquisas. Respondendo a um propósito específico (ao problema inicial de sua pesquisa).

pesquisa não é algo tão novo como parece. Há mais de 40 anos, cientistas da computação já compartilhavam arquivos, de forma anônima, através de FTP³³". (MACHADO, 2015, p.201).

Repositórios de Dados de Pesquisa, assim como os demais repositórios, são uma base de dados digital voltada para suprir as necessidades de armazenamento, organização e disponibilização de objetos digitais. Porém nesse caso, vão abrigar os dados coletados durante uma pesquisa científica, incentivando seu reuso. (SAYÃO; SALES, 2020).

Ainda os autores (2016a) indicam que estes repositórios são banco de dados que vão captar, gerenciar e disseminar dados e seus conjuntos de dados provenientes de pesquisas, além de que constituem - "o lugar mais apropriado para que seus dados sejam preservados e possam ser recuperados, acessados e citados por outros pesquisadores, ou seja, tenham visibilidade em escala mundial". (SAYÃO, SALES, 2016a, p.53).

A implantação de Repositórios para Dados de Pesquisa está em consonância ao movimento de abertura dos dados de pesquisa, proveniente da abertura da Ciência (CA). Por meio destes repositórios, as universidades, podem disseminar os conteúdos produzidos por suas próprias comunidades de pesquisadores, potencializando, dessa forma, a visibilidade e reconhecimento dos mesmos. (MONTEIRO *et al.*, 2017).

Indo além dos evidentes benefícios ao processo de comunicação científica, aqui podemos citar (celeridade, confiabilidade e redução de custos), os dados que venham a ser depositados em repositórios são citáveis, ou seja, produções científicas legítimas e reconhecidas, dados que foram testados em outras pesquisas que confirmam seus usos e hipóteses, obtidas por meio controlado de pesquisa, sendo fontes confiáveis, mesmo quando não publicados anteriormente.

Assegura-se, que historicamente, é no compartilhamento e na abertura à produção coletiva e não individualmente que melhor podemos desenvolver a inovação. Pois este compartilhamento, pode contribuir, para diversas novas pesquisas,

³³ FTP - File Transfer Protocol (Protocolo de Transferência de Arquivos).

Uma das motivações para o gerenciamento de dados é baseada no fato de que, embora os recursos de computação são cada vez mais poderosos, eles não são, no entanto, baratos. Portanto, novas soluções para facilitar a execução de simulações devem ter dados de arquivamento, descoberta e capacidades de acessos construídos desde o início. (YANG; LIZHE; LASZEWSKY, 2010, p. 354, tradução nossa).

Destarte, dados de pesquisa, para além do seu gerenciamento, tornam-se um desafio, não só para as universidades, mas também, para seus pesquisadores e profissionais relacionados à Ciência da Informação, em especial, os bibliotecários. Pois, se de um lado o gerenciamento destes dados, passa a ser imperativo dentro da realidade dos pesquisadores e das instituições de ensino, como pode aplicar-se como um serviço a ser prestado?

A área da Ciência da Informação é uma das áreas que potencializa e dissemina boas práticas, formando profissionais aptos a reforçar e assegurar a comunicação dos processos científicos, por meio de disponibilizar e fazer a curadoria das informações em bases digitais. Afinal, onde depositar estes dados pode poupar tempo, recursos e acelerar novas descobertas, processo este, vital para a sociedade dinâmica no qual vivemos.

O profissional vinculado à área da CI, em especial o bibliotecário, se prova em cada novo advento tecnológico, capaz de interagir com novas fontes de informação, produtos e serviços. Permitindo deste modo, que a qualificação deste profissional seja cada vez mais valorizada nas Instituições de Ensino e Pesquisa. “O futuro das Bibliotecas universitárias, escolares e especializadas, a partir do advento da Internet, tomou um rumo que permitiu a interação online entre os profissionais e seus usuários – externos e internos”. (QUEIROZ; ARAUJO, 2020, p. 133). Assim sendo, o movimento do Acesso Aberto, possibilitou que o profissional da Ciência da Informação, vislumbrasse novos cenários e possibilitasse gerenciar uma gama maior de informações que, anteriormente, limitavam-se à estrutura física de sua biblioteca, alcançando inúmeros usuários mundo a fora, através dos Repositórios.

Se a base do “fazer” bibliotecário é a gestão do conhecimento, estar à frente de um projeto como um repositório, impõe ao bibliotecário novas particularidades. Ele irá gerenciar um sistema totalmente *online*, coleções e conteúdos depositados, as equipes/pessoas que farão este trabalho ou vão usufruir do sistema, entre elas, Shintaku e Meirelles ressaltam,

[...] leitores (usuários que acessam o repositório à procura de informações); grupo gestor do repositório (administradores ou usuários do repositório que definem as políticas gerais e que decidem sobre a sua atuação; equipe de informática (profissionais responsáveis pela execução de procedimentos técnicos, específicos de informática); catalogadores (usuários que submetem os documentos ao repositório, em alguns casos de autoarquivamento é o próprio autor); avaliadores, certificadores dos conteúdos e revisores dos metadados (SHINTAKU; MEIRELLES, 2010, p. 17).

Estes repositórios vão permitir que os bibliotecários trabalhem em rede, por vezes com outras bibliotecas da sua instituição ou até mesmo de fora dela, levando, assim, a uma “aprendizagem conjunta e a interação entre os demais profissionais, resultando em estabelecer contatos, intercâmbio e colaboração das informações disponibilizadas”. (QUEIROZ. ARAUJO, 2020, p. 152).

O aumento e a visibilidade das produções devem evocar uma gestão de qualidade, em conjunto com diretrizes dispostas em políticas, que podem ser reformuladas sempre que necessário. Corre-se o risco, sem uma orientação e apoio institucional, que este Repositório seja descontinuado ou sofra com alta rotatividade da equipe responsável, não motivada com o projeto de um Repositório, por não encontrar suporte para o desempenho de suas atividades.

Segundo Monteiro (2017, p. 32), “A evolução da ciência está altamente relacionada ao aprimoramento do instrumental tecnológico que proporciona a cientistas e pesquisadores coletarem dados nos diversos ramos da ciência”. Para, além disso, a autora ainda afirma que “Os repositórios de dados são uma evolução dos repositórios digitais.” (2017, p. 34).

Frente à importância dos debates em torno dos RDPs que despontam para seguir em consonância com a Ciência Aberta, que se modifica, olhando os dados gerados através de pesquisas – antes subjugados – com renovado interesse. A pesquisa buscou responder, se as IFES já implementaram estes Repositórios de Dados em suas instituições, considerando que as mesmas já possuem a experiência prévia de um Repositório de Publicações Científicas. Caso não o tenham feito, há discussões ou projeto?. Além de discutir outros pontos, abordados na literatura e que refletem o funcionamento destes repositórios, alguns deles: a existência de uma política, a equipe e equipe gestora, o perfil dos profissionais atuantes, escolha do sistema de *software*, assim, identificando assim, o panorama que desponta em relação aos RDPs.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

Esse capítulo relata o detalhamento metodológico pertinente ao tipo de estudo e as técnicas utilizadas para atingir seus resultados. Visando mapear o cenário brasileiro das Instituições Federais de Ensino Superior do País, quanto a implementação ou futura implementação de um Repositórios de Dados de Pesquisa (RDP), esta seção busca descrever a pesquisa, quanto: a sua abordagem, tipologia, seu delineamento, como realizou-se a busca e seleção das instituições, indicando quais instituições fizeram parte do *corpus* e, por fim, a análise dos resultados.

O referencial teórico da pesquisa debruçou-se, em materiais que abordassem os conceitos sobre - Ciência Aberta, Acesso Aberto, Repositórios e sua evolução ao longo do tempo, Repositórios Institucionais, Repositórios de Dados de Pesquisa. Sendo realizadas buscas, inicialmente, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) e no Portal de Periódicos Capes, buscando por estudos similares. Buscando por meio do referencial teórico, comprovar a importância do tema, assim como a evolução das discussões ao longo dos anos.

3.1 Classificação da Pesquisa

A pesquisa é de finalidade básica, ou seja, objetiva preencher uma lacuna no conhecimento. (GIL, 2017). Sendo também uma pesquisa bibliográfica e documental, pois baseou-se na literatura para trazer conceitos, buscou-se informações nas páginas das instituições e dos repositórios e contou com a opinião dos gestores, para responder os objetivos específicos.

Tem propósito descritivo, destacando características de determinada população, neste caso, dos repositórios das IFES brasileiras e, sobre os gestores, que foram questionados acerca da criação de repositório de dados de pesquisa em suas instituições.

Os dados foram obtidos por meio de um questionário (Apêndice A), pois é através deste método que se interroga diretamente as pessoas sobre o tema em estudo. Gil (2017) coloca que quando os dados são obtidos mediante interrogação, obtém-se um conhecimento direto da realidade. Sendo composto,

por perguntas abertas e fechadas, com tópicos pertinentes aos objetivos propostos pela pesquisa.

A coleta de dados enfatizou os números, permitindo assim, verificar a ocorrência ou não dos fenômenos avaliados na revisão de literatura, pois, “a coleta de dados geralmente é realizada nestes estudos por questionários e entrevistas que apresentam variáveis distintas e relevantes para pesquisa, que em análise é geralmente apresentado por tabelas e gráficos”. (DALFOVO; LANA, SILVEIRA, 2008, p.09).

Os resultados não apresentaram apenas dados estatísticos, mas, foram analisadas as percepções dos gestores no que diz respeito a suas experiências com o Repositório Digital Institucional. Analisando se já foi implementado ou há estudos para a implementação do repositório de dados de pesquisa nas suas respectivas instituições, tornando a pesquisa qualitativa e quantitativa. Contabilizando assim, as respostas de modo que os resultados serviram de base para as considerações da pesquisa, por meio de quadros, gráficos e tabelas.

3.2 Universo e Amostra da Pesquisa

Antes de mais nada cabe ressaltar, a diferença entre IFE e IES. Enquanto uma IFE é uma Instituição Federal de Ensino Superior (Universidades ou Institutos Federais), as IES são Instituições de Ensino Superior, podendo assim, ser uma Faculdade ou Centro Universitário que fornece o ensino superior de esfera pública (Federal, Estadual ou Municipal) ou privado. Optou-se, por realizar esta pesquisa, apenas nas Universidades Federais de Ensino Superior, pois estas excluem cursos de nível técnico-profissional, excluindo-se assim, os Insitutos Federais. Justifica-se esta escolha, por serem as Universidades, responsáveis pelo maior número de publicações científicas, e pela implementação de repositórios digitais institucionais desde o início dos anos 2000.

Logo após o início do Movimento do Acesso Aberto, surgem ferramentas desenvolvidas especialmente para monitorar o progresso dos repositórios. No

Brasil, no *site* do IBICT³⁴, é possível verificar o cadastro dos RDIs. O OpenDOAR³⁵, iniciativa do Reino Unido e o RCAAP³⁶, de Portugal, são dois exemplos de iniciativas internacionais que pretendem manter o registro dos repositórios. Porém, verificou-se que nenhuma dessas ferramentas, lista o total dos repositórios das IFES brasileiras, já que o registro é voluntário e nem todas as instituições consideram esse cadastro como uma prioridade.

Deste modo, a pesquisa utilizou-se de um levantamento realizado em 2020 pelo *site* “professores de educação básica de São Paulo (PEBSP)³⁷”, neste levantamento foi possível visualizar todas as IFES brasileiras, por estado, excluindo faculdades, centros universitários, institutos técnicos e instituições privadas, foram selecionadas 69 instituições para esta pesquisa. Após essa pesquisa, no *site e-Mec*³⁸, do Governo Federal Brasileiro, buscou-se identificar a existência de um RDI, mediante acesso a cada uma das páginas das instituições como mostra o apêndice B. Foram identificadas 60 IFES possuem um repositório digital institucional, este número, compõe as instituições que foram pesquisadas.

Para o envio do questionário, realizou-se uma consulta à página de cada instituição, buscando um *e-mail* de contato com o RDI ou com responsável pelo Repositório. Quando a informação não foi localizada, o questionário foi enviado para a biblioteca central da instituição, com a solicitação do encaminhamento para o gestor responsável pelas demandas deste RDI. Durante o processo de envio, alguns *e-mails* foram incluídos, após novas pesquisas ou solicitações das próprias IFES.

34 Wiki desenvolvida pelo IBICT. Disponível em: http://wiki.ibict.br/index.php/Reposit%C3%B3rios_Institucionais. Acesso em: 29 jun. 2022

35 Site do Reino Unido que lista repositórios acadêmicos de acesso aberto. Disponível: <https://v2.sherpa.ac.uk/opensoar/>. Acesso em: 29 jun.2022.

36 Repositórios Científicos de Portugal. Disponível em: <https://www.rcaap.pt/>. Acesso em:29 jun. 2022.

37 Lista de Universidades Federais do Brasil por Estados e Região – 2020. Disponível em: <https://www.pebsp.com/lista-de-universidade-federais-do-brasil-2020/>. Acesso em: 29 out. 2022.

38 e-MEC. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 29 out. 2022.

3.3 Etapas da pesquisa

Anterior à aplicação do instrumento aos gestores dos RDIs, um pré-teste foi realizado no mês de maio de 2022, com três profissionais com conhecimento, aptidão e atuação em repositórios, mas que não participariam da pesquisa.

Nessa ocasião notou-se que algumas perguntas e o formato de respostas do questionário deveriam ser alterados. Aperfeiçoando-o para uma melhor coleta dos dados. Questões objetivas, com múltiplas alternativas e complementos aos questionamentos, foram realizados. Dessa forma, este pré-teste identificou inconsistências e proporcionou melhorias, desenhando o modelo final, disposto no Apêndice A e aplicado nesta pesquisa.

Anterior ao envio final para as instituições que compõe o universo da pesquisa e após avaliação na banca de qualificação e posterior aplicação do pré-teste, o projeto de pesquisa foi submetido ao Comitê de ética da UFRGS. Após sua aprovação, o questionário foi enviado para as 60 instituições, em conjunto com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice C). Para obter os dados analisados na próxima seção.

3.4 Coleta de Dados

O questionário presente no Apêndice A, foi estruturado na plataforma *Google Forms*, aplicativo de gerenciamento de pesquisas do *Google*.

O instrumento de pesquisa consolidou-se com 35 perguntas, em 11 delas solicitou-se dados complementares à resposta, pois, julgou-se necessário utilizar estes complementos a fim de tornar as respostas mais completas e elucidativas. Foram elaboradas questões de natureza fechada e aberta. As respostas foram analisadas e apresentadas em quadros e tabelas. O questionário subdividiu-se em três partes:

- a) Perfil profissional
- b) RDI e suas práticas
- c) RDP Institucional

Com esta divisão, a pesquisa buscou traçar o perfil dos profissionais que atuam nos Repositórios, passando pelas práticas desempenhadas em sua comunidade universitária, até chegar ao Repositório de Dados de Pesquisa. Verificando se o mesmo já foi implementado ou se ainda não reverbera entre os projetos destas Instituições.

O questionário foi enviado no dia 30 de maio de 2022, sendo reenviado nos dias 6, 13, 20 e 27 de junho de 2022. Na semana do dia 20, o questionário foi enviado, através do WhatsApp, para o grupo da Rede Brasileira de Repositórios Digitais, solicitando para os representantes regionais o encaminhamento do *link* do questionário para o contato dos gestores dos repositórios das IFES de cada uma das regiões brasileiras. Porém, essa iniciativa não agregou resposta ao questionário, foi respondido apenas por mais três instituições, mas que não foram consideradas por não estarem no escopo da amostra desta pesquisa

4 RESULTADOS

A seguir, apresentam-se os resultados da pesquisa. Obtidos por meio do questionário presente no **Apêndice A**.

A lista a seguir, relaciona as 25 instituições, este dado foi extraído da questão cinco do instrumento de pesquisa.

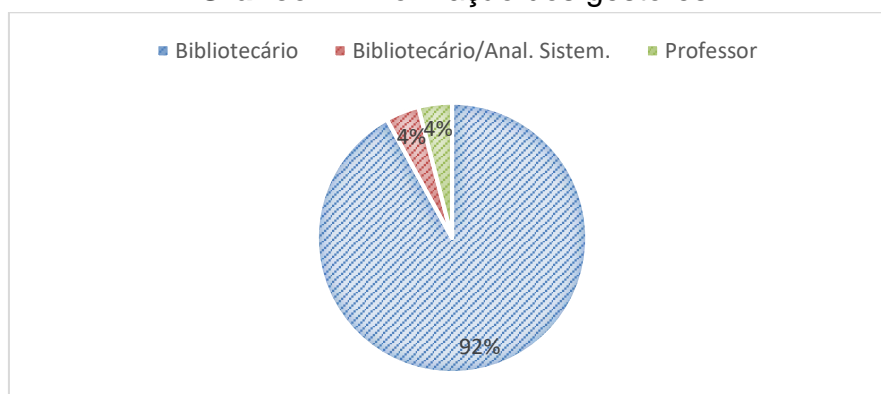
- 1) Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)
- 2) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)
- 3) Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)
- 4) Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)
- 5) Universidade Federal de Roraima (UFRR)
- 6) Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)
- 7) Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE)
- 8) Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)
- 9) Universidade Federal do Pará (UFPA)
- 10) Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)
- 11) Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)
- 12) Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)
- 13) Universidade Federal de Uberlândia (UFU)
- 14) Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- 15) Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- 16) Universidade Federal do Rio Grande (FURG)
- 17) Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)
- 18) Universidade Federal da Fronteira Sul (UFSS)
- 19) Universidade Federal do Paraná (UFPR)
- 20) Universidade Federal de Sergipe (UFS)
- 21) Universidade Federal do Ceará (UFC)
- 22) Universidade Federal de Lavras (UFLA)
- 23) Universidade Federal de Pelotas (UFPEL)
- 24) Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD)
- 25) Universidade Federal Fluminense (UFF)

A seguir, serão analisadas as respostas de cada uma das questões fornecidas pelos gestores ou responsáveis pelo repositório institucional.

4.1 Perfil profissional

A fim de analisar qual o perfil profissional dos gestores que atuam nos RDIs, a seção relacionada ao **perfil profissional**, elenca inicialmente qual a formação destes gestores. Nesta análise, 23 são bibliotecários (92%), 1 gestor identifica-se como bibliotecário e analista de sistemas, e por fim, 1 gestor é professor.

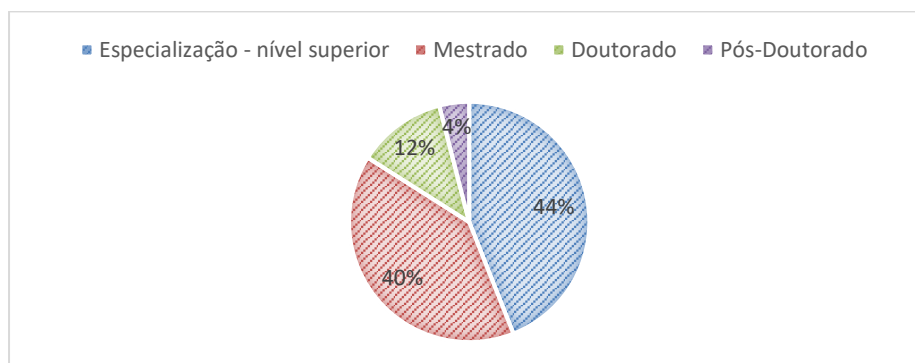
Gráfico 1 – Formação dos gestores



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

A pergunta número dois, investiga qual o nível de escolaridades dos gestores, visível no gráfico a seguir.

Gráfico 2 – Nível de escolaridade dos gestores



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Referente ao nível de escolaridade dos gestores, 11 indicam que possuem o nível de especialização, 10 indicam que possuem mestrado, 3 gestores possuem doutorado e um deles possui pós-doutorado.

No que se refere às áreas de especialização dos respondentes, questão três, constatou-se que a formação complementar se deu em diferentes áreas do conhecimento. O quadro abaixo, relaciona estas áreas, assim como o número de respondentes em cada uma delas e o nível de capacitação alcançado pelos gestores, respondendo a pergunta quatro.

Quadro 2 – Nível de especialização dos gestores, área e quantidade de respondentes

Nível	Área	Número de respondentes
Especialização	Administração de Bibliotecas	1
	Biblioteconomia	4
	Ciência da Informação	1
	Educação	1
	Gestão de Bibliotecas Universitárias	1
	Gestão em políticas públicas	1
	Gestão pública	1
	Informação científica e tecnológica em saúde	1
Mestrado	Ciência da Informação	5
	Ciência, tecnologia e sociedade	1
	Memória social e patrimônio cultural	1
	Políticas públicas	2
	Propriedade intelectual e transf. de tecnol.	1
Doutorado	Ciência da Informação	2
	Informação e Comunicação em Saúde	1
Pós-Doutorado	Educação em Ciências	1
TOTAL		25

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os cursos identificados na pesquisa como especialização, em sua maioria – cinco dos oito cursos – são voltados para a área da Ciência da Informação, o que reforça que um perfil dominante de atuação dos RDIs, vinculados a CI. Indicando, a necessidade que os profissionais sentem em se especializar na sua área de atuação e aprimorar os conhecimentos para desempenhar melhor suas funções.

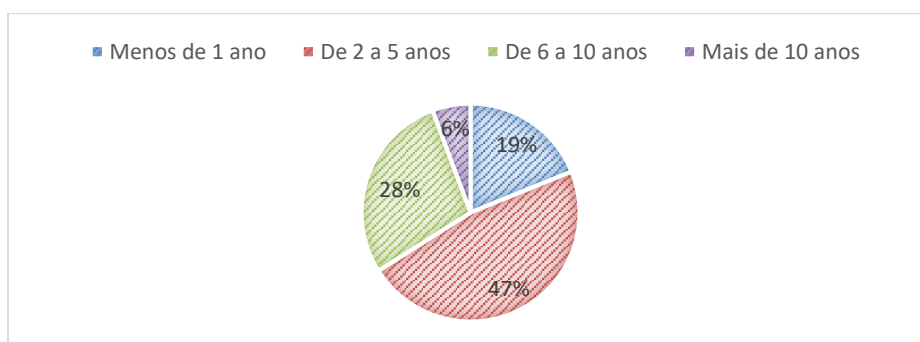
Quatro gestores responderam que realizaram a especialização “Biblioteconomia”, apesar de não ser um curso de especialização e sim de

graduação. As respostas foram mantidas para contabilizar o total de respondentes com especialização.

O mestrado em Ciência da Informação foi assinalado por cinco participantes, sendo indicada a existência de cinco áreas de formações diversas. Três participantes indicaram possuir doutorado, sendo dois deles em Ciência da Informação, e apenas um respondente indicou pós-doutorado, sendo que o seu doutorado foi na área de Engenharia e Gestão do Conhecimento.

Uma vez que as respostas da pergunta cinco foram mostradas no início desta seção como forma de contextualizar as IFES participantes, questiona-se a seguir, sobre o tempo de atuação dos participantes como gestores do RI de sua instituição. O Gráfico 3, expressa as respostas da questão 6.

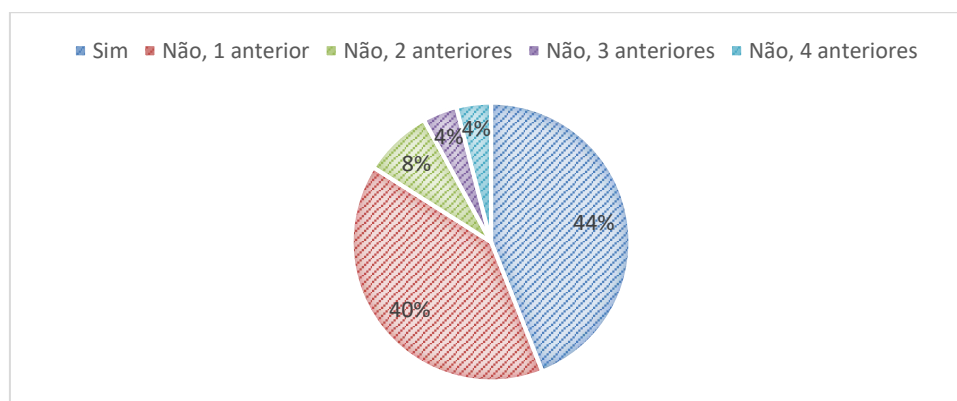
Gráfico 3 – Tempo de Gestão do RDI



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O tempo de atuação dos gestores, mencionados no Gráfico 3, possui maior concentração de respostas nas alternativas de 2 a 5 anos (47%) e de 6 a 10 anos (28%), correspondendo a 10 e 6 gestores, respectivamente. Em contrapartida, os resultados que reforçam - maior tempo (mais de 10 anos) - e - menor tempo (menos de um ano) - correspondem respectivamente, há 6% e 19%.

A pergunta a seguir complementa o questionamento anterior, buscando identificar se os respondentes foram os únicos gestores do RDI. Em caso de negativa, procura-se saber o número de antecessores. O Gráfico abaixo mostra as respostas inerentes a questão 7.

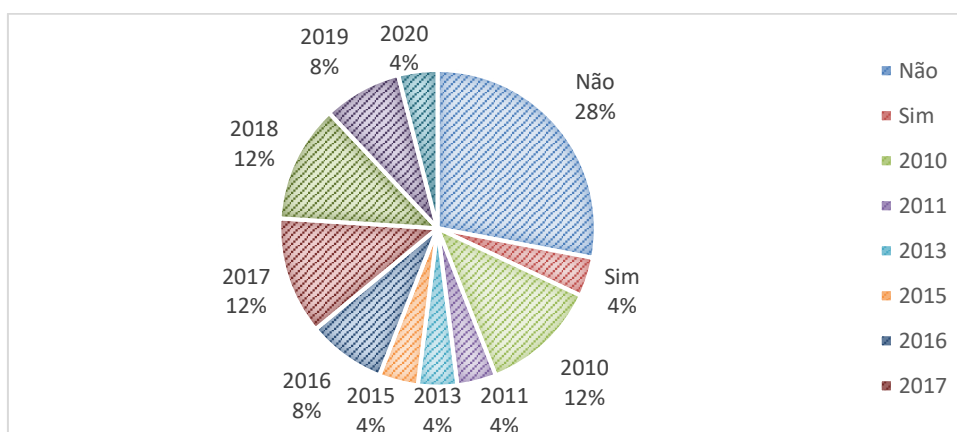
Gráfico 4 – Números de gestores do RDI

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O Gráfico 4, indica que 11 repositórios contam com um gestor, neste caso, o gestor atual que respondeu ao questionário de pesquisa. Já 10 gestores, relatam que houve um gestor anterior no RDI. Dois gestores, relatam que sucederam dois profissionais. Um respondente, sucedeu três gestores e por fim, um gestor sucedeu a quatro profissionais.

A pergunta a seguir, número 8, ramifica os questionamentos em relação à política do Repositório. Referente à existência de uma política no RDI, 18 respondentes sinalizam positivamente, em contrapartida, 7 gestores indicam que o seu RDI não possui política.

Os 18 gestores que afirmaram que seus repositórios possuem políticas, respondendo à questão número 9, informam que as políticas foram publicadas nos anos indicados a seguir (gráfico 5). Um gestor apenas indicou “sim”, mas, não apontou o ano de publicação.

Gráfico 5 – Ano de elaboração das políticas do RDI

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

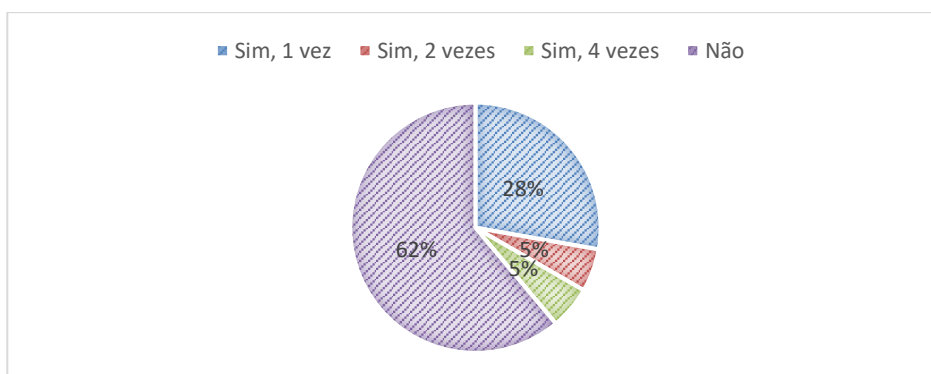
Um gestor não indicou o ano de criação da política, mesmo acenando positivamente para sua existência, deste modo no gráfico é apontado apenas como 'sim'. Os anos de 2010, 2017 e 2018, apontam 3 criações de políticas em cada ano.

Já os anos de 2016 e 2019, contabilizam duas respostas cada. Por fim, os anos de 2011, 2013, 2015 e 2020, possuem 1 política cada. No gráfico, ainda ocorrem 7 respostas negativas em relação a existência de uma política, sendo que 4 destes gestores, sinalizaram que a política do seu RDI está em construção.

Em relação a participação na elaboração da política do RDI, 17 gestores sinalizam sua participação na elaboração do documento, em contrapartida, 8 gestores, não participaram deste processo.

Encerrando a parte um do instrumento de pesquisa, que identificou o perfil profissional e sua atuação no Repositório Digital Institucional, investiga-se, a ocorrência de atualização das políticas. No gráfico a seguir, visualiza-se a atualização dos 18 RDIs que contam com este documento, respondendo assim, a pergunta 10.

Gráfico 6 – Frequência da atualização das políticas do RDI



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

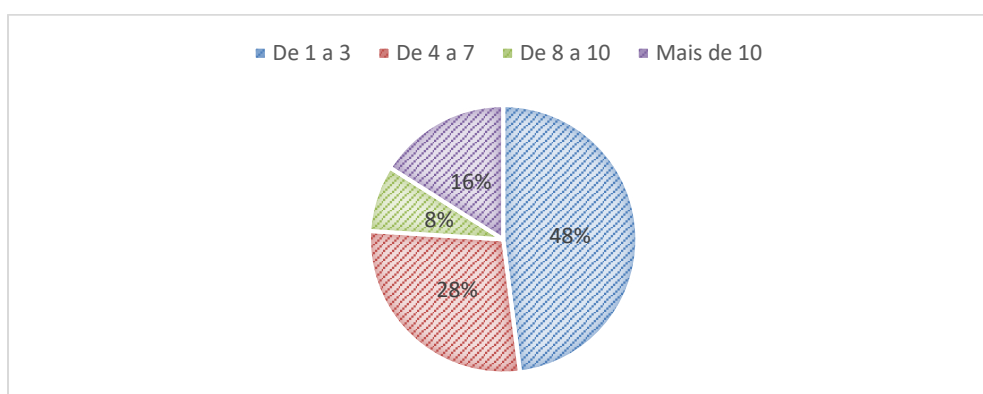
Dos 18 respondentes que acenam positivamente para existência de uma política, 11 gestores, responderam que a política do seu RDI não sofreu nenhuma alteração, 5 gestores indicam que a política foi atualizada uma vez, já o quantitativo de duas atualizações e quatro atualizações, ocasionaram uma resposta cada.

4.2 RDI e suas práticas

Referente ao **Repositório Digital Institucional**, as perguntas a seguir, buscam investigar quais profissionais, para além dos gestores, atuam no RDI, o setor ou setores responsáveis pela ferramenta, qual o *software* utilizado para o seu gerenciamento e o porquê desta escolha. Busca-se ao fim desta seção, identificar por meio da visão destes gestores, de que modo o RDI é percebido pelos usuários da comunidade universitária.

A primeira pergunta deste bloco, pergunta 11, investiga, assim, quantos profissionais atuam no RDI, sendo as respostas expressas no gráfico 7.

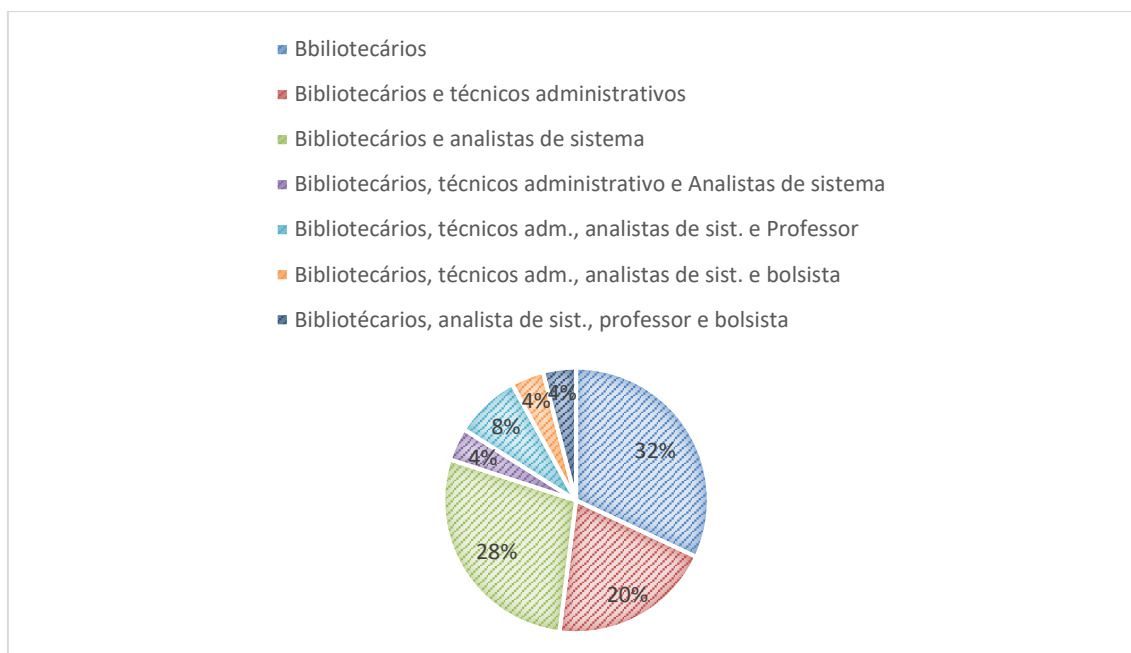
Gráfico 7 – Número de profissionais atuantes no RDI



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

À vista disso, 12 gestores, sinalizam que suas equipes compõe-se entre 1 e 3 profissionais. Já 7 gestores sinalizam uma equipe composta de 4 a 7 profissionais, uma equipe composta entre 8 e 10 profissionais foi apontada por 2 gestores, e, outros quatro gestores, possuem equipes com mais de 10 profissionais.

Com base nos números anteriores, questionamos a formação/função destas equipes. Buscando assim, identificar sua multidisciplinariedade. O gráfico 8, demonstra as informações repassadas pelos gestores, respondendo à pergunta 12.

Gráfico 8 – Perfis profissionais correspondentes às equipes do RDI

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os números no Gráfico 8 indicam os respondentes para cada equipe, visualizam-se, sete, composições diversas. As três maiores incidências, são equipes formadas apenas por bibliotecários; bibliotecário e analista de sistemas/TI; e bibliotecário e técnico administrativo, sendo indicadas por 8, 7 e 5 gestores, respectivamente. Bibliotecário, técnico administrativo, analista de sistema e professor, foi indicado por dois gestores, o restante, foi indicado por um gestor em cada alternativa.

Surgem também, equipes para além destas especialidades, compostas com a presença de bolsistas e professores. Identificando-se assim, cinco perfis (bibliotecários, analistas de sistemas, técnicos administrativos, professores e bolsistas). A pergunta seguinte, número 13, complementa estas informações, questionando o quantitativo de profissionais indicados na pergunta 12.

Para melhor visualização destes dados, os resultados foram dispostos, em um quadro. A seguir, visualizam-se, as respostas de cada gestor, relativos as quantidades de profissionais que formam suas equipes.

Quadro 3 – Composição das equipes indicadas pelos gestores

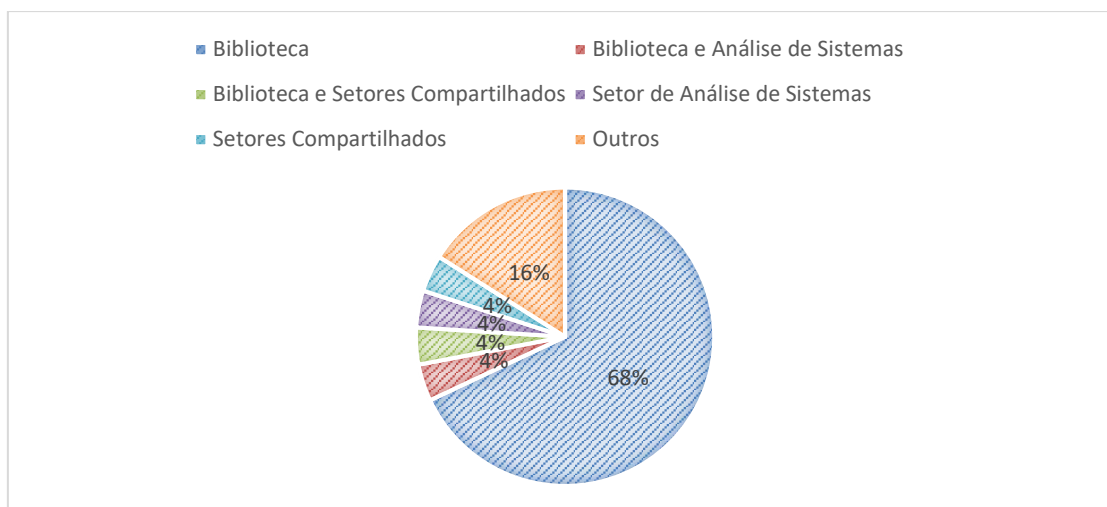
Respostas dos gestores	
Gestor 1: 1 bibliotecário; 2 técnicos administrativos	Gestor 14: 5 bibliotecários; 2 técnicos administrativos
Gestor 2: 2 bibliotecários; 2 analistas de sistema	Gestor 15: 29 bibliotecários; 21 professores; 1 técnico administrativo; 1 analista de sistemas
Gestor 3: 2 bibliotecários	Gestor 16: 1 bibliotecário; 1 técnico; 3 bolsistas
Gestor 4: 3 bibliotecários	Gestor 17: 2 bibliotecários; 1 analista de sistemas; 1 técnico administrativo; 2 bolsistas
Gestor 5: 2 bibliotecários	Gestor 18: 7 bibliotecários; 1 analista de sistemas
Gestor 6: 1 bibliotecário	Gestor 19: 1 bibliotecário; 2 analistas de sistemas
Gestor 7: 10 bibliotecários; 1 técnico administrativo	Gestor 20: 1 bibliotecário; 1 técnico administrativo
Gestor 8: 2 bibliotecários; 1 analista de sistemas	Gestor 21: 1 bibliotecário; 1 analista de sistemas
Gestor 9: 49 bibliotecários; 1 analista de sistemas	Gestor 22: 4 bibliotecários; 1 técnico administrativo
Gestor 10: 3 bibliotecários	Gestor 23: 2 bibliotecários
Gestor 11: 1 bibliotecário	Gestor 24: 1 Bibliotecário
Gestor 12: 1 bibliotecário; 1 técnico administrativo	Gestor 25: 2 Bibliotecários, 1 analista de sistemas
Gestor 13: 1 bibliotecário; 1 técnico administrativo; 1 analista de sistemas	
Total =25	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As equipes em sua maioria, formam-se por bibliotecários, mesclando-se entre bibliotecários e técnicos administrativos, além de bibliotecários e analistas de sistema. As equipes que possuem um elevado número de bibliotecários, indicaram a participação do Sistema Bibliotecas das suas respectivas IFES, sendo uma atividade, por vezes, de responsabilidade de diversos polos da instituição.

A pergunta 15 investiga se há exclusividade das equipes para atendimento às demandas e gestão dos RDIs. Sendo para 14 gestores, uma resposta afirmativa para a exclusividade de sua equipe, contrapondo 11 respostas negativas, ou seja, equipes que não atuam apenas com o RDI, dedicando-se para outras demandas institucionais.

A seguir, pergunta número 16, questiona qual setor é responsável pelo RDI. No Gráfico 9 visualiza-se o cenário das IFES participantes.

Gráfico 9 – Setor(es) responsável(eis) pelo RDI

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

No gráfico acima, 17 gestores sinalizaram que a biblioteca detém a responsabilidade do Repositório. Biblioteca e setores compartilhados, setores compartilhados, biblioteca e análise de sistemas, e por fim, setor de análise de sistemas, obtiveram uma resposta cada. Já a opção “outros”, desponta em 4 IFES, sendo respondida na questão 17. Onde discorrem as respostas, ‘biblioteca digital’, ‘divisão de acervo’, ‘prós-reitorias de pesquisa e pós-graduação; graduação; extensão e inovação’, por fim, ‘coordenação de gestão e difusão da informação e superintendência de documentação’.

A pergunta 18, traz o questionamento do *software* escolhido pelas IFES para seu RDI. Sendo assim, obtém-se a resposta de 24 gestores, para o *software Dspace*, e um gestor que aponta a escolha do *Dataverse*.

A pergunta de número 19, solicitava o nome do *software*, caso ele não estivesse na lista indicada na pergunta 18. Não houve resposta, visto que os *softwares* utilizados pelas IFES, constavam na pergunta 18.

Na pergunta 20, os respondentes são questionados se, em seu entendimento, o RDI, “é considerado pela comunidade universitária, um produto institucional”. Do ponto de vista de 15 gestores, sim, o repositório é considerado um produto institucional. Em contrapartida, 6 gestores, respondem que em suas comunidades universitárias, o RDI não é visto como um produto institucional, além disso, 4 gestores acreditam ser indiferente.

Já o questionamento 21, convida os gestores a aprofundarem sua resposta ao questionamento anterior, convidando aqueles que responderam 'sim' e 'não, a justificarem sua resposta. Podemos contemplar as respostas destes gestores, no quadro abaixo.

Quadro 4 - Percepção dos gestores em relação a visão da comunidade acadêmica sobre o RDI

Você percebe que o repositório Institucional é considerado pela comunidade universitária, um produto institucional?	
Justificativas para respostas afirmativas (sim)	Justificativas para questões negativas (não)
Gestor 4: “Já foi implementado assim, como um produto institucional. Não foi uma iniciativa de uma pessoa isolada ou da biblioteca apenas”.	Gestor 1: “A maior dificuldade é justamente em relação ao profissional de TI, temos muitas dificuldades para atualização de funções básicas do repositório, como por exemplo: a divisão da planilha de informações dos variados tipos de acervos presentes na base”.
Gestor 6: “A comunidade acadêmica já cobra a Biblioteca por agilidade no povoamento.”	Gestor 2: “Ainda está sendo realizada a conscientização.”
Gestor 8: “Nosso repositório tem notoriedade institucional devido à sua política de informação, instituída pelo Conselho de Administração em 2017.”	Gestor 3: “Falta de conhecimento quanto a sua importância”.
Gestor 10: “A forma em que o Repositório Institucional é tratado no planejamento da universidades, assim como é recorrido como forma de garantir a gestão da produção intelectual da universidade, assim como atender à exigências externas (ex: depósito de dados de pesquisa, políticas de acesso aberto de agência de fomento) é um indicativo do RI ser considerado um produto institucional que visa dar esse tipo de solução.”	Gestor 7: “Porque a comunidade ainda não se apropriou da ferramenta. Precisamos divulgar mais o nosso RI (que está passando por atualizações), pois, poucos conhecem que ela existe e os que conhecem não acessam com frequência.”
Gestor 11: “Pela importância que a comunidade dar a produção acadêmica estar disponível.”	
Gestor 13: “Porque através da divulgação dos trabalhos técnicos científicos existe o reuso das informações, melhorando as pesquisas e gerando uma economia de tempo.”	
Gestor 16: A reitoria acompanha o trabalho no repositório e usa os dados para relatórios de gestão.	
Gestor 17: Salientamos dois aspectos: porque reúne acervos de diversos setores/órgãos da Universidade e o tempo de vida do RI, que ganhou notoriedade/publicidade.	
Gestor 21: O repositório é essencial para dar visibilidade ao pesquisador e propicia acesso ao conhecimento científico produzido na universidade.	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nota-se que as instituições que responderam afirmativamente, justificaram sua resposta no sentido de reconhecimento e pertencimento da sua comunidade, para o uso e crescimento do RDI. Além do incentivo das estruturas organizacionais da Instituição, com o apoio de Pró-reitorias, políticas institucionalizadas por meio de documentos oficiais da instituição. Assim como identificam o entendimento da comunidade, sobre os ganhos e benefícios de uma ferramenta que organize sua produção científica e a disponibilize sem custos.

O oposto é identificado nos respondentes que sinalizam negativamente a questão 20. Com respostas, que destacam a falta de direcionamento institucional e uma política que incentive o acesso aberto, gerando a sensação de que este serviço é complementar aos serviços da biblioteca, ou seja, de interesse apenas dos profissionais ligados à área da CI.

Essas respostas negativas reforçam a necessidade de sensibilizar o público, porém não só os usuários, sendo necessária uma campanha interna, destacando a importância de políticas que incentivem o acesso aberto à produção, unindo forças em prol do uso e reconhecimento do RDI para toda comunidade acadêmica.

A pergunta 22 encerra a parte dois do questionário, relacionando o RDI e suas práticas, e busca, assim, identificar quais observações, pontos fortes e pontos fracos, os respondentes identificam em suas trajetórias como gestores do repositório. As respostas foram transcritas na íntegra no quadro 5.

Quadro 5 - Observações dos respondentes quanto a sua experiência como gestor do RDI

Respostas dos gestores
Gestor 1: <i>“A maior dificuldade é justamente em relação ao profissional de TI, temos muitas dificuldades para atualização de funções básicas do repositório, como por exemplo: a divisão da planilha de informações dos variados tipos de acervos presentes na base.”</i>
Gestor 2: <i>“Ainda há uma certa resistência sobre a questão ao acesso aberto à informação.”</i>
Gestor 3: Não respondeu.
Gestor 4: <i>“Pontos positivos é a grande visibilidade que o acervo tem e a facilidade de acesso. Negativos estão relacionados a estrutura rígida que à época da implementação do repositório, o próprio IBICT fez nas suas exigências em troca do recebimento do material, para conceber o repositório. E o próprio Dspace não é a melhor plataforma para trabalhar os tipos de acervo atuais, que exigem mais fluidez.”</i>
Gestor 5: <i>“É muito gratificante disponibilizar e disseminar a produção das universidades</i>

<i>brasileiras. No aspecto negativo, o suporte ao Dspace, para nós, é muito difícil”.</i>
Gestor 6: <i>“Número reduzido de profissionais responsáveis pelo RI”.</i>
Gestor 7: <i>“Estou há muito pouco tempo enquanto gestor, mas, trabalho operacionalmente no nosso RI há 4 anos. de pontos positivos posso destacar o trabalho em equipe. Dificuldades de em relação à customizações devido à dependência de pessoal de TI e como melhorias, tentaremos criar uma cultura de povoamento do RI para toda a instituição, buscando apropriação e identidade para com a comunidade acadêmica.”</i>
Gestor 8: <i>Os pontos positivos são gratificantes, pela honra e oportunidade em atuar numa ferramenta institucional em prol do desenvolvimento da pesquisa local e nacional, a partir da disponibilização dos conteúdos desenvolvidos pela nossa comunidade acadêmica. O que nos gera uma responsabilidade de tamanho semelhante, do ponto de vista da gestão da informação para fins de divulgação e acesso. Por outro lado, as dificuldades são inúmeras. Desde a formação/preparação para atuar como gestora do repositório, em suas mais diversas frentes, até a sensibilização da instituição para adesão ao movimento mundial de acesso aberto. Gestão de pessoas e serviços atrelados ao fazer do repositório e sua sustentabilidade, são alguns dos pontos mais desafiadores para mim, enquanto gestora. Com relação às melhorias sempre podemos evoluir o que já existe, e com o nosso repositório não é diferente. É preciso avançar em vários pontos: aprimoramentos no fluxo do autodepósito, povoamento das comunidades, melhorias no serviço de busca, atualizações do software, etc....”.</i>
Gestor 9: <i>“O RI facilita o acesso à produção científica e acadêmica. Registrando e disseminando os trabalhos científicos e acadêmicos (artigos, livros, capítulos de livros, trabalhos apresentados em eventos, teses, dissertações, monografias e outros) no formato digital e multimídia, produzidos pelos docentes, pesquisadores, alunos de pós-graduação e técnicos da Instituição.”</i>
Gestor 10: <i>“Pontos positivos é a comunidade de prática que existe, sendo possível obter conhecimento, experiências a partir de publicações, encontros etc. Aqui a equipe dedicada ao RI evoluiu ao longo do tempo, tendo atualmente essa configuração de uma equipe dedicada à implementação e bibliotecários responsáveis pela validação de conteúdo, mas não o RI não nasceu com essa configuração e dedicação de equipe. Quanto dificuldades institucionais, está a criação de políticas específicas para as coleções, visando integrá-las aos processos acadêmicos e administrativos das universidades. Atualmente o RI consta com uma política geral do RI, porém ainda não há políticas de coleções.”</i>
Gestor 11: <i>“Somente um profissional bibliotecário para fazer tudo, pois temos poucos recursos humanos no Sistema de Bibliotecas.”</i>
Gestor 12: <i>“Dificuldades no desenvolvimento da plataforma, atualizações, e montagem de equipe dedicada, com suporte de TI.”</i>
Gestor 13: <i>“A maior dificuldade é ter que realizar algumas customizações que o Centro de Tecnologia da Informação da Instituição não autoriza e seria benéfico a implantação de alguns destes quesitos.”</i>
Gestor 14: <i>“Na liderança do setor do Repositório Institucional de publicações observo que os desafios são imensos! A abertura do conhecimento requer mudança cultural, infraestrutura de sistemas, formação e qualificação profissional. Trabalhar todos esses aspectos em um contexto de limitação de recursos para as instituições é muito difícil.”</i>
Gestor 15: <i>“O software DSpace é de fácil implementação e tem uma curva de aprendizagem baixa em relação aos seus processos, o que torna fácil suas operações. A maior dificuldade é o entendimento das pessoas sobre os propósitos do Repositório. Infelizmente o DSpace carece de estatísticas mais elaboradas e não dispõe de ferramentas para controle de vocabulário (nome de pessoas e assuntos).”</i>
Gestor 16: <i>“Pontos negativos: falta de integração entre os softwares institucionais, falta de equipe, falta de arquivamento. Pontos positivos: envolvimento das pró-reitorias, reitoria, curso de biblioteconomia. O RI é uma oportunidade aos discentes que buscam por experiências e isto, além de enriquecer seus currículos, forma profissionais com visão e base sobre a importância do trabalho multidisciplinar. Outra questão é a percepção dos envolvidos com os temas relacionados ao repositório, tais como acesso aberto, ciência aberta, gestão e planejamento.”</i>
Gestor 17: <i>“É, sem dúvida, uma iniciativa da maior relevância para a Universidade, na medida em reúne e proporciona o acesso livre à produção institucional, garantindo sua</i>

<i>preservação e ampla visibilidade. Como desafio para o povoamento do RI, salientamos as restrições impostas pelos direitos autorais. Ainda são muitas as barreiras encontradas, sobretudo, com relação aos artigos científicos. As políticas dos editores ainda são bastante restritivas no que se refere ao armazenamento da versão PDF do editor em RI. Além disso, a necessidade de autorização dos autores de Teses, Dissertações, TCCs, e-books, entre outros, também faz com que o processo de povoamento seja mais lento do que o desejável.”</i>
Gestor 18: “Pontos positivos: os bibliotecários realizarem o depósito dos trabalhos acadêmicos, fazendo com que os metadados sejam inseridos adequadamente. Dificuldades: entendimento de alguns cursos/docentes/discentes sobre a importância de publicar abertamente os trabalhos desenvolvidos. Melhorias: aumento de divulgação do RD.”
Gestor 19: “ <i>Se faz necessário aumentar o quantitativo de pessoas para atuar no RDI.</i> ”
Gestor 20: “ <i>Positivo: conhecimento e interação com as pesquisas desenvolvidas na universidade; possibilidade de disponibilizar a informação aberta à comunidade interna e externa; Dificuldades: atualizações do sistema, falta de equipe especializada de TI.</i> ”
Gestor 21: “ <i>Ainda estamos iniciando, então, há muitas dificuldades a serem superadas, especialmente em relação ao entendimento de que é necessário ter pessoas especializadas para a execução desses serviços e para a formação de todo um ecossistema de incentivo ao compartilhamento e a gestão dos dados de pesquisa. Além disso, faz-se necessário que a equipe de TI também seja dedicada ao bom funcionamento e a manutenção constante do repositório. Outro desafio que a biblioteca enfrenta é a falta de profissionais capacitados para atuar na gestão de dados de pesquisa, na curadoria, na prestação dos serviços voltados aos dados, afinal, nada disso poderá ser ofertado contando apenas com uma única pessoa. A falta de recursos financeiros voltados para implantação de um repositório também representam dificuldades, pois essa tem sido uma situação muito recorrente na esfera pública. O ponto positivo é que temos pesquisadores que compreendem e desejam contribuir com a iniciativa de compartilhar os seus conjuntos de dados.</i> ”
Gestor 22: “ <i>O bom funcionamento do repositório depende também da existência de um bom profissional de TI na equipe.</i> ”
Gestor 23: “ <i>A dificuldade é a institucionalização do repositório.</i> ”
Gestor 24: “ <i>Ponto Positivo: Quantidade de acesso Ponto Negativo: Falta de pessoal Melhorias: Maior divulgação pela instituição.</i> ”
Gestor 25: “ <i>Acredito que uma promoção massiva do RI como ferramenta institucional junto aos diferentes atores da ferramenta poderá trazer uma sensação de pertencimento, impulsionando as publicações na plataforma.</i> ”
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

As respostas complementam as questões sobre os RDIs e sobre como são vistos pela comunidade, pois, os pontos fortes e fracos citados sobre a gestão, relacionam-se com os pontos expostos na pergunta anterior, indicando que suas visões e dificuldades podem ser as mesmas sentidas pelos usuários.

Diversos gestores relatam a escassez de profissionais para atuar no projeto, principalmente profissionais da área tecnológica, tornando difícil a realização de processos de maneira eficaz e com maior celeridade. Visto a escassez da equipe, esta falta pode ser um impeditivo para um maior uso do repositório. Em alguns casos é citado pelos gestores que falta “entendimento de alguns cursos/docentes/discentes sobre a importância de publicar abertamente os trabalhos desenvolvidos”. Levando-se se em conta que é

indicado um plano de *marketing* ativo e atuante na instituição, sensibilizando a comunidade acadêmica e de pesquisadores, sobre a importância de disponibilizar a produção científica em acesso.

As dificuldades de institucionalizar estes repositórios, assim como os problemas relacionados ao *software* e o suporte técnico prestado, em especial para o *Dspace*, são alguns dos pontos fracos citados. Outro ponto ressaltado e que requer atenção, está relacionado a promover os serviços prestados e tornar o RDI institucionalizado, sensibilizando e educando a comunidade acadêmica para os benefícios oriundos dos RDIs. Tornando assim, os usuários e agentes institucionais, protagonistas no seu crescimento, um processo cultural e natural dentro da Instituição.

Mesmo relatando dificuldades, principalmente, com a falta de profissionais para atuar no RDI, os gestores indicam que a ferramenta torna possível a gestão e disseminação da produção científica institucional. Outro ponto ressaltado como positivo, envolve poder contar com bibliotecários nas equipes, permitindo que a informação inserida no RDI seja padronizada.

Um gestor indica ser um projeto de grande relevância, por dar acesso à produção científica e proporcionar visibilidade institucional, auxiliando no desenvolvimento de pesquisas de cunho local e nacional, através da disponibilização dos conteúdos desenvolvidos pela própria comunidade acadêmica.

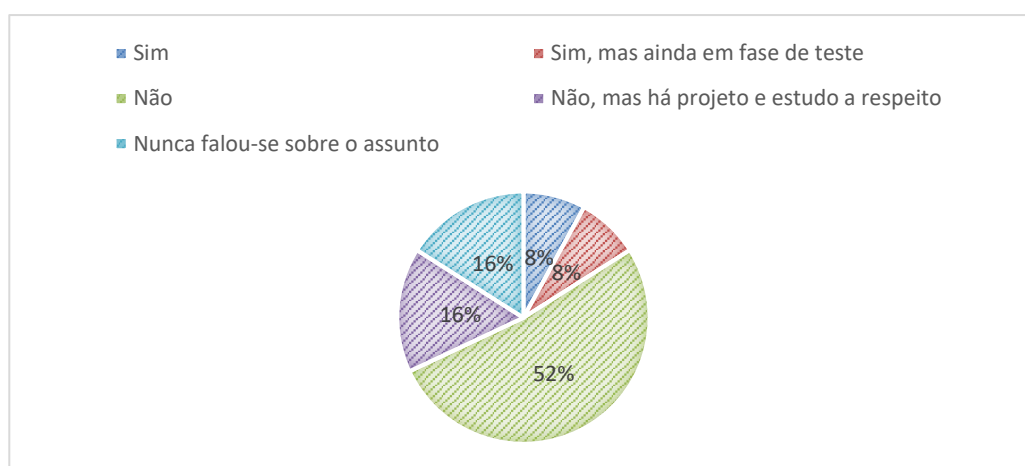
Estas respostas, demonstram, que mesmo com diversos estudos que reforçam a importância o uso de Repositórios, as realidades dos RDIs são diversas em nosso país. Cada gestor e equipe vivenciam situações que impõe diversos desafios para tornar o RDI orgânico, dentro de sua estrutura institucional. Desde a falta de apoio institucional, até a falta de recursos financeiros e mão de obra especializada, passando pela falta de estrutura tecnológica, que impacta diretamente no funcionamento de um repositório digital.

Na seção seguinte do questionário, buscou-se averiguar se as IFES pesquisadas acompanham o movimento em prol da abertura de Dados de Pesquisa.

4.3 RDP institucional

Mapeando as mesmas instituições, que outrora abriram espaço para que o RDI fizesse parte da sua realidade acadêmica, questionou-se a existência de políticas de abertura de dados, se o RDP já foi implementado ou havia estudos para tal e sobre planos de gestão de dados. Foram incluídas questões, que permitiram tecer comparações, entre as estratégias adotadas para os repositórios de publicações e os repositórios de dados, suas diferenças e semelhanças.

Gráfico 10 – Existência de um RDP na instituição



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

O gráfico 10, demonstra que mais da metade da amostra (52%), não possui um RDP. Apenas dois gestores, indicam que sua instituição possui este tipo de repositório e outros dois respondentes, sinalizam que o possuem, mas ainda em fase de testes. Os gestores que responderam positivamente, responderam na pergunta 24, que os anos de início do RDP, foram os anos de 2018 e 2019.

Destes números expostos no gráfico 10, ainda há 5 gestores que sinalizam não haver RDP, mas que já existe projeto e estudo a respeito, porém, 4 gestores respondem que em suas instituições, nunca falou-se sobre o tema.

A pergunta 25 questiona se nas políticas institucionais de Acesso Aberto, há menção sobre a disponibilização de dados de pesquisa de maneira

aberta. Deste modo, 20 gestores indicam que não há esta menção e 5 sinalizam a existência desta menção em suas políticas.

Quando questionados se há menção ou um plano de gestão de dados, a pergunta 26, traz 21 gestores que indicam não haver um PGD e 4 gestores que afirmam que possuem um PGD em suas políticas institucionais.

A pergunta 27, busca investigar o conhecimento dos gestores sobre o tema. Questionando-os sobre seus conhecimentos em relação as principais diferenças entre os dois tipos de repositórios pesquisados (Digitais Institucionais e de Dados de Pesquisa). Podemos apreciar as respostas dos gestores, no gráfico 11.

Gráfico 11 – Reconhecimento das principais diferenças entre o RDI e o RDP



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dos respondentes, 11 indicam conhecer estas diferenças, já 9 gestores, sinalizam que não conhecem. E por fim, 5, indicam conhecer parcialmente.

A pergunta 28 busca identificar, entre os gestores que responderam “sim” ou “parcialmente”, quais são estas diferenças (Quadro 6).

Quadro 6 – Principais diferenças apontadas pelos gestores quanto às diferenças entre os repositórios

Gestores que responderam sim	Gestores que responderam parcialmente
Gestor 3: “RI armazena e disponibilizada a produção científica. Já o RDP os dados produzidos na pesquisa para produção dessa produção científica.”	Gestor 1: “Fiz um curso a respeito.”
Gestor 4: Não respondeu.	Gestor 2: “RDP: ferramenta oficial da Instituição que tem como objetivo o

	depósito, organização, disseminação e preservação de todos os dados digitais de pesquisa produzidos - <i>Reposit. Institucionais: ambiente digital voltado ao armazenamento, à divulgação, ao acesso e à preservação da produção de uma instituição.</i> ”
Gestor 10: “Além do conteúdo, entendo que a principal diferença está na dinâmica de armazenamento, descrição e uso dos dois conteúdos. Um dos desafios ao optar por termos uma coleção de dados dentro do Repositórios Institucional está em questão como o versionamento de depósitos, a perspectiva de limitação de tempo para garantir dos depósitos e posterior exclusão, o aceite de depósitos somente ao nível de metadados.”	Gestor 5: “Repositórios de dados de pesquisas possuem os dados brutos”.
Gestor 13: “No RI temos a pesquisa no todo com todas as suas vertentes, e no RD disponibilização somente os dados da pesquisa tanto negativos como positivos”.	Gestor 6: “Repositório de dados organiza dados, levantamentos, gráficos de pesquisas já realizadas e se tornam disponíveis para posterior consulta dos pesquisadores”.
Gestor 14: “Os repositórios institucionais podem ser tantos de dados de pesquisa quanto de publicações. Os repositórios de publicações disponibilizam os resultados de pesquisa revisados pelos pares ou por uma banca específica, os repositórios de dados disponibilizam os dados brutos coletados durante todo o processo de realização da pesquisa.”	Gestor 20: “O Repositório Institucional em geral se ocupa da divulgação de trabalhos realizados, enquanto o repositório de dados armazena os dados utilizados para a elaboração das diversas pesquisas, em andamento ou não.”
Gestor 15: “Basicamente o de publicações hospedada resultados de estudos já realizados seja em literatura branca (publicados em canais formais) ou literatura cinzenta (aprovados por banca de avaliadores). Enquanto o de dados de pesquisa hospeda dados brutos que podem ser continuamente reutilizados em diversas pesquisas e metanálises.”	
Gestor 16: “Os RIs, atualmente conhecidos como RDs. Todos os repositórios são digitais. Institucionais por estarem ligados a uma instituição. No que se refere a produção científica publicam artigos de periódicos, capítulos de livros, e-books, teses e dissertações, estão ligados ao conhecimento produzido em si. Quanto aos repositórios de dados de pesquisa são todas as informações geradas ou obtidas na investigação científica, independente do seu formato, ou seja eles preconizam a garantia do acesso aberto dos resultados de uma pesquisa que se manifestam na forma de dados.”	
Gestor 17: “Ambos têm propósitos distintos, muito embora haja uma forte relação entre eles. Como principal diferença salientamos o tipo de conteúdo.	

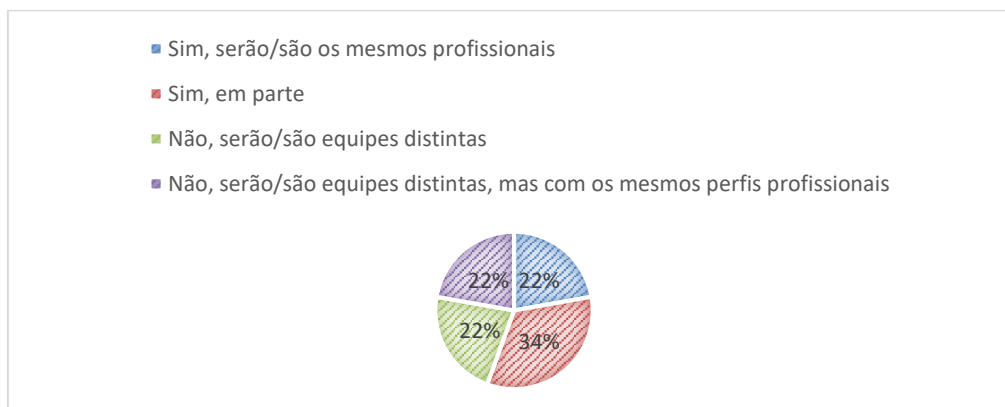
<p><i>RI (produção científica institucional: publicações produzidas a partir das pesquisas realizadas) e Repositório de dados de pesquisa reúne os dados oriundos de pesquisas que, uma vez armazenados e descritos adequadamente, poderão ser reutilizados para proporcionar novos avanços no conhecimento científico e tecnológico.”</i></p>	
<p>Gestor 18: <i>“Repositórios de dados são plataformas responsáveis por coletar, armazenar e gerenciar grandes conjuntos de dados de pesquisa enquanto repositórios institucionais/digitais armazenam a produção acadêmica elaborada por discentes e docentes.”</i></p>	
<p>Gestor 19: <i>“Dados brutos (BD) e Publicações/Obras Finalizadas (RDI).”</i></p>	
<p>Gestor 21: <i>“Na minha visão, os repositórios institucionais são voltados para as publicações científicas, enquanto o repositório de dados será destinado ao compartilhamento de conjuntos de dados.”</i></p>	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Alguns gestores demonstram por meio de suas respostas que estão realizando estudos, cursos, leituras e até mesmo, desenvolvendo materiais para sensibilizar a comunidade sobre estas diferenças entre os repositórios digitais institucionais e de dados de pesquisa. A premissa de que os RDIs possuem os trabalhos na íntegra, enquanto os RDPs possuem os dados destas pesquisas, também figura em diversas respostas.

A partir da questão 29, a pesquisa considerou as respostas de 9 gestores, ou seja, os gestores que responderam na questão 23, “sim”, “sim, mas em fase de testes” e “não, mas há projeto e estudo a respeito” , desconsiderando portanto, os gestores que responderam que não possuem ou que nunca falou-se a respeito.

Gráfico 12 - Composição da equipe do RDP comparando com a equipe do RDI



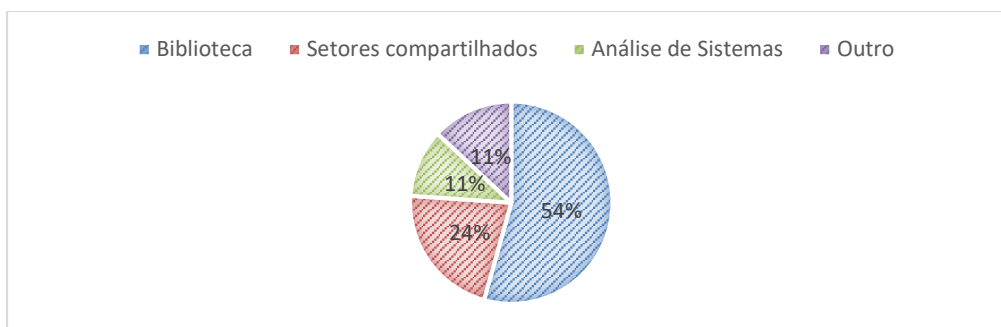
Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Três gestores indicam que a equipe que compõe ou irá compor seu RDP, será em parte, disposta pelo mesmo perfil profissional. As outras três alternativas – Sim, serão/são os mesmos perfis profissionais; não, serão/são equipes distintas, e, não, serão/são equipes distintas, mas com os mesmos perfis profissionais, indicam a resposta de dois gestores cada uma.

As respostas com relação à participação da mesma equipe ou parte da equipe, nos dois repositórios, ligam-se, com os relatos dos gestores sobre a falta de profissionais qualificados ou interessados em atuar nos projetos envolvendo os repositórios nas instituições. A participação da mesma equipe pode ser uma solução, para resolver em parte este problema, pois, as equipes, mesmo com as particularidades de ambos os repositórios, poderiam adaptar-se mais rapidamente ao uso de *softwares* e processos ligados a políticas de arquivamento.

A pergunta 30 solicita a identificação dos profissionais que fazem parte dos dois repositórios, sendo citados: bibliotecários, bibliotecários e técnicos administrativos, bibliotecários e analistas de sistemas, professores e pesquisadores. Um dos gestores respondeu que: “Fizeram parte da primeira etapa do projeto do Repositório de Dados de Pesquisa, além da equipe do RDI: 1 analista de sistemas, 1 programadora e 1 docente da área de Ciência da Informação”.

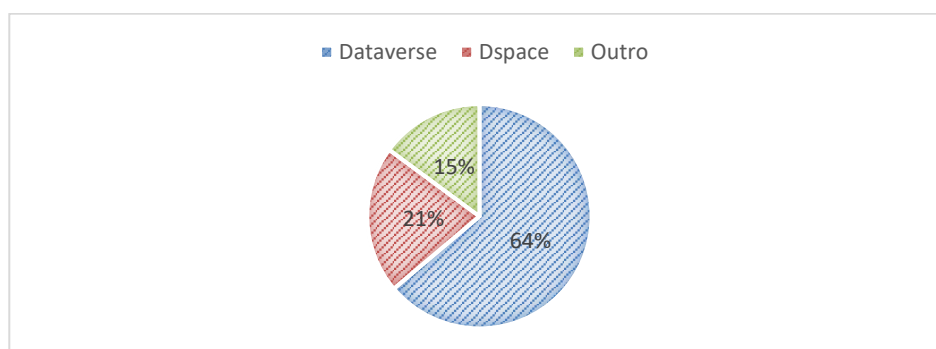
A questão 31 aborda qual setor da instituição ficará ou é responsável pelo Repositório de dados de pesquisa.

Gráfico 13 – Qual setor é apontado como o responsável pelo RDP

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Dos respondentes, 5 gestores indicam que a biblioteca será a responsável pela gestão do RDP. Além disso, 2 gestores indicam setores compartilhados, mas, em ambas respostas, presentes na pergunta 32, a biblioteca encontra-se presente. Sendo uma resposta, fazendo companhia ao setor de pesquisas e para outro gestor, juntamente com o setor de análise de sistemas. Por fim, 1 gestor indicou o setor de análise de sistemas como responsável pelo RDP e outro gestor, indicou a resposta “outro”, complementando na pergunta 32 que o setor responsável ainda não foi definido.

A seguir, a pergunta 33, questiona aos gestores, qual o software será ou é utilizado pelo RDP.

Gráfico 14 – Qual software será ou é utilizado no RDP?

Deste modo, obtivemos 6 gestores que sinalizaram o uso do *Dataverse*. Outros dois gestores, indicam a escolha do *Dspace* e 1 gestor, marcou “outro”, respondendo na pergunta 34, que a escolha do *software* ainda está em análise.

A questão final do instrumento de pesquisa, número 35, solicita que os gestores, indiquem os principais motivos para a escolha do software indicado na questão 33. No quadro 7, a seguir, as respostas estão dispostas com os respectivos *softwares*, pois assim, pode-se observar os pontos positivo de cada um na visão destes gestores.

Quadro 7 – Motivações para a escolha do software do RDP

Software Dataverse	Software Dspace
Gestor 1: “Não sei opinar”.	Gestor 10: “A opção do software foi por já ser utilizado na IES, como citado, a coleção de dados é parte do Repositório Institucional. No período de implementação foi considerado a utilização do Dataverse, por julgar ser mais adequado à gestão de dados, porém o critério de aplicação de DOI para realização do depósito foi um dos motivos de não ter optado pelo software, uma vez que não era possível garantir a sustentabilidade de atribuição de DOI.”
Gestor 13: ” A opção já estudada pelo IBICT que indica o sistema para a função e nos dá suporte para a implantação do mesmo”.	Gestor 19: “Familiaridade com o sistema.”
Gestor 14: “Por ser o mais estudado atualmente e pela preservação a longo prazo”.	
Gestor 15: “Pelos estudos já realizados que tivemos acesso, o DataVerse é o melhor software de prateleira para gestão de dados de pesquisa. Acrescenta-se também o fato que já foi adotado em outras instituições no Brasil, o que possibilita a colaboração de suporte em caso de necessidade.”	
Gestor 17: “A partir da análise das características do software e estudos na literatura, bem como considerando o número de usuários, nacional e internacionalmente, julgamos mais adequado o uso do Dataverse.”	
Gestor 21: ”Baseada nos estudos e levantamentos preliminares da RDP Brasil, IBICT, entre outras publicações que destacaram as vantagens do Dataverse em relação à outros softwares de repositórios de dados. Há casos em que as instituições que já usam o DSPACE também o usaram como repositório de dados de pesquisa, o que é possível, contudo, há certos limites em relação ao que se consegue configurar, entre outras dependências tecnológicas para essa finalidade.”	

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Os gestores que responderam, indicando a escolha do *Dataverse*, ressaltam que é ideal para dados, conta com diversos estudos sobre o gerenciamento de dados, sendo indicado pelo IBICT e o RDP Brasil. Os gestores que optaram pelo *Dspace*, prezam pelo conhecimento prévio, relacionados ao RDI. Mesmo que sejam repositórios, com propostas diferentes, ainda se nota a comodidade de um sistema conhecido.

5 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nas seções a seguir, são discutidos os dados coletados na pesquisa, referentes aos objetivos propostos e resultados dos questionamentos feitos por meio do instrumento de pesquisa (Apêndice A). Cada subseção alinha-se com o questionário, que está estruturado da seguinte forma: Perfil profissional dos gestores, Práticas do Repositório de Publicações Científicas, e por fim, Repositório de Dados de Pesquisa.

5.1 Perfil profissional dos gestores

Referente ao perfil dos profissionais que atuam no Repositório das IFES participantes da pesquisa, identificou-se que a maioria é formada por bibliotecários, ou seja, um profissional da área da informação, Tomaél e Silva (2007, p.5) indicam que “As causas para o envolvimento da biblioteca em um projeto de repositórios institucionais são determinadas pelo conhecimento especializado que o pessoal da biblioteca detém e pelo nível de confiança que a comunidade usualmente tem na biblioteca”. Pois, a história das bibliotecas liga-se, naturalmente, ao papel de mediadora de informações, acentuando o acesso a estudos e pesquisas, fomentando assim, novos estudos.

Essa explicação alinha-se ao restante da literatura, em que termos como “bibliotecário de dados” ou ainda “biblioteconomia de dados”, surgem. Esta profissão liga-se naturalmente com os Repositórios, pois, adota em sua formação, maneiras de tornar a informação acessível e organizada de modo a não se perder em meio ao fluxo de informações que são geradas diariamente. O bibliotecário pode ser um dos pilares para existência dos Repositórios, impulsionando através da sua atuação, a produção e o acesso a informações, geradas pela Ciência. Spinak (2019, *online*) reforça esta teoria quando cita que,

A gestão de dados de pesquisa surge como um novo componente da comunicação científica que afeta pesquisadores e as instâncias de publicação, indexação e avaliação. Por outro lado, o volume de dados (*data sets*) e as estatísticas disponíveis já estão maiores do que nunca e continuam a aumentar. Estes avanços na esfera do conteúdo levaram à biblioteconomia e, mais especificamente, os bibliotecários enriquecem suas funções e perfil profissional no tratamento para o armazenamento, preservação, disseminação e uso de fontes de dados. Uma consequência imediata é o surgimento de bibliotecários de dados (*data librarian*) como uma nova especialidade que dá lugar ao surgimento de novas oportunidades de trabalho.

Ressalta-se que a formação dos gestores entrevistados, corrobora a importância do profissional da Ciência da Informação, pois, os gestores apontam formações de níveis de especialização, mestrado e doutorado, nas áreas da Ciência da Informação, em sua maioria. Mas, quando apontam outra área, são também, vinculadas ao processo da informação científica, surgindo áreas como: memória social e patrimônio cultural ou, ainda, propriedade intelectual e transferência de tecnologia. Esse resultado agrega valor intelectual para estes bibliotecários, que por experiência, enquanto acadêmicos, vivenciaram a importância do acesso aos resultados de pesquisas, assim como sua padronização.

Em relação ao tempo de atuação destes bibliotecários na função de gestores, surgem diversas respostas. Sendo as mais incidentes, de 2 a 5 anos, seguida de 6 a 10 anos. O que demonstra com base na questão seguinte, onde 14 gestores informam não terem sido os únicos neste posto, que as equipes passam por diversas reformulações. Com base nas respostas dos gestores, este fato pode estar vinculado, com a falta de incentivo financeiro nas IFES. Havendo transferência destes gestores, para atuar em outras demandas institucionais, reiniciando assim, o ciclo de atuação de outro profissional. Sendo assim, faz-se necessário uma reflexão dentro das IFES, pois o gestor de um repositório será o grande norteador dos processos, devendo haver uma valorização desta função, dando-lhes condições necessárias para realizar sua função, uma vez que,

A visão, a intervenção e o acompanhamento por parte dos gestores dos repositórios têm sido determinantes para a valorização e crescimento dos repositórios ao longo dos últimos anos e a sua ação é evidente em diferentes abordagens em processos de mudança organizacional. (MIGUÉIS; NEVES, 2021, p. 279).

Os gestores são figuras necessárias para instaurar processos que possam valorizar o Repositório, uma vez que, será a figura de referência, cabendo a ele, os processos referentes à organização, parametrização e repasse dos relatórios de uso do Repositório para a sua Instituição, justificando sua existência, podendo mobilizar a Instituição para as melhorias necessárias, pois, estas estatísticas podem estar “[...] fornecendo informação plausível aos gestores sobre a sua utilização, sobre o impacto da política ou das atualizações

funcionais e proporcionando evidências do retorno do investimento”. (MIGUÉIS; NEVES, 2021, p.280).

Em relação à existência de uma política no Repositório, os gestores em sua maioria sinalizam a existência de uma política, um gestor sinaliza que o Repositório só entrou em funcionamento, após a publicação da política. Sendo a política, um documento que irá orientar tomadas de decisão referente ao funcionamento do Repositório, ou seja, “De modo geral, e independentemente do ambiente e do âmbito, uma política de informação cobre os objetivos, diretrizes, práticas e intenções organizacionais que servem para fortalecer as decisões locais”. (TOMAÉL; SILVA, 2007, p.4).

Os gestores indicam, ainda, que a as políticas, em sua maioria, não passaram por atualizações. Mesmo orientando-se que o documento se reformule sempre que haja necessidade e novos posicionamentos, sejam eles de ordem tecnológica, quanto institucional. Acompanhando deste modo os avanços no modo de compartilhar a ciência, principalmente, com os avanços nos debates em torno dos dados de pesquisa e a necessidade de um repositório com este viés.

Os resultados descritos até aqui, relacionam-se ao perfil dos gestores, profissional escolhido devido a sua importância nos processos vinculados aos Repositórios de Publicações Científicas, uma vez que a intervenção destes profissionais tem sido fator fundamental para o crescimento dos Repositórios. A seguir, visualizam-se, os processos do RDI em si.

5.2 Repositório de Publicações Científicas e suas práticas

Partindo da elucidação do perfil dos gestores que atuam nas IFES participantes da pesquisa, a parte dois do questionário, buscou informações sobre as práticas existentes e relacionadas ao Repositório Digital Institucional, buscando conhecer parte da realidade destas IFES.

Referente ao número de profissionais que atuam no Repositório, o indicativo é de que a maioria das IFES respondentes atua com uma equipe de 1 a 3 servidores, seguidos por equipes de 4 a 7 pessoas. Uma IFE indicou possuir 49 bibliotecários vinculados ao Repositório, enquanto outra, 10 bibliotecários, estas duas IFES são as equipes que mais possuem profissionais

vinculadas ao processo, mas, ambas sinalizam a participação de todos os profissionais vinculados ao Sistema Integrado de Bibliotecas de suas instituições, o que justifica o elevado número de bibliotecários.

Mas, quando questionados sobre uma equipe de atuação exclusiva, houve uma significativa parcela dos respondentes, que indicou não contar com profissionais que atuam somente do Repositório. Percebe-se que nestes momentos de rotatividade entre os profissionais, podem ocorrer perdas significativas nos processos já implementados, visto que nem sempre o profissional designado para gerenciar o RDI terá experiência prévia.

Com base nos números de profissionais que atuam no Repositório, questionou-se a formação destas equipes, sendo que três composições, destacam-se das demais, por serem as mais recorrentes, sendo elas: apenas bibliotecários, bibliotecários e analistas de sistemas, além de bibliotecários e técnicos administrativos. Surgem através desta pergunta, outros tipos de composições, com até quatro perfis diversos, o que demonstra interesse de outros profissionais em envolverem-se com o projeto ou uma orientação institucional para esta participação. Sendo a equipe, um fator de extrema relevância, indica-se a necessidade da presença de um programador - na pesquisa este profissional é apontado como analista de sistemas - Tomaél e Silva (2007, p. 10) reforçam a importância da equipe escolhida para o Repositório,

A equipe de trabalho é o componente de maior investimento de um projeto de repositório institucional. O pessoal técnico competente é necessário para iniciar, customizar e manter o sistema. Se a decisão for utilizar um sistema *open source*, será necessário, um administrador e um programador que atuem por pelo menos um período no sistema.

Gibbons (2004) sugere a importância de constituir uma equipe com formações variadas e especialidades distintas, orientando que a participação no projeto de um Repositório, inclua diversos perfis oriundos da comunidade da Instituição, entre eles, alunos, professores, pesquisadores e pessoal técnico.

Após o levantamento dos dados relacionados ao perfil profissional das equipes e o quantitativo de profissionais, por fim, questionou-se o setor que possui responsabilidade pelo RDI. Sendo que a maior concentração de respostas aponta o setor da biblioteca ou ainda, setores que incluem a tecnologia da informação, o que pode ser o reflexo pelas peculiaridades

características destes profissionais. Os bibliotecários possuem a formação necessária para preservar a informação através de processos técnicos, padronizando, assim, toda a informação contida no Repositório, além de ser referência para a comunidade científica e acadêmica, quanto ao apoio no processo de novas pesquisas. Já o setor da tecnologia da informação, envolve-se com as questões vinculadas aos *softwares*, *metadados* e processos vinculados em bases digitais, características necessárias, mas não inclusas nas expertises dos bibliotecários.

Sebastião e Pesce (2009, p.70) reforçam que “o fato de as tecnologias da informação e comunicação favorecerem novas formas de acesso à informação, novos estilos de aprendizagem, que podem ser compartilhados entre indivíduos, amplia-se o potencial de inteligência coletiva dos grupos humanos”.

Em relação ao *software* escolhido pelas IFES para o RDI, o *Dspace* figura como a principal escolha. Uma das características do *Dspace*, que pode influenciar em sua escolha, se dá pelo fato de permitir uma troca de informações em nível de rede mundial. Tornando possível que os dados transitem de maneira mais ágil, por conta desta interoperabilidade e pelo fato de ser um *software* em formato aberto,

O *Dspace* é resultado de um trabalho entre o Massachusetts Instituto of Technology – MIT em parceria com a HewlettPackard – HP. Lançado em meados de 2002, está em constante aprimoramento, contando com uma comunidade internacional de desenvolvedores que compartilham as novas funcionalidades. [...] O *Dspace* como qualquer outra ferramenta informatizada vem com suas funcionalidades padrão, entretanto por ser um software de código aberto, permite o desenvolvimento dos chamados AddOns ou PlugIns, são módulos que adicionam serviços ou estendem funcionalidades. Em resumo o *Dspace* pode ter sua função padrão customizada e estendida. (PALETRON, 2021, *online*).

Podemos citar aqui, como fator de contribuição a este cenário, a iniciativa da Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP), que no ano de 2010 lançou um edital, para submissão de propostas, com o objetivo de distribuição dos kits tecnológicos compostos pelos *softwares* (*Dspace* e SEER³⁹) contribuindo com o objetivo de promoção e desenvolvimento dos Repositórios, nas Universidades e centros de pesquisas públicos.

³⁹ Sistema de Editoração de Revistas.

As duas perguntas que encerram a parte dois do questionário, investigaram diretamente a percepção destes gestores. Investigando, assim, se os gestores visualizam o Repositório existente, como um produto institucional e instigando-os posteriormente, a deixarem suas observações enquanto gestores (pontos positivos, dificuldades e melhorias).

Sobre a percepção da comunidade acadêmica em relação ao Repositório ser um produto institucional, surgem pontos de vista diversos, mas no geral, os gestores apontam que o Repositório tem alcançado a visibilidade e o entendimento perante a comunidade de pesquisadores, como um resultado dos seus esforços acadêmicos e científicos, cobrando do Repositório, celeridade no depósito de suas produções. Indica-se, que as ações para promover o Repositório nas IFES, já o divulgam como um produto para a comunidade acadêmica.

Sobre a visão dos gestores, os relatos indicam uma grande incidência relativa a dificuldade de profissionais para atuar exclusivamente neste projeto, decorrência da falta de recursos financeiros, que permitam destacar profissionais exclusivos e com as capacidades necessárias para formar grupos de trabalho, atuantes nos Repositório. Também foi sinalizada a falta de apoio da própria Instituição, no entendimento e necessidades de políticas institucionais orientando o acesso as pesquisas e para a abertura da informação. A falta de profissionais de análise de sistemas é apontada diversas vezes, como uma grande dificuldade.

Em contrapartida, os profissionais sinalizam que é uma honra trabalhar disponibilizando informações e pesquisas, em nível nacional e internacional, contribuindo para o desenvolvimento da ciência. Permitindo mudanças no modo de realizar estas pesquisas, assim, como observar o crescimento e visibilidade da sua própria instituição.

5.3 Repositório de Dados de Pesquisa

O resultado inicial demonstra que o debate em torno de um Repositório exclusivo para depósitos de dados nas IFES, é incipiente. Pois, apenas duas instituições participantes, possuem um RDP, porém, uma destas Instituições sinalizou que há uma coleção para depósito dentro do Repositório de

Publicações Científicas, ou seja, não há um Repositório exclusivo para o depósito destes dados.

Em relação à política que indique a abertura de dados de pesquisa, 22 gestores afirmam que a sua Instituição não possui um documento com tais diretrizes. Relacionando-se com a falta de um Plano de Gestão de Dados, incidente para 23 gestores. O que demonstra que o debate e projeto para este Repositório precisa ser aprofundado, uma vez que estes documentos, vão garantir a preservação dos dados em todo o seu ciclo, permitindo que sejam preservados de maneira adequada, sendo reutilizados inúmeras vezes, sem haver perda de informações. Monteiro e Sant'Ana (2018, p.161), reforçam que,

A gestão de dados requer, por parte de seus detentores, planejamento e ações concretas que tragam eficiência não só para coleta e armazenamento como também e, principalmente, para fase de recuperação desses dados ampliando sua visibilidade e potencial uso.

Reforça-se a necessidade de debates e cursos de formação para exemplificar, características e os direcionamentos, que ambos os Repositórios - de Publicações Científicas e Dados de Pesquisa – apresentam. Pois, ainda é recorrente o desconhecimento das diferenças destes Repositórios, entre profissionais da CI, em especial nesta pesquisa, gestores de RDI.

As justificativas que surgem, para os gestores que afirmam conhecer ou conhecer parcialmente, transparecem, que cursos e pesquisas, estão permitindo novos conhecimentos a estes gestores, do modo a auxiliar em suas atuações profissionais.

Surgem através do instrumento de pesquisa, algumas respostas consideradas nesta análise, tais como: “Repositórios de dados possuem dados brutos das pesquisas”, “todos os Repositórios são digitais, mas os de publicações estão vinculados ao trabalho em si, já os de dados, os dados destas pesquisas”, “Dados brutos (BD) e Publicações/Obras Finalizadas (RDI), “Os repositórios institucionais, geralmente utilizam o *DSpace* são capazes de armazenar metadados e documentos. Os repositórios de conjuntos de dados e até mesmo outras bases de dados e em geral utilizam o *DataVerse*.”

Quando questionados sobre as equipes atuantes ou futuras equipes, nos RDPs destas IFES, surge a maior incidência de resposta apontando para a mesma equipe do Repositório de Publicações Científicas. Seguida por gestores

que afirmam que vão ser equipes distintas, mas com o mesmo perfil profissional. O que leva a reflexão, “indicar a mesma equipe, será eficiente? “. Uma vez que durante o encerramento da parte dois da pesquisa, os gestores indicam possuir profissionais em números insuficientes para a demanda existente nos Repositórios de Publicações Científicas.

Complementando a resposta dos gestores que indicam os mesmos perfis profissionais, surgem as funções de: bibliotecários, analistas de sistemas e técnicos administrativos. Referente ao setor responsável pelo RPD, a biblioteca novamente é indicada como setor responsável e de referência aos processos pertinentes ao fluxo deste Repositório.

O *software* indicado para fazer a gestão do RDP, indica que os gestores estão divididos entre a comodidade de seguir utilizando o *Dspace* ou migrar para o *Dataverse*, *software* que vem sendo sugerido por pesquisas, conforme respostas dos gestores, para uma gestão efetiva de dados, por permitir que o sistema converse com sistemas do mundo todo, *Rocha et al.* (2021, p. 8), indica que o *software Dataverse*,

possui recursos que possibilitam variadas configurações de ambientes de repositório de dados. A entidade *dataverse* é a estrutura que o *software* disponibiliza para representar organizações, grupos ou unidades. O *software* também é capaz de representar estruturas organizacionais hierárquicas, à medida que *dataverses* podem conter outros *dataverses*.

Ainda este estudo realizado por *Rocha et al*⁴⁰., sobre as principais diferenças destes dois *softwares*, conclui que,

[...] o *Dataverse* possui recursos para configuração de vários tipos de ambientes de repositório, incluindo hierarquias organizacionais e políticas de gestão distintas para unidades ou grupos, com esquemas de metadados e licenças. O *Dspace* também permite tais configurações, porém, por ter sido desenvolvido para repositórios institucionais de documentos e por estar estruturado a partir do conceito de coleção de itens, adaptações são necessárias. (2021, p. 2).

Destarte, o mapeamento realizado pela pesquisa, sugere que os estudos em relação aos Repositórios de Dados de Pesquisa, ainda precisam ser aprofundados, possibilitando propor um projeto com diretrizes sólidas para que projetos de implementações avancem e se solidifiquem dentro das IFES. Podendo deste modo, acompanhar o movimento mundial em prol de uma maior

⁴⁰ Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1572/1261>. Acesso em: 29 jul. 2022

abertura aos dados, colaborando para que as diretrizes do movimento do Acesso Aberto, sigam desenvolvendo-se, vislumbrando uma maior acessibilidade para todos, assim, realimentando os processos científicos necessários para o desenvolvimento da nossa sociedade.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa, mapeou o cenário que, assim como na literatura e no meio científico, aponta para a implementação de Repositório de Dados de Pesquisa nas Universidades Federais de Ensino Superior brasileiras, um movimento que vem sendo sentido pela comunidade científica, como uma evolução dos Repositórios de Publicações Científicas.

Utilizando-se de um instrumento de pesquisa, que identifica três pontos de observação – perfil profissional dos gestores do Repositório de Publicações Científicas, Repositórios de Publicações Científicas nas Instituições e o Repositório de Dados de Pesquisa - mapeando esta evolução e conseqüentemente, visualizando o cenário que desponta nas IFES do país.

Estes Repositórios de Publicações Científicas propiciaram o acesso a diversos pesquisadores e acadêmicos, preservaram suas pesquisas e acima de tudo, possibilitaram que tanto as Instituições, quanto os pesquisadores, se projetassem, nacionalmente e internacionalmente, por meio de um *software* que torna possível organizar, preservar e realimentar o processo científico.

Com os avanços nos debates em torno de uma maior disponibilização dos dados brutos destas mesmas pesquisas, uma vez que somente o acesso ao artigo, ensaios ou produtos científicos, tem se mostrado insuficiente em termos de celeridade de novos estudos, os Repositórios de Dados de Pesquisa, surgem como uma possibilidade. Permitindo assim, armazenar e preservar estes dados, possibilitando que sejam reutilizados diversas vezes, por diversas pesquisas e pesquisadores.

Em relação aos gestores, identificou-se que os bibliotecários despontam como os grandes norteadores das equipes dos Repositórios já existentes nas IFES, pois todos os gestores indicam ser bibliotecários, e um deles, bibliotecário e analista de sistemas. As equipes participantes da pesquisa complementam-se, com analistas de sistemas, técnicos administrativos, professores e bolsistas, surgindo, assim, equipes com diversos perfis, ou seja, multidisciplinares. Estes gestores, em sua maioria, especialistas e mestres, contam ainda com doutores e um gestor com pós-doutorado. Estes gestores, em sua maioria, encontram-se entre 2 a 5 anos no cargo de gestor. Tendo uma

alta incidência, também, de gestores que sucederem outros gestores. Há também os respondentes que afirmam que foram os únicos gestores do Repositório, o que contribui para uma equipe e gestão com maior amadurecimento e pertencimento ao processo.

Indica-se que as equipes dos Repositórios, necessitam de maior apoio dentro da Instituição, principalmente com políticas que incentivem o depósito de produções acadêmicas, pois, mesmo com o início dos debates sobre os Repositórios iniciados há mais de vinte anos, ainda há a percepção por parte destes profissionais de que o movimento tem sua importância desconhecida por parte da comunidade. Assim, como não há, o compartilhamento da responsabilidade pelo gerenciamento do Repositório, o que é sentido por alguns destes gestores, como um fator que inibe o crescimento desta ferramenta dentro das IFES. Mas, um fator positivo, refere-se ao fato de que na maioria das IFES respondentes, existe uma equipe de atuação exclusiva no Repositório de Publicações Científicas, permitindo alinhar esta perspectiva ao RDP.

Ainda há relatos de escassez quanto a recursos financeiros, que impossibilitam a disponibilização de pessoas para atuar nos processos necessários que permitem um funcionamento adequado. Principalmente, a necessidade e modernização do setor tecnológico, que seja atuante e sintonizado com as atualizações e avanços dos *softwares* para a gestão efetiva de um repositório. Em destaque, indica-se a necessidade de profissionais com dedicação exclusiva e conhecimento sobre as peculiaridades da plataforma escolhida para o desenvolvimento do Repositório.

O setor da biblioteca foi o mais indicado, como setor responsável pelo funcionamento dos Repositórios de Publicações Científicas, indicado também nos futuros RDPs e nos já existentes.

A pesquisa mostra que ainda há ações que devem ser realizadas, referente à sensibilização da comunidade acadêmica e científica - além da estrutura organizacional - para que o movimento do Acesso Aberto, através do uso dos RDIs, seja efetivo. Por meio de ações de *marketing* e uma maior divulgação que demonstre para os pesquisadores, os benefícios oriundos do uso e a existência da ferramenta que é vinculada a sua instituição, melhorando

a percepção em torno deste repositório, vislumbrando-se assim, uma melhor aceitação e uso em relação ao RDP no futuro.

Em conjunto com parâmetros de boas práticas ao funcionamento do Repositório, explora-se a escolha do *software*, para ambos os casos (Repositórios de Publicações Científicas ou Dados de Pesquisa), nota-se que as IFES orientam-se pelas diretrizes e estudos feitos pelo IBICT. Em relação aos Repositórios de Publicações Científicas, o *Dspace* foi indicado como o mais utilizado. Para o uso do RDP, o *software Dataverse* figura com maior aceitação, indicação e usabilidade, alinhando-se com a proposta de gestão de dados. O gestor que indicou o uso do *software Dspace* no RDP sinaliza que o utiliza(ria) por comodidade e experiência do seu uso nos Repositórios de Publicações Científicas. Cabe ressaltar que algumas das IFES pesquisadas, informaram na pesquisa que ainda não há uma decisão, projeto ou escolha tomada em relação ao *software* escolhido para o RDP.

A existência de uma política, também foi questionada na pesquisa, pois, como indicado no referencial teórico, este documento, irá orientar a tomada de decisões, a curto e longo prazo, norteando todo o funcionamento do Repositório, sendo essencial para o seu crescimento. Sendo assim, uma grande parte dos gestores sinalizaram possuir uma política publicada ou em fase de implementação, a minoria não possui política para o seu Repositório de Publicações Científicas. Quando questionados sobre a atualização na sua política, uma vez que com o avanço do tempo, tecnologias, movimentos de acessibilidade, novas necessidades surgem, sendo necessário assim, que o documento reformule-se. A maioria dos respondentes, sinalizam que a política ainda não foi atualizada. Sendo que uma IFE indica que seu documento é publicado em formato aberto, podendo, assim, ser modificado a qualquer momento.

Indicando através destes dados, que ainda há necessidade de estruturar o projeto de uma maneira mais assertiva, preocupando-se não apenas com a implementação de um Repositório, mas, também com os processos que podem torná-lo uma ferramenta aceita por parte da Instituição, na parte organizacional e acadêmica, indicando a necessidade de políticas que transformem o Repositório, em um produto institucional. Potencializando deste modo o seu

significado no movimento do Acesso Aberto e impulsionando novas produções científicas, preservando, também, as já existentes através dos depósitos dos pesquisadores vinculados as instituições.

Por fim, o cenário dos Repositórios de Publicações Científicas, permitiu visualizarmos as experiências institucionais das IFES participantes da pesquisa. Em sua maioria, mesmo com a aceitação da comunidade, cobranças por depósitos das pesquisas ou políticas que resguardem e ampliem os benefícios do uso da ferramenta, ainda há processos que necessitam de maior aceitação e melhorias, o que pode estar impactando e contribuindo, para um movimento raso em implementar um Repositório de Dados de Pesquisa. Diversos gestores afirmam não conhecer as principais diferenças entre os Repositórios – de Publicações Científicas e de Dados de Pesquisa – reforçando a necessidade de uma cultura institucional e aderente, no que se refere aos benefícios que podem ser alcançados por meio do depósito e acesso, desta vez dos dados brutos, das pesquisas científicas. Podendo por meio dos dados de pesquisa, tornar mais célere o processo de novas pesquisas, evidência que ficou comprovada com o exemplo da atual Pandemia da Covid-19, onde diversos estudos, e posteriormente, a divulgação dos dados coletados, permitiram criar a vacina mais rápida da história (Chamada de BNT1262).

Deste modo, o objetivo geral da pesquisa, foi atendido, porém, encontrou como limitação a baixa aderência dos gestores das outras IFES que contam com Repositórios de Publicações Científicas, o que poderia ter redimensionado a amostra da pesquisa, mas, foi possível ter um mapeamento parcial através das 25 IFES que responderam ao instrumento de coleta desta pesquisa. Identificou-se que o movimento para implementar os RDPs ainda está em processo de pesquisa e desenvolvimento, mesmo que em algumas instituições, já exista o processo ou implementação de um RPD, necessita-se de um maior aprofundamento no país, pois, os próprios gestores reconhecem que no exterior, o movimento já possui maior aderência e processos instituídos.

Destarte, os objetivos específicos foram alcançados, reforçando que os perfis atuantes são os mesmos e em alguns casos, serão compostos pelas mesmas equipes em ambos os Repositórios. Os *softwares* possuem

características que fazem o *Dspace* ser a escolha para os Repositórios de Publicações Científicas e o *Dataverse*, para gerenciar os dados do RDP. Ainda há necessidade de ampliar as políticas que insiram políticas de dados abertos e um plano de gerenciamento destes dados.

Para Estudos futuros, sugere-se a realização de um mapeamento e posterior comparação entre as políticas dos Repositórios de Publicações Científicas e as Políticas de Repositórios de Dados de Pesquisa, sendo esta, uma maneira de aproximar as diretrizes seguidas em ambos os casos, incentivando esta reflexão nas IFES. Pois, os dados indicaram que é reconhecida a necessidade deste documento, mas, por vezes falta o envolvimento de estruturas e departamentos organizacionais das IFES. Uma vez que incentivando a disponibilização de pesquisas e dados, o processo pode tornar-se natural e vinculado ao fazer científico da sua comunidade acadêmica. Assim, como indica-se, um estudo que faça um levantamento sobre a percepção dos gestores sobre as diferenças de RDIs e RDPs, de maneira mais aprofundada. Pois, nota-se um desconhecimento por parte destes profissionais, o que pode impactar a celeridade de implementação de um repositório de dados dentro das IFES.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, S. Ciência aberta em questão. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (Org.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília; Rio de Janeiro: IBICT; UNIRIO, 2015. p. 9- 26. Disponível em: [https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20\(5\).pdf](https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20(5).pdf). Acesso em: 10 jan. 2021. [*E-book*].

ALBAGLI, S.; CLINIO, A.; RAYCHTOCK, S.. Ciência aberta: correntes interpretativas e tipos de ação. **Liinc em revista**, v. 10, n. 2, 2014. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/93946>. Acesso em: 10 jul. 2022.

APPOLINÁRIO, F. **Metodologia da ciência**: filosofia e prática da pesquisa. São Paulo: Pioneira *Thomson Learning*, 2006.

BERNERS-LEE, T. Isn't it semantic? **BCS**, 2006. Disponível em: <https://www.bcs.org/articles-opinion-and-research/isnt-it-semantic>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BOAI. Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative: estabelecendo o acesso aberto como padrão. [*portuguese translation*]. Disponível em: <https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai10/portuguese-translation/>. Acesso em: 10 out. 2021.

BOMFÁ, C. R. Z. et al. Acesso livre à informação científica digital: dificuldades e tendências. **Transinformação**, Campinas, v. 20, n. 3, p. 309-318, set./dez., 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/zkfcLWSHd3gB9pt3FgCd44z/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 29 out. 2022.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. e-MEC. Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br/>. Acesso em: 02 nov. 2022.

CLINIO, A. Ciência aberta na América Latina: duas perspectivas em disputa. **Transinformação**, v.31, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/238180889201931e190028>. Acesso em: 21 jul. 2022.

COSTA, S. M. de S.; LEITE, F. C. L. Insumos conceituais e práticos para iniciativas de repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica em bibliotecas de pesquisa. *In*: SAYÃO, L. F. (Org.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais**: políticas, memória, livre acesso e preservação. Salvador: EDUFBA, 2009. p.163-202. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/5470>. Acesso em: 20 maio 2022.

CROW, R. **The case for institutional repositories**: a SPARC position paper. Washington, DC: ARL, 2002. Disponível em: https://ils.unc.edu/courses/2014_fall/inls690_109/Readings/Crow2002-CaseforInstitutionalRepositoriesSPARCPaper.pdf. Acesso em: 20 set. 2021.

DALFOVO, M. S.; LANA, R. A.; SILVEIRA, A.. Métodos quantitativos e qualitativos: um resgate teórico. **Revista Interdisciplinar Científica Aplicada**, Blumenau, v.2, n.4, 2008, p.01- 13. Disponível em: http://www.unisc.br/portal/upload/com_arquivo/metodos_quantitativos_e_qualitativos_um_resgate_teorico.pdf. Acesso em: 20 jun. 2022.

FARIAS, R. A. N. de. **Análise de comportamento do uso de repositórios digitais de Universidades Federais Brasileiras**. Dissertação – (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/17611/1/disserta%c3%a7%c3%a3o%20Ronnie%20Farias%20PPGCI%20UFPE%202016.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FECHER, B.; FRIESIKE, S. **Open science**: one term, five schools of thought. May 30, 2013. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=2272036>. Acesso em: 19 dez. 2021.

FOSTER *Plus*. **Foster**: formar e capacitar para a prática da Ciência aberta: contributo do projeto Foster, 2020. Disponível: <https://www.fosteropenscience.eu/content/formar-e-capacitar-para-pratica-da-ciencia-aberta-o-contributo-do-projeto-foster-plus>. Acesso em: 10. Jan. 2021.

FREITAS, M.; LEITE, F. Proposição de diretrizes para o depósito da produção científica em repositórios institucionais de acesso aberto baseada na visão de diferentes atores do sistema de comunicação científica. **Encontros Bibli**, v. 23, n. 53, p. 96-109, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/1518-2924.2018v23n53p96>. Acesso em: 20 jul. 2022.

FREITAS, R.M. Ciência e relações sociais no capitalismo: elementos para o debate. **Revista Sociedade & Humanidade**, Santa Maria, v. 30, n. 2, p. 138-151, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/2317175823872>. Acesso em: 24 jul. 2022.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **O que é ciência aberta?** Formação modular em ciência aberta. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: https://campusvirtual.fiocruz.br/gestordecursos/mod_hotsite/ciencia-aberta/apresentaaa/1335. Acesso em: 02 fev. 2021.

GIBBONS, S.. Establishing an institutional repository. Chicago: **ALA – American Library Association**, 2004. 68p. Disponível em: <http://l624.brianwinterman.com/gibbons.pdf> Acesso em: 18 jul. 2022.

GIL, A. C.. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GLEICK, J. **A informação: uma história, uma teoria, uma enxurrada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

GOMES, R. da S.. **A percepção do profissional bibliotecário frente à ciência aberta**. Dissertação – (Mestrado em Ciências da Documentação e Informação). Universidade de Lisboa, Lisboa, 2021. Disponível em: https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/48948/1/ulflrsgomes_tm.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

GUIMARÃES, M.C.S. Ciência Aberta e livre acesso à informação científica: tão longe, tão perto. **Revista Eletrônica Comun., Inf. Inov. Saúde**. Rio de Janeiro, v.8, n. 2, p. 139-152, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.3395/reciis.v8i2.627>. Acesso em: 25 jul. 2022.

HENNING, P. C.; RIBEIRO, C. J. S.; SANTOS, L. O. B. da S.; SANTOS, P. X. dos. *GO FAIR* e os princípios *FAIR*: o que representam para a expansão dos dados de pesquisa no âmbito da Ciência Aberta. **Em Questão**, v. 25, n. 2, pp. 389-412, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/4656/465658944018/html/>. Acesso em: 15 out. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **IBICT lança manifesto de Acesso Aberto a dados de pesquisa brasileira para ciência cidadã**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://ibict.br/sala-de-imprensa/noticias/item/478-ibict-lanca-manifesto-de-acesso-aberto-a-dados-da-pesquisa-brasileira-para-ciencia-cidada>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Histórico**. 2012. Disponível em: <https://sitehistorico.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/repositorios-digitais/historico/impresao>. Acesso em: 02 out. 2022.

JORGE, V. de A. **Abertura e compartilhamento de dados para pesquisa nas situações de emergência em saúde pública: o caso do vírus Zika**. 2019. Tese – (Doutorado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/32604/2/Tese_VanessaJorge.pdf. Acesso em: 23 jul. 2022.

KITCHIN, R. **The Data Revolution: Big Data, open data, data infrastructures & their consequences**. London: SAGE Publications Ltd, 2014. [E-book]. Disponível em: <http://methods.sagepub.com/book/the-data-revolution>. Acesso em: 10 jun. 2022.

KURAMOTO, H. **Estatísticas sobre repositórios no Brasil**. Blog do Kuramoto. 2012. Disponível em: <https://kuramoto.wordpress.com/?s=agregador>. Acesso em: 15 jul. 2022.

LANZELLOTE, M.. *DSpace: a solução para repositórios institucionais e armazenamento de dados digitais*. **Paletron**, ago., 2021. Disponível em: <https://periodicoeletronico.com.br/dspace-a-solucao-para-repositorios-institucionais-e-armazenamento-de-dados-digitais>. Disponível em: 30 jul. 2022.

LYNCH, C. A. Institutional Repositories: essential infrastructure for scholarship in the Digital Age. **ARL**, n. 226, p. 1-7, 2003. Disponível em: <http://www.arl.org/storage/documents/publications/arl-br-226.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2022.

LYNCH, C. O quarto paradigma de Jim Gray e a construção do registro científico. In: HEY, T.; STEWARD, T.; TOLLE, K. (Org.). **O quarto paradigma: descobertas científicas na era da eScience**. São Paulo: Oficina de textos, 2011. p. 187-193. [E-book].

LEITE, F. C. L. *et al.* **Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica**. Brasília: IBICT, 2012. 34 p. Disponível em: <http://livroaberto.ibict.br/handle/1/703>. Acesso em: 29 jun. 2022.

MACHADO, J. Dados abertos e ciência aberta. *In*: ALBAGLI, S.; MACIEL, M. L.; ABDO, A. H. (orgs.). **Ciência aberta, questões abertas**. Brasília: IBICT; Rio de Janeiro: UNIRIO, 2015. p. 201-228. Disponível em: [https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20\(5\).pdf](https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/1060/1/Ciencia%20aberta_questoes%20abertas_PORTUGUES_DIGITAL%20(5).pdf). Acesso em: 18 nov. 2021.

MARQUES, C. de A. G. Gerenciamento de repositórios digitais: apontamentos práticos para o desenvolvimento dos repositórios institucionais. **ConCI: Conv. Ciênc. Inform.**, v. 3, n. 2, p. 135-162. Relato de experiência. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/144955>. Acesso: 10 jul. 2022.

MARQUES, C. de A. G.; VECHIATO, F. L.. Interoperabilidade entre repositório institucional e sistema acadêmico. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18, Marília, 2017. **Anais...** São Paulo, 2018. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/124988>. Acesso em: 20 jun. 2022.

MIGUÉIS, A. E.; NEVES, B. A visão dos gestores de repositórios. O caso da Universidade de Coimbra. *In*: BORGES, M. M.; CASADO, E. (coord.). **Sob a lente da ciência aberta: olhares de Portugal, Espanha e Brasil**. Coimbra, Portugal: Universidade de Coimbra, 2021. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/handle/icict/46243>. Acesso em: 30 jul. 2022.

MONTEIRO, E. C. de S. de A.; SANT'ANA, R. C. G. Plano de Gerenciamento de Dados em Repositórios de Dados de universidades. **Encontros Bibli**, v. 23, n. 53, p. 160-173, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/15182924.2018v23n53p160/37296>. Acesso em: 24 jul. 2022.

MONTEIRO, E. C. de S. de A. *et al.* 2017. A privacidade e os planos de gerenciamento de dados de repositórios de dados científicos. **Informação & Tecnologia**, Marília, v. 4, n. 1, p. 35-53, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/itec/article/view/37586/21006>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MORAIS, Regis de. **Filosofia da ciência e da tecnologia: introdução metodológica e crítica**. Campinas, SP: Papyrus, 2013.

NATIONAL SCIENCE FOUNDATION CYBER INFRASTRUCTURE COUNCIL. **NSF. Cyberinfrastructure vision for 21 st century discovery**, 2007. Disponível: <https://www.nsf.gov/pubs/2007/nsf0728/nsf0728.pdf> . Acesso em: 27 dez. 2021.

NIELSEN, H, J.; HJØRLAND, B. Curating research data: the potential roles of libraries and information professionals. **Journal of Documentation**, v. 70, n. 2, p. 221-240, 2014. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/content/doi/10.1108/JD-03-2013-0034/full/html>. Acesso em: 20 dez. 2021.

PACKER, A. L; SANTOS, S.. Ciência aberta e o novo *modus operandi* de comunicar pesquisa – Parte I. **SciELO em Perspectiva**, 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/08/01/ciencia-aberta-e-o-novo-modus-operandi-de-comunicar-pesquisa-parte-i/#.Yt1HaXbMLIX>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PENNOCK, M.. **Digital Curation: a Life-Cycle Approach to Managing and Preserving Usable Digital Information**, 2007. Disponível em

http://www.ukoln.ac.uk/ukoln/staff/m.pennock/publications/docs/lib-arch_curation.pdf. Acesso: 20 dez. 2021.

PINFIELD, S; COX, A. M.; SMITH, J. Research data management and libraries: relationships, activities, drivers and Influences. **PLoS ONE**, v. 9, n. 2, p.1-28, 2014. Disponível em: <http://web.b.ebscohost.com/ehost/pdfviewer/pdfviewer?vid=1&sid=fbf9aa616c97-445e-a489-9d76b4383641%40sessionmgr107&hid=128>. Acesso em: 20 jul. 2022.

PONTIKA, N.; KNOTH, P. **Open Science Taxonomy**. [S.l.]: Foster, 2015. Disponível em: http://oro.open.ac.uk/47806/1/os_taxonomy.png. Acesso em: 27 dez. 2021.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO BÁSICA DE SÃO PAULO. PEBSP. **Lista de Universidades Federais do Brasil por Estados e Região, 2020**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://www.pebsp.com/lista-de-universidade-federais-do-brasil-2020/>. Acesso em: 29 out. 2022.

RIOS, F.; LUCAS, E. R. de O.; AMORIM, I. S. Manifestos do movimento de acesso aberto: Análise de Domínio a partir de periódicos brasileiros. *Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação*, v. 15, n. 1, 2019. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1152>. Acesso em: 02 nov. 2022.

ROCHA, R. P. da *et al.* **Acesso aberto a dados de pesquisa no Brasil: soluções tecnológicas: relatório 2018**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2018. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/185126>. Acesso em: 20 jul. 2022.

ROCHA, R. P. da *et al.* Análise dos sistemas *DSpace* e *Dataverse* para repositórios de dados de pesquisa com acesso aberto. **Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 17, p. 1-25, 2021. Disponível em: <https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/1572/1261>. Acesso em: 30 jul. 2022.

ROYAL SOCIETY OF LONDON. Royal Society Science Policy Centre. **Science as an open enterprise**: open data for open science. London: Royal Society of London, 2012. Disponível em: <https://royalsociety.org/topics-policy/projects/science-public-enterprise/>. Acesso em: 26 jan. 2021.

SALES, L. F. **Integração semântica de publicações científicas e dados de pesquisa**: proposta de modelo de publicação ampliada para a área de Ciências Nucleares. 2014. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://repositorio.ibict.br/bitstream/123456789/874/1/LUANA%20SALES%20D.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Afinal, o que é dado de pesquisa? **Biblos**, Rio Grande, v.34, n.2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/11875>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SAYÃO, L. F.; SALES, L. F. Algumas considerações sobre os repositórios digitais de dados de pesquisa. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 21, n. 2, p. 90 – 115, maio/ago., 2016a. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/27939/20122>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SAYÃO, L. F.; Sales, L. F. Curadoria digital e dados de pesquisa. **AtoZ: Novas Práticas em Informação e Conhecimento**, v. 5, n. 2, p. 67-71, 2016b. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/v/15872>. Acesso em: 20 jan. 2021.

SEBASTIÃO, M. P.; PESCE, L.. Resenha da obra “Cibercultura” de Pierre Lévy. **Revista Digital de Tecnologias Cognitivas**. Disponível em: http://www4.pucsp.br/pos/tidd/teccogs/resenhas/2010/edicao_3/3-cibercultura-pierre_levy.pdf. Acesso em:

SESARTIC, A.; TOWE, M. Research data services at ETH-Bibliothek. **Journal IFLA**, v. 42, n. 4, p. 284-291, 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/full/10.1177/0340035216674971>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 24. ed. São Paulo: Cortez, 2016.

SILVA, F. C. C. da. **Gestão de dados científicos**. Rio de Janeiro: Interciência, 2019.

SILVA, F. C. C. da; SILVEIRA, L. da. O ecossistema da Ciência Aberta. **Transinformação**, v. 31, p. 1-10, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tinf/a/dJ89vRg94Qxtf6Y7M49Hztr/?lang=pt>. Acesso em: 10 set. 2021.

SILVEIRA *et al.* Ciência aberta na perspectiva de especialistas brasileiros: proposta de taxonomia. **Encontros Bibli**, v. 26, p. 1–27, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/eb/article/view/79646>. Acesso em: 02 nov. 2022.

SHINTAKU, M.; MEIRELLES, R. F. **Manual do DSpace**: administração de repositórios. Salvador: EDUFBA, 2010. 88 p. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/769/1/Manual%20do%20Dspace%282%29.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

SOBRAL, R. M.; SANTOS, C. A. C. M. dos. Repositórios institucionais digitais de informação científica: implementação com o software *Dspace* como solução técnica. **Prisma**, v. 35, 2017, p. 152-184. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/87212>. Acesso em: 20 jul. 2022.

SPINAK, E. A especialidade dos Bibliotecários de Dados na Ciência Aberta. **Scielo em perspectiva**, 2019. Disponível em: <https://blog.scielo.org/blog/2019/11/01/a-especialidade-bibliotecarios-de-dados-na-ciencia-aberta/#.YvGveXbMLIW>. Acesso em: 29 jul. 2022.

SWANSON, J.; RINEHART, A. K. Data in context: Using case studies to generate a common understanding of data in academic libraries. **The Journal of Academic Librarianship**, v. 42, n. 1, p. 97-101, 2016. Disponível em: https://kb.osu.edu/bitstream/handle/1811/82202/1/SwansonJ_RinehartA_JAL_Data_in_Context_Preprint.pdf. Acesso em: 28 dez. 2021.

TOMAÉL, M. I.; SILVA, T. E. da. Repositórios Institucionais: diretrizes para políticas de informação. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 8, Salvador, 2007. **Anais...** Salvador, 2007. Disponível em: <http://www.enancib.ppgci.ufba.br/artigos/GT5--142.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2022.

TORINO, E. Políticas em repositórios digitais: das diretrizes à implementação. *In*: VECHIATO, F. *et al.* (org.). **Repositórios digitais: teoria e prática**. Curitiba: EDUTFPR, 2017. p. 91-114. Disponível em: <http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/2755>. Acesso em: 24 jul. 2022.

WILKINSON, M. D. *et al.* The FAIR Guiding Principles for scientific data management and stewardship. **Scientific Data**, [s.l.], v. 3, 2016. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/sdata201618>. Acesso em: 20 jul. 2022.

YANG X., WANG L., LASZEWSKI, G. Recent research advances in e-science. **Cluster Computing**, v.12, n. 4, 2009, p. 353–356. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/220405889_Recent_Research_Advances_in_e-Science. Acesso em: 10 jan. 2021.

APÊNDICE A – Questionário para os gestores dos RDIs

Questionário de Pesquisa de Mestrado

Você está sendo convidado para participar voluntariamente da pesquisa “Repositórios Institucionais de Dados de Pesquisa como estratégia do Movimento de Acesso Aberto a Informação científica”, dissertação de mestrado, em desenvolvimento, sob orientação da Profa. Dra. Caterina Marta Groposo Pavão e coorientação da Profa. Dra. Sônia Elisa Caregnato, no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Em caso de dúvida sobre qualquer aspecto desse estudo, você pode entrar em contato com a pesquisadora responsável, Bruna Marques Vieira, pelo telefone (53) 98136-4185, e nos e-mails: bmaarquesvieira@gmail.com e caterina@cpd.ufrgs.br.

O critério para seleção dos participantes decorre da identificação dos gestores de repositórios institucionais da IFES brasileiras. Os endereços de correio eletrônico para envio do questionário foram extraídos das páginas dos repositórios institucionais. Este estudo tem como objetivo principal investigar o panorama das IFES brasileiras em relação à implantação de Repositórios de Dados de Pesquisa. Caso você esteja recebendo, porém não é o gestor do Repositório Institucional, por gentileza encaminhar ao profissional responsável de sua Instituição.

Se você concordar em participar desta pesquisa responderá a um questionário online, sobre sua percepção quanto à prática de compartilhamento de dados de pesquisa. O tempo estimado para responder é de cerca de 10 minutos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento.

Os dados de identificação dos sujeitos desta pesquisa serão protegidos. Apenas os pesquisadores autorizados terão acesso aos dados individuais e tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde). A divulgação dos resultados desta pesquisa será realizada em dissertação de mestrado, trabalhos em congresso, entre outros produtos de divulgação científica. Os resultados da pesquisa, incluindo os dados anonimizados, serão disponibilizados em plataformas digitais online, como repositórios de dados e de produção científica, e a sua identidade permanecerá em sigilo.

Considerando-se as especificidades da pesquisa pode-se afirmar que neste estudo os riscos podem ser considerados baixos. Pode ser considerado como dano decorrente de sua participação o tempo utilizado para o preenchimento. Ressalta-se que mesmo com todos os cuidados que a pesquisa terá com os dados, por tratar-se de pesquisa realizada em ambiente virtual há riscos inerentes a qualquer acesso à internet, existindo limitações para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

Por gentileza, retornar até o dia 28/06/2022.

E-mail *

Declaro estar ciente das informações deste Termo de Consentimento acima mencionado, entendendo que poderei pedir esclarecimentos a qualquer tempo. Declaro dar meu consentimento para a participação nesta pesquisa, estando ciente de que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada pelos organizadores da pesquisa. Declaro estar ciente do conteúdo do Termo de Consentimento e de acordo com a participação voluntária na pesquisa

- Li e compreendi a informação fornecida sobre este estudo.
- Estou participando voluntariamente

As questões abaixo referem-se ao seu perfil como **profissional**.

1. Qual a sua formação? *

- Bibliotecário
- Analista de sistemas/área tecnológica
- Professor
- Técnico administrativo
- Outro

2. Caso tenha marcado anteriormente "Outro". Qual área?

3. Qual seu nível de escolaridade?*

- Ensino médio
- Ensino superior : Graduação
- Ensino superior : Técnico
- Especialização de Nível Superior (360 horas)
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

4. Em relação à questão anterior, responda em qual área.*

5. Qual o nome da sua instituição de atuação? *

6. Há quanto tempo, você atua como gestor do Repositório Institucional (RI)? *

- Menos de 1 ano
- De 2 a 5 anos
- De 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

7. Você é o gestor desde a implementação do RI? Caso a resposta seja não, responda, quantos gestores houveram antes de você. *

8. Há uma política no Repositório? Se a resposta for sim, responda quando ela foi implementada. *

9. Você participou da elaboração e implementação das políticas do RI? *

- Sim
- Não

10. A política do RI, já foi atualizada ao longo do tempo? Se a resposta for sim, responda quantas vezes. *

As questões abaixo referem-se ao **RI e suas práticas**:

11. Quantos profissionais atuam no RI? *

- De 1 a 3
- De 4 a 7
- De 8 a 10
- Mais de 10

12. Qual a formação/cargo dos profissionais que atuam no RI? (Pode marcar mais de uma opção):*

- Bibliotecários
- Arquivistas

- Analistas de Sistemas
- Bolsistas/pesquisadores
- Professores
- Técnico administrativo
- Outros

13. Em relação ao questionamento anterior, responda quantos profissionais de cada área.

14. Caso a resposta anterior, tenha sido "professores" ou "técnicos administrativos", responda de qual área.

15. Há uma equipe de atuação exclusiva no Repositório Institucional?*

- Sim
- Não

16. Qual setor da instituição é responsável pelo RI? *

- Biblioteca
- Setor de Análise de Sistemas
- Setor de processamento de dados
- Setores compartilhados
- Outro

17. Se você respondeu "outro", responda qual setor.

18. Qual o software utilizado no RI? *

- Ckan
- Dataverse
- Drupal
- DSpace
- Invenio
- Omeka
- Outro

19. Caso tenha marcado "outro", responda qual.

20. Você percebe que o repositório Institucional é considerado pela comunidade universitária, um produto institucional?*

- Sim
- Não
- Indiferente

21. Caso tenha respondido "sim" ou "não", responda porquê.

22. Deixe aqui, alguma observação a cerca da sua experiência com o RI enquanto gestor (Pontos positivos, dificuldades, melhorias).

As questões abaixo referem-se ao **Repositório de Dados de Pesquisa da sua Instituição**

23. Sua instituição já possui um Repositório de Dado de Pesquisa? *

- Sim
- Sim, mas ainda em fase de teste
- Não
- Não, mas há projeto e estudo a respeito
- Nunca falou-se sobre o assunto.

24. Se a resposta anterior foi "sim", responda o tempo de existência

25. Nas políticas institucionais, de acesso aberto, ciência aberta, transparência da informação, preservação digital, entre outras, há menção de disponibilização de dados de pesquisa, de forma aberta?*

- Sim
- Não

26. Dentro das políticas indica-se/há um Plano de Gestão de Dados?*

- Sim
- Não
- O RDP possui um PGD próprio

27. Você reconhece as principais diferenças entre os repositórios Institucionais e Repositórios de dados de Pesquisa?*

- Sim
- Não
- Parcialmente

28. Se a resposta anterior for "sim" ou "parcialmente", responda quais.

29. A equipe do Repositório de Dado de Pesquisa, será ou é composta pelos mesmos profissionais da equipe do RI?*

- Sim, serão/são os mesmos profissionais
- Sim, em parte
- Não, serão/são equipes distintas
- Não, serão/são equipes distintas, mas com os mesmos perfis profissionais.
- Ainda não há proposta.

30. Se a resposta foi "sim, em parte", responda os profissionais que compõe as duas equipes.

31. Qual setor da instituição ficará ou é responsável pelo Repositório de Dado de Pesquisa?*

- Biblioteca
- Setor de Análise de Sistemas
- Setor de processamento de dados
- Setores compartilhados
- Outro

32. Se a resposta anterior foi "setores compartilhados" ou "outro", responda quais/qual.

33. Qual o software é/será utilizado no Repositório de Dados de Pesquisa? *

- Ckan
- Dataverse
- DSpace
- Dupral
- Eprints
- Fedora
- Invenio
- Outro

34. Se a resposta anterior foi "outro", cite qual.

35. Sobre a questão anterior, destaque os principais motivos para a escolha do software.*

**APÊNDICE B – Lista das Instituições de Ensino Superior (IFES)
Brasileiras e levantamento sobre o RDI**

Instituição	Unidade Federativa	Site do RI	Contato
UNB - Universidade de Brasília	DF	https://repositorio.unb.br/	Sim
UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados	MS	https://repositorio.ufgd.edu.br/jspui/	Sim
UFMS - Universidade Federal do Mato Grosso do Sul	MS	https://repositorio.ufms.br/	Sim
UFMT - Universidade Federal do Mato Grosso	MT	https://ri.ufmt.br/	Não
UFR - Universidade Federal de Rondonópolis	MT	Não localizado	Não
UFG - Universidade Federal de Goiás	GO	https://repositorio.bc.ufg.br/	Sim
UFCat - Universidade Federal de Catalão	GO	https://repositorio.bc.ufg.br/	Sim
UFJ - Universidade Federal de Jataí	GO	https://repositorio.bc.ufg.br/	Sim
UFBA - Universidade Federal da Bahia	BA	https://repositorio.ufba.br/	Sim
UFSB - Universidade Federal do Sul da Bahia	BA	Não localizado	Não
UFOB - Universidade Federal do Oeste da Bahia	BA	https://www.repositorio.ufop.br/	Sim
UFRB - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	BA	http://www.repositorio.ufrb.edu.br/	Sim
UNILAB - Universidade Federal da Lusofonia Afro-Brasileira	BA/CE	https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/	Sim
UFPB - Universidade Federal da Paraíba	PB	https://repositorio.ufpb.br/?locale=pt_BR	Sim
UFCG - Universidade Federal de Campina Grande	PB	http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/xmlui/	Sim
UFCA - Universidade Federal do Cariri	CE	Não localizado	Não
UFC - Universidade Federal do Ceará	CE	https://repositorio.ufc.br/	Sim
UFAL - Universidade Federal de Alagoas	Alagoas	http://www.repositorio.ufal.br/	Sim
UFPE - Universidade Federal de Pernambuco	PE	https://repositorio.ufpe.br/	Sim
AFAPE - Universidade Federal do Agreste de Pernambuco	PE	Não localizado	Não
UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco	PE	https://www.repository.ufrpe.br/	Sim
UNIVASF - Universidade Federal do Vale do São Francisco	PE/BA/PI	https://repositorio.univasf.edu.br/	Não
UFS - Universidade Federal do Sergipe	SE	https://ri.ufs.br/	Sim
UFMA - Universidade Federal do Maranhão	MA	https://repositorio.ufma.br/jspui/	Sim
UFDPAr - Universidade Federal do Delta do Parnaíba	PI	Não localizado	Não
UFPI - Universidade Federal do Piauí	PI	https://www.ufpi.br/repositorio-ufpi	Não
UFRN - Universidade Federal do Rio	RN	https://repositorio.ufrn.br/	Sim

Instituição	Unidade Federativa	Site do RI	Contato
Grande do Norte			
UFERSA - Universidade Federal Rural do Semi-Árido	RN	https://repositorio.ufersa.edu.br/	Sim
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará	PA	https://repositorio.ufopa.edu.br/jspui/	Sim
UFPA - Universidade Federal do Pará	PA	http://repositorio.ufpa.br/	Sim
UFRA - Universidade Federal Rural da Amazônia	PA	http://repositorio.ufra.edu.br/jspui/	Sim
UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará	PA	http://repositorio.unifesspa.edu.br/jspui/	Sim
UNIR - Universidade Federal de Rondônia	RO	https://ri.unir.br/jspui/	Sim
UFRR - Universidade Federal de Roraima	RR	http://repositorio.ufr.br:8080/jspui/	Sim
UFAC - Universidade Federal do Acre	AC	Não localizado	Não
UNIFAP - Universidade Federal do Amapá	AP	http://repositorio.unifap.br/	Sim
UFAM - Universidade Federal do Amazonas	AM	https://riu.ufam.edu.br/	Sim
UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins	TO	Não localizado	Não
UFT - Universidade Federal do Tocantins	TO	http://repositorio.uft.edu.br/	Sim
UNIFAL-MG - Universidade Federal de Alfenas	MG	Não localizado	Não
UNIFEI - Universidade Federal de Itajubá	MG	https://repositorio.unifei.edu.br/jspui/	Sim
UFJF - Universidade Federal de Juiz de Fora	MG	https://repositorio.ufjf.br/jspui/	Sim
UFLA - Universidade Federal de Lavras	MG	http://repositorio.ufla.br/	Sim
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais	MG	https://repositorio.ufmg.br/	Sim
UFOP - Universidade Federal de Ouro Preto	MG	https://www.repositorio.ufop.br/	Sim
UFSJ - Universidade Federal de São João del-Rei	MG	Em processo de implementação	Não
UFU - Universidade Federal de Uberlândia	MG	https://repositorio.ufu.br/	Sim
UFV - Universidade Federal de Viçosa	MG	https://www.locus.ufv.br/	Sim
UFTM - Universidade Federal do Triângulo Mineiro	MG	Não localizado	Não
UFVJM - Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri	MG	http://acervo.ufvjm.edu.br/jspui/	Não
UFSCar - Universidade Federal de São Carlos	SP	https://repositorio.ufscar.br/	Sim
UNIFESP - Universidade Federal de São Paulo	SP	https://repositorio.unifesp.br/	Sim
UFABC - Universidade Federal do ABC	SP	http://dspace.ufabc.int.br/	Não
UFES - Universidade Federal do Espírito Santo	ES	http://repositorio.ufes.br/	Sim
UNIRIO - Universidade Federal do	RJ	http://www.repositorio-	Sim

Instituição	Unidade Federativa	Site do RI	Contato
Estado do Rio de Janeiro		bc.unirio.br:8080/xmlui/	
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro	RJ	https://pantheon.ufrj.br/	Sim
UFF - Universidade Federal Fluminense	RJ	https://app.uff.br/riuff/	Sim
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	RJ	http://rima.im.ufrj.br:8080/jsui/	Sim
UTFPR - Universidade Tecnológica Federal do Paraná	PR	http://repositorio.roca.utfpr.edu.br/jsui/	Sim
UNILA - Universidade Federal da Integração Latino-Americana	PR	https://dspace.unila.edu.br/	Sim
UFPR - Universidade Federal do Paraná	PR	https://acervodigital.ufpr.br/	Sim
UFCSPA - Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre	RS	https://repositorio.ufcspa.edu.br/	Sim
UFPEl - Universidade Federal de Pelotas	RS	http://guaiaca.ufpel.edu.br/	Sim
UFSM - Universidade Federal de Santa Maria	RS	https://repositorio.ufsm.br/	Sim
UNIPAMPA - Universidade Federal do Pampa	RS	https://dspace.unipampa.edu.br/	Sim
FURG - Universidade Federal do Rio Grande	RS	http://repositorio.furg.br/	Sim
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul	RS	https://lume.ufrgs.br/	Sim
UFSC - Universidade Federal de Santa Catarina	SC	https://repositorio.ufsc.br/	Sim
UFFS - Universidade Federal da Fronteira Sul	SC, PR e RS	https://rd.uffs.edu.br/	Sim

Fonte: (Dados da pesquisa, 2022).

APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

O critério para seleção dos participantes decorre da identificação dos gestores de repositórios institucionais da IFES brasileiras. Os endereços de correio eletrônico para envio do questionário foram extraídos das páginas dos repositórios institucionais. Este estudo tem como objetivo principal investigar o panorama das IFES brasileiras em relação à implantação de Repositórios de Dados de Pesquisa. Caso você esteja recebendo, porém não é o gestor do Repositório Institucional, por gentileza encaminhar ao profissional responsável.

Se você concordar em participar desta pesquisa responderá a um questionário online, sobre sua percepção quanto à prática de compartilhamento de dados de pesquisa. O tempo estimado para responder é de cerca de 10 minutos. A qualquer momento você poderá desistir de participar e retirar seu consentimento. Os dados de identificação dos sujeitos desta pesquisa serão protegidos. Apenas os pesquisadores autorizados terão acesso aos dados individuais e tratarão a sua identidade com padrões profissionais de sigilo, atendendo a legislação brasileira (Resolução Nº 510/16, do Conselho Nacional de Saúde). A divulgação dos resultados desta pesquisa será realizada em dissertação de mestrado, trabalhos em congresso, entre outros produtos de divulgação científica. Os resultados da pesquisa, incluindo os dados anonimizados, serão disponibilizados em plataformas digitais online, como repositórios de dados e de produção científica, e a sua identidade permanecerá em sigilo. Considerando-se as especificidades da pesquisa pode-se afirmar que neste estudo os riscos podem ser considerados baixos. Pode ser considerado como dano decorrente de sua participação o tempo utilizado para o preenchimento. Ressalta-se que mesmo com todos os cuidados que a pesquisa terá com os dados, por tratar-se de pesquisa realizada em ambiente virtual há riscos inerentes a qualquer acesso à internet, existindo limitações para assegurar total confidencialidade e potencial risco de sua violação.

Declaro estar ciente das informações deste Termo de Consentimento acima mencionado, entendendo que poderei pedir esclarecimentos a qualquer tempo. Declaro dar meu consentimento para a participação nesta pesquisa, estando ciente de que uma cópia deste Termo permanecerá arquivada pelos organizadores da pesquisa. Declaro estar ciente do conteúdo do Termo de Consentimento e de acordo com a participação voluntária na pesquisa.

- Li e compreendi a informação fornecida sobre este estudo.
- Estou participando voluntariamente.